



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - MESTRADO

**MARIA BEATRIZ DE ASSIS VEIGA**

**A PATERNIDADE NA VISÃO DE JOVENS PAIS,  
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

RIO DE JANEIRO

2014

MARIA BEATRIZ DE ASSIS VEIGA

**A PATERNIDADE NA VISÃO DE JOVENS PAIS,  
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientadora: Prof<sup>da</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Lemos Pereira

Rio de Janeiro

2014

V426 Veiga, Maria Beatriz de Assis.  
A paternidade na visão de jovens pais, na perspectiva de gênero /  
Maria Beatriz de Assis Veiga, 2014.  
142 f. ; 30 cm

Orientadora: Adriana Lemos Pereira.  
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Gravidez na adolescência. 2. Paternidade. 3. Saúde do  
adolescente.  
4. Direitos reprodutivos. 5. Direitos sexuais e reprodutivos. I. Pereira,  
Adriana Lemos. II. Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro.  
Centro de Ciências Biológicas e de Saúde. Curso de Mestrado em  
Enfermagem. III. Título.

CDD – 618.200385

MARIA BEATRIZ DE ASSIS VEIGA

**A PATERNIDADE NA VISÃO DE JOVENS PAIS,  
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Relatório final de Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Enfermagem. Dezembro de 2014.

Aprovada em 17.12.2014

**BANCA EXAMINADORA:**

.....  
Adriana Lemos Pereira, Dr<sup>a</sup>, UNIRIO  
(Presidente)

.....  
Lucia Helena Garcia Penna, Dr<sup>a</sup>, UERJ  
1<sup>a</sup> Titular

.....  
Ines Maria Meneses dos Santos, Dr<sup>a</sup>, UNIRIO  
2<sup>a</sup> Titular

.....  
Cláudia Regina Ribeiro, Dr<sup>a</sup>, UFF  
1<sup>a</sup> Suplente

.....  
Fernando Rocha Porto, Dr., UNIRIO  
2<sup>o</sup> Suplente

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, acima de tudo, à minha mãe e à minha avó paterna, pessoas indispensáveis na minha trajetória existencial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque a Espiritualidade Superior me permitiu condições físicas e emocionais de chegar até aqui.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de formação acadêmica e profissional.

Aos Integrantes da Banca Examinadora, pela solicitude em contribuir na construção deste trabalho, através das sugestões e considerações relevantes.

À Doutora em Saúde Coletiva, Adriana Lemos Pereira, minha eterna Professora e Orientadora, por ter vivenciado o início da minha trajetória acadêmica, agradeço por ter me ensinado e estimulado a pesquisar, pela paciência e carinho a mim dedicados, a quem serei eternamente grata por todas as conquistas obtidas.

Ao Professor Pós-Doutor em Enfermagem, Fernando Porto, pelas suas conversas informais, repletas de subjetividades, que tanto contribuíram para minhas reflexões quanto à paternidade, resultando no melhor desenvolvimento deste estudo.

À minha mãe Sônia, Ser iluminado por natureza, minha fonte de inspiração diária, pessoa que não mediu esforços para o meu crescimento e desenvolvimento saudáveis, a quem devo a vida e tudo o que nela alcancei, que continua viva dentro de mim, sendo o espelho que sempre refletirá minhas condutas e ações no decorrer da minha trajetória existencial.

À minha amada avó paterna, Ubiracema, por todo carinho, amor e até mesmo estórias, brincadeiras de infância e diálogos que estimularam a formação do meu senso crítico e reflexivo que, com toda certeza, contribuíram com a minha caminhada acadêmica.

Ao meu pai, Sergio Tadeu, meu parceiro desde sempre, companheiro nas aflições da vida, agradeço pelo seu amor e demasiada cobrança, que me possibilitaram encarar a vida com toda seriedade e maturidade necessárias. Sem você, talvez não conseguisse superar as adversidades que a vida me apresentou...

Ao meu esposo, amigo, eterno namorado, companheiro, motorista, incentivador, Marco Antônio, quem compartilhou e incentivou o início desta trajetória, com quem diariamente dividi este sonho. Obrigada por tudo, por ter suportado minhas ausências e o meu mau humor: *“No meu olhar, continuo não vendo outro alguém”*. Te amo!

Aos meus queridos tios: Zulmar, Silvio Cezar, Célia e Delcineia, meu avô Djalma, minha sogra Elizabeth, a minha tia agregada Simone (por tudo o que você representa para minha mãe e para nossa família), meus primos, em especial Bruno (*in memoriam*), Vinícius, Edney, Elaine, Rafael, Julio Cesar, Gabriel e Eduardo, pelo carinho, pelas preces, pelo incentivo, pelo apoio e pelos momentos de felicidade desde a infância, juntos vivenciados.

Aos meus afilhados: Bernardo Henrique, Nicolas e Miguel, e às minhas ‘filhas’ caninas: Bela, e a eterna e saudosa Mel Pink, pelo simples fato de me permitirem amá-las.

À minha amiga-irmã, madrinha e afilhada Michelle, e à minha querida amiga e madrinha Carolina, parceiras de todas as horas, por todo carinho, incentivo e conselhos, obrigada por me escolherem como amiga.

À minha amiga Alyne, que conheço desde a adolescência, e que no mestrado fortalecemos nossos vínculos, por dividir todos os momentos de felicidade e aflição. À mestranda Patrícia, por ter compartilhado conosco os momentos mesclados de angústias e alegrias.

As minhas amigas Aline Assis, Aline Lucena, Magnólia, Glória, Luzia, Monique, Ana Paula, Luana, Ada, Mariama, Letícia, Márcia, Viviane, Sheila, Marisa, Maira pelas orientações e torcida.

A todos os profissionais do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), onde tudo começou, em especial as queridas preceptoras: Ana Maria, Regininha e Inez, que me incitaram à paixão pelo atendimento primário ao adolescente.

A todos os amigos das Estratégias Saúde da Família, Ilzo Motta de Mello e Cabo Edney Canazaro de Oliveira, com os quais tive a oportunidade de dividir momentos de felicidade e angústia, compartilhar idéias com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos “nossos jovens” e garantir-lhes o protagonismo juvenil mais saudável e responsável possível, que nos possibilitou crescimento pessoal e profissional.

Em especial, agradeço aos meus queridos e eternos Agentes Comunitários de Saúde (ACS): Raquel, Nivea, Livia, Kleice, Viviane, Laura, Claudia, Wesley, Daniele, Ludmila, Laís, Lidiana, e minha técnica e eterna amiga Sheila, por terem “*topado todas as minhas idéias e embarcado nas minhas loucuras*”, em prol da nossa população. Devo muito a vocês!

A todos, que me auxiliaram na captação dos sujeitos de pesquisa, gentilmente indicando seus familiares e amigos para fornecerem as entrevistas.

E aos principais responsáveis tanto pela motivação, quanto pela elaboração deste estudo: os jovens pais que, carinhosamente, além de me concederem voluntariamente a entrevista, permitiram que eu adentrasse em suas vidas, compartilhando suas emoções, aflições e sonhos futuros. Sem vocês nada teria sido possível.

Enfim, conseguimos!



*“Se Deus, nos seus designios, vos fez nascer num meio onde pudestes desenvolver a vossa inteligência, foi por querer que a usásseis em benefício de todos.”*

O Evangelho Segundo o Espiritismo,  
Capítulo 7, p.178

## RESUMO

VEIGA, Maria Beatriz de Assis. A paternidade na visão de jovens pais, na perspectiva de gênero. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

**Introdução:** A juventude intermedia a infância e a vida adulta, sendo marcada por iniquidades socioeconômicas e culturais. A gestação envolve questões de gênero que tornam a mulher alvo das pesquisas e práticas assistenciais. Considerando a relevância de investigar este fenômeno, com enfoque no jovem de sexo masculino, a pesquisa objetivou descrever a vivência da paternidade na juventude e identificar as mudanças e repercussões da paternidade sobre a vida do jovem pai. **Metodologia:** Estudo descritivo, exploratório, qualitativo. A Resolução CNS-466/12 foi cumprida e os participantes foram jovens pais do sexo masculino de 18 a 24 anos, utilizando-se para a coleta de dados a amostragem em rede, e para o tratamento, a análise de conteúdo. **Resultados e Discussão:** Através de duas categorias preestabelecidas: “compreendendo o exercício da paternidade na juventude” e “as mudanças e repercussões oriundas do fenômeno da paternidade na juventude”, foram determinadas quatro e três subcategorias, respectivamente, a partir das falas, identificando-se que a paternidade ocorreu em contexto de não planejamento assumido, com fragilidades contraceptivas, envolvimento afetivo e participação nos cuidados com os filhos. As famílias foram as principais apoiadoras dos jovens e o trabalho, considerado fundamental para assunção do papel de provedor. Os jovens foram pouco inclusos no parto e pré-natal, marcado pelo modelo biomédico. A maior restrição do tempo ao lazer foi um aspecto negativo identificado, e o amadurecimento e a responsabilidade, os aspectos positivos. **Conclusão:** A paternidade na juventude ocorreu mediante condições socioeconômicas desfavoráveis, sendo o filho um incentivador a mudanças positivas.

**Palavras-chave:** Adolescente, Serviços de Saúde para Adolescentes, Saúde do Adolescente, Gravidez na Adolescência, Direitos Reprodutivos, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

## ABSTRACT

VEIGA, Maria Beatriz de Assis. The paternity through young father's view, from gender perspective. Dissertation (Master on Nursing) – Alfredo Pinto Nursing College, Federal University of Rio de Janeiro State, Rio de Janeiro, 2014.

**Introduction:** Youth mediates childhood and adult life. It is marked by social, economic and cultural iniquities. Pregnancy involves matters of gender and women become a target of researches and assistance's practices. Considering the importance of investigating this phenomenon, focusing on young male individuals, the research aimed at describing the experience of paternity on youth and identifying the changes and repercussions of paternity on young father's life. **Methodology:** Descriptive, exploratory, qualitative study. CNS-466/12 Resolution was fulfilled, Participants were young male fathers from 18 to 24 years old, for data collection using sampling on net and, for treatment, content analysis. **Results and Discussion:** Through two pre-established categories: "understanding the exercise of paternity on youth" and "the changes and repercussions coming from paternity phenomenon on youth", we determined four and three sub-categories, respectively, from the declarations, identifying that paternity occurred on assumed non-planned context, having conceptive fragilities, affective implications and participation on children care. Families were those who supported the youngest male individuals and working was considered as essential to assume the provider role. Young males have been also included on delivery and pre-natal periods, marked by biometrical model. Largest time restriction to leisure has been identified as a negative aspect and, as positive aspects, the maturation and the responsibility. **Conclusion:** Paternity on youth period occurred on unfavorable social and economic conditions, even so the child is a motivation to positive changes. .

**Key words:** Adolescents, Health Service for Adolescents, Adolescent Health, Adolescent Pregnancy Reproductive Rights, Sexual and Reproductive Rights.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL CONCEITUAL.....</b>	<b>23</b>
2.1	JUVENTUDE, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO .....	23
2.2	A PATERNIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE .....	31
2.2.1	<b>Marcos legais e normativos relacionados à paternidade na juventude .....</b>	<b>37</b>
<b>3</b>	<b>TRAJETÓRIA METODOLÓGICA .....</b>	<b>41</b>
3.1	CAPTAÇÃO DOS JOVENS, CENÁRIO E TRAJETÓRIA DOS PARTICIPANTES .....	44
3.2	ORÇAMENTO DA PESQUISA E CUSTOS .....	48
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>49</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	49
4.2	TRAJETÓRIA SEXUAL E REPRODUTIVA DOS JOVENS PAIS...	61
4.3	COMPREENDENDO O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NA JUVENTUDE .....	77
4.3.1	<b>Descobrimo a gravidez .....</b>	<b>77</b>
4.3.2	<b>Formulação e reformulação do papel paterno: aprendendo a ser pai .....</b>	<b>80</b>
4.3.3	<b>A família como apoiadora do jovem pai .....</b>	<b>93</b>
4.3.4	<b>Os Serviços de Saúde no contexto da paternidade na juventude ...</b>	<b>96</b>
4.4	AS MUDANÇAS E REPERCUSSÕES ORIUNDAS DO FENÔMENO DA PATERNIDADE NA JUVENTUDE .....	103
4.4.1	<b>Relação com os pares .....</b>	<b>103</b>
4.4.2	<b>Perdas e ganhos .....</b>	<b>106</b>
4.4.3	<b>Sonhos passados e futuros .....</b>	<b>111</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>
	<b>APÊNDICES</b>	
	A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	133
	B – Roteiro de Entrevista .....	134
	C – Gráfico – Captação dos Entrevistados .....	139
	<b>ANEXO</b>	
	Aprovação da Pesquisa pelo CEP da UNIRIO .....	141

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Trajetória estudantil dos jovens pais .....	50
Quadro 2	Vínculo empregatício no decorrer da trajetória de vida dos jovens pais .....	54
Quadro 3	Trajetória sexual e reprodutiva dos jovens pais .....	62

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS)
DIU	Dispositivo intra-uterino
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INSTITUTO POLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
MCC	Métodos contraceptivos
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana da Saúde
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A motivação pessoal para a elaboração deste estudo<sup>1</sup> inicia-se na graduação ao estudar a visão de jovens de sexo masculino sobre contracepção, gravidez não planejada e aborto induzido, intensificando-se pela atuação como enfermeira, durante a prática profissional, quando vivenciei uma realidade em que se percebe a gestação na adolescência e juventude como um problema social<sup>2</sup>, e os anseios em evitá-la ou reduzi-la prevalecem sob o investimento em esforços para garantir o exercício reprodutivo responsável durante estas fases da vida; e ainda, pela percepção de que o foco da atenção na maternidade sobrepõe-se à paternidade, o que torna este fenômeno oculto e compromete as ações integrais em saúde, pois desconsidera-se nesta realidade que o contexto da gravidez também envolve o homem.

A adolescência é descrita como fase peculiar do ciclo vital humano, correspondente à faixa etária entre 10 e 19 anos; já a juventude compreende o período de 15 a 24 anos, o que leva à percepção de uma interseção em que a juventude abrange uma parte da adolescência, sendo estas fases um complexo processo de emancipação que envolve desigualdades sociais e de gênero, possibilidades de acesso aos dispositivos institucionais e as particularidades individuais (BRASIL, 2010).

Considerando os percursos familiares, escolares e profissionais, a juventude é tida como a idade em que ocorre a passagem da escola para a vida profissional, e da família de origem para uma nova família, mas ocorrendo em cenários desiguais (MAUGER, 2013). A juventude, assim, marca um período intermediário entre a infância e a fase adulta, período que abrange a segunda metade da adolescência, caracterizando uma fase de construção social em que o contexto de iniquidades marcam as diversas trajetórias juvenis.

Os termos *adolescência* e *juventude* são usados como sinônimos na área da Saúde, e como categoria homogênea pelas políticas públicas nas quais há uma arbitrariedade do limite etário, considerada inadequada, visto que nas classes mais privilegiadas tende a se prolongar, e nas menos favorecidas, a se encurtar devido à necessidade de assumir

---

<sup>1</sup>O presente estudo insere-se na pesquisa institucional: “Saúde sexual e reprodutiva como direito de mulheres e homens na atenção primária à saúde”, iniciada no ano de 2012, vinculada ao Grupo de Pesquisa Enfermagem e População: conhecimentos, atitudes e práticas em saúde, e ao projeto Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PROPET-SAÚDE) / Ministério da Saúde (MS) / Ministério da Educação (ME) / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ).

<sup>2</sup> Visão que na atualidade se desconstrói, por considerar os direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens e, ainda algumas perspectivas positivas associadas ao fenômeno (TAQUETTE, 2008B; ALMEIDA; SOUZA, 2011; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014).

marcadores da fase adulta, como a inserção no mercado de trabalho e a chegada dos filhos, fazendo com que existam diversas formas de adolecer e ser jovem na realidade brasileira. No âmbito da saúde há um envolvimento do meio ambiente, do meio social e dos recursos e possibilidades de cada sujeito devendo, assim, ser consideradas as singularidades e a heterogeneidade (HORTA; SENA, 2010).

A adolescência, como passagem para a vida adulta, inicia-se com a puberdade, caracterizada por mudanças biológicas universais que modificam as crianças, dando-lhes altura, forma e sexualidade de corpos adultos, tornando possível a reprodução (EISENSTEIN; COELHO, 2008; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS, 2010).

Neste contexto insere-se a sexualidade, presente desde a vida intrauterina, concretizando-se na adolescência quando geralmente ocorrem as primeiras relações sexuais (TAQUETTE, 2008A). Bozon (2004) afirma ser o acesso à sexualidade um dos objetivos da adolescência, através da autonomia e identidade próprias, pelo estabelecimento de relações com grupos e pares amorosos.

A juventude, nesta conjuntura, é tida como o momento em que a experimentação da sexualidade possibilita uma estruturação de identidade, vista como um rito de passagem que faz com que o jovem viva a ambiguidade de ser dependente social e economicamente, mas com autonomia na área da sexualidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Em meio ao desenrolar da puberdade e o aflorar da sexualidade, o jovem insere-se em universos de vulnerabilidades, como a possibilidade de gestações que, nesta fase da vida, ainda são vistas como problemáticas, por serem associadas a riscos materno-fetais, conflitos familiares, baixas perspectivas de futuro e por serem consideradas um complicador à qualificação profissional. No entanto, outras perspectivas são apontadas com relação a este evento como, por exemplo, a de que esta nem sempre é resultante de um esquecimento ou má utilização do método contraceptivo, pois em algumas situações, a gravidez ocorre em contexto desejado e até mesmo planejado (SCOTT, 2001; CABRAL, 2002; GIGANTE et al., 2008; LUZ; BERNI, 2010; OLIVEIRA, 2012).

Os direitos à sexualidade e à reprodução são direitos humanos, que se caracterizam, respectivamente: pelo direito de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos, e de ter liberdade de escolha e condução da sua vida reprodutiva, e ainda, acesso à informação e aos meios para efetivação deste desejo, sendo que estes são direitos também dos jovens (CAIRO, 1994; PEQUIM, 1995).

O fato de o jovem estar em crescimento e desenvolvimento, de não ter atingido a maturidade física e emocional completa e, de normalmente, ser dependente



financeiramente de terceiros, não lhe retira o direito ao exercício da sexualidade e reprodução livre de controles externos e preconceitos. Entretanto, no cotidiano do atendimento nos serviços de saúde, torna-se explícita a tentativa de normatização e imposições voltadas para as escolhas sexuais e reprodutivas dos jovens. Leite (2012) colabora com esta assertiva ao perceber na sociedade uma visão das crianças e adolescentes como objetos de interesses e desmandos, em que se mantém uma postura adultocêntrica no sentido de controlar as suas ações.

No que tange à gestação, infere-se que durante esta fase da vida, ela pode representar para o jovem a passagem da posição de filho para pai, podendo levar a uma situação de conflito ou amadurecimento (ALMEIDA; SOUZA, 2011), sendo vivenciada de múltiplas formas, tendo suas possibilidades definidas pelo contexto social diferenciado entre os jovens das distintas classes sociais (AQUINO; HEILBORN; KNAUTH et al., 2003), trazendo assim reflexões quanto ao cenário das desigualdades diversas que permeiam a juventude, que repercutem também no seu exercício reprodutivo. Neste contexto, sabe-se que: “existem múltiplas vivências da parentalidade adolescente, dependentes do contexto social que, por sua vez, definem os desejos, possibilidades e significações deste fenômeno nas distintas classes sociais” (CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008, p.441).

A construção da identidade é tida como um dos elementos característicos da juventude, que se associa a determinantes individuais, sócio-culturais, familiares e históricos, e o reconhecimento de si traz consigo as identificações de gênero e os papéis sociais (FREITAS; ABRAMO; LEÓN, 2005). Gênero é entendido aqui como a construção social e histórica de atributos que caracterizam a qualidade de ser homem e mulher com base na anatomia, que orientam as relações desiguais (SCOTT, 1995; HEILBORN, 2003).

O gênero é tido como forma de evidenciar o caráter social das distinções baseadas no sexo rejeitando-se, assim, o caráter biológico implícito ao se usar o termo “sexo”, tornando-se uma maneira de indicar “construções culturais” dos papéis adequados a homens e mulheres, sendo ainda a maneira primária de traduzir as relações de poder, fornecer uma forma de decifrar o significado e compreender a interação humana (SCOTT, 1995).

Para Heilborn (2003), gênero é um termo proveniente das ciências sociais, que indica a construção social do sexo, distinguindo a dimensão biológica da social, em que condições sociais diferenciadas se entrelaçam com as características de classe, gênero, etnia, faixa etária, religião, cultura e educação, que produzem a experiência social,

havendo ainda neste contexto, características distintas entre homens e mulheres no que tange à vida sexual e reprodutiva, que se processam nos corpos como resultante dos complexos processos de socialização de gêneros, tendo-se ainda na cultura a responsável por transformar os corpos sexuados em socializados, o que define as trajetórias afetivo-sexuais. O gênero marca as experiências sexuais em que se incita, no universo brasileiro, a iniciativa sexual masculina dissociada da afetividade, e a ausência da feminina, sendo o homem sexualmente ativo, desejando permanentemente o sexo, tendo na atividade sexual masculina um rito de passagem de suma importância para a construção da virilidade (HEILBORN, 2003).

Acrescenta-se, ainda nesta perspectiva, que o processo de ser homem e ser mulher, não se dá de forma puramente “natural”; constitui-se no âmbito da cultura, dando-se a construção de gênero e sexualidade ao longo da vida, através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas explícita ou implicitamente nas instâncias sociais e culturais, em que as instituições familiares, escolares, religiosas e de saúde se apresentam, nesse processo, com o papel de auxiliar o indivíduo a produzir novos corpos, estilos e modos de ser e viver (LOURO, 2008).

No caso do homem, a sua atividade sexual é um dos pré-requisitos sociais para o reconhecimento da sua masculinidade, esperando-se que ele tenha várias experiências sexuais; em contrapartida, espera-se o inverso na mulher neste sentido, havendo uma tendência à reprovação desta diversidade (LUZ; BERNI, 2010).

Gomes (2008, p. 70) descreve a masculinidade como “um espaço simbólico que serve para estruturar a identidade de ser homem, modelando atitudes, comportamentos e emoções a serem adotados”, e ao seguir tais modelos, o indivíduo ganharia o atestado de homem, mas também não seria questionado pelos demais que compartilham desses símbolos, que se diferenciam pela cultura ao longo do tempo, nas classes e segmentos sociais, o que acarreta uma série de sentidos, sendo mais correto descrever as masculinidades, não podendo reduzi-las a uma categoria homogênea, tendo na virilidade a presença acentuada de características ditas masculinas, relacionada à intensidade (GOMES, 2008). A virilidade é, assim, tida como: "uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino" (BOURDIEU, 1999, p.67). Desta forma, pode-se dizer que não existe uma masculinidade, e sim várias, que se estruturam e reestruturam em/nos contextos sócio-históricos e culturais.

A masculinidade é também descrita “como uma configuração de práticas

organizadas em relação à estrutura das relações de gênero” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 259). E neste contexto, a masculinidade hegemônica foi tida como um padrão de ações que possibilitou a dominação dos homens sobre as mulheres, de forma normativa, por incorporar a maneira mais honrada de ser homem; é sustentada pela força, e não tem sempre características nocivas como a violência, podendo até mesmo incluir ações positivas, como o patrocínio financeiro da família e a paternidade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Percebe-se, ainda, que a idéia de masculinidade baseia-se na repressão de aspectos femininos, introduzindo o conflito na oposição entre o feminino e o masculino (SCOTT, 1995). No que tange ao adolescente, para adquirir essa masculinidade, ele deve evidenciar provas da sua virilidade, como o início da vida sexual e a paternidade. E desde a infância são socializados com base nos estereótipos de gênero nas suas atitudes e brincadeiras, e estas que incluem toque corporal são consideradas de menina, predominando entre os meninos as trocas de insultos verbais e a ausência de contato físico (ALMEIDA, 2005).

Considera-se, neste cenário, que desde a infância o indivíduo é influenciado por aspectos preestabelecidos, vinculados aos papéis de gênero, que estabelecem regras e normas para comportamentos de homens e mulheres, visto que com as técnicas modernas de imagem, aprende-se hoje em dia, desde o útero materno, a ocupar/ reconhecer seu lugar social através de estratégias sutis e naturalizadas, de difícil reconhecimento, mas que necessitam ser identificadas e problematizadas (MEYER, 2010).

Neste contexto, Chaves (1994) descreve que o homem é vinculado aos conceitos de virilidade, masculinidade, superioridade, força e coragem. Já o conceito de mulher, referido à feminilidade, inferioridade, fraqueza, imperfeição, contaminação e passividade. Acrescenta ainda que na relação sexual, a penetração permite ao homem um papel ativo, implicando em ato de controle e dominação, cabendo à mulher a passividade e a submissão.

Os conceitos de masculino e feminino social contribuem tanto para a responsabilização da mulher pela concepção, quanto para o afastamento masculino de questões quanto à reprodução e à contracepção. Brandão e Heilborn (2006) corroboram esta afirmativa ao relatarem que há nos homens jovens a não assunção plena de suas responsabilidades contraceptivas, e que as mulheres jovens é quem tomam a iniciativa e mantêm o uso regular do método contraceptivo. Soma-se a este cenário de iniquidades, que os principais problemas de saúde sexual e reprodutiva registrados incluem adolescentes e

mulheres jovens (BRASIL, 2007), o que traz reflexões quanto a valores que implicam nas desigualdades entre os sexos, e ainda, na responsabilização da mulher pela reprodução e contracepção.

Corroboram esta assertiva as investigações em bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) / DATASUS, onde se encontram apenas registros de dados femininos, tais como idade, escolaridade e estado civil da mãe, não havendo dados com relação aos pais, o que dificulta investigações na perspectiva paterna, desconsiderando-o assim do contexto da gestação.

Percebe-se que os jovens de sexo masculino, além de serem também responsáveis pela concepção e contracepção, ou pela ausência desta, podem influenciar na decisão da mulher de levar a gestação a termo, e ainda vivenciam a chegada do novo Ser com interferência na sua trajetória de vida e no seu contexto social, individual e familiar. As questões de iniquidade de gênero são também percebidas na busca bibliográfica, em que na literatura são incipientes os estudos que tratem a gestação na visão do jovem do sexo masculino (CABRAL, 2002; LEVANDOWSKI; PICCININI, 2002; LUZ; BERNI, 2010; PAULA et al., 2011; PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013).

Para Moreira (1997), aspectos afetivos, sociais, biológicos e cognitivos de homens e mulheres marcam a reprodução humana, e o exercício da paternidade e maternidade são determinados pela concepção dos papéis de gênero, sendo assim temáticas importantes ao se estudar as relações de gênero, visto que homens e mulheres têm modos distintos de lidar com a procriação e o cuidado dos filhos, permeados por regras sociais, históricas e culturais que são transformadas ao longo do tempo. As atividades masculinas são voltadas para o exterior do lar, e as da mulher, para a esfera doméstica (BOURDIEU, 1999), visto assim que as tarefas da casa e de cuidado com a criança são tidas como essencialmente femininas, sendo reservado ao homem o espaço público e a função de provimento do lar.

Neste estudo, o ato de cuidar encontra-se na perspectiva de Boff (1999), ao descrever que os seres humanos constroem o mundo a partir dos laços afetivos, o que tornam as pessoas preciosas, fazendo com que haja uma preocupação com elas que, conseqüentemente, implica em dedicação de tempo em sua direção, tendo-se no sentimento a possibilidade de sensibilização com as coisas ao redor, sendo ele capaz de produzir enternecimento, por exemplo, perante a fragilidade de um recém-nascido. Acreditando-se que o cuidado pertence à natureza humana, o cuidar do outro estaria relacionado ao ato de zelar para que o diálogo entre as partes fosse libertador e construísse uma aliança de paz e

amor que implicaria na superação da dominação entre os sexos, em desmontar o patriarcalismo e o machismo, por um lado, e por outro, o matriarcalismo e o feminismo.

Essa assertiva traz repercussões relacionadas aos papéis de gênero, em que o cuidado é atribuído à esfera feminina mas que, na atualidade, percebe-se no pai jovem maior vontade de participar nos cuidados e educação do filho, e ainda maior sensibilidade para estabelecimento desta relação, o que vem sendo discutido na perspectiva de uma “nova paternidade” (LUZ; BERNI, 2010). E no que tange à relação pai-filho, Levandowski e Piccinini (2002), ao observarem a interação de pais adultos e jovens com seus respectivos filhos, perceberam que estes primeiros apresentaram maior responsividade nessa relação, afirmando assim, que a idade madura não é determinante como fator principal para melhor interação pai-bebê.

Gestação precoce na família, nível socioeconômico desfavorável, pouca escolaridade, abandono escolar, pressão do grupo de amigos para se iniciar na vida sexual, relações familiares conflituosas e separação dos pais, são alguns dos fatores predisponentes à gravidez na adolescência e juventude (GOMES, 2006). E em especial à paternidade, alguns estudos associam-na a precárias condições socioeconômicas e baixa escolarização (ALMEIDA, 2005; DIAS; AQUINO, 2006; ORLANDI; TONELI, 2008; LUZ; BERNI, 2010; MEINCKE et al., 2011). Entretanto, percebe-se que o comprometimento com a vida estudantil não tem a sua principal causa na gestação (CABRAL, 2002; ORLANDI; TONELI, 2008), e que as condições socioeconômicas dificultadas precedem a paternidade (GIGANTE et al., 2008).

Siqueira et al. (2002) referem que a paternidade do jovem é tida como onerosa ao Estado, pois o papel de provedor relacionado à função social do homem, não poderia ser assumido por alguém sem qualificação profissional, culminando em mais gastos com os serviços públicos de saúde, educação, políticas públicas de geração de renda e apoio às famílias dos setores de baixa renda.

Neste sentido, a paternidade traz para o jovem um ressignificado em relação ao trabalho, que o torna necessário, quase que obrigatório para que possa cumprir as funções e atribuições do seu novo papel social de ser o provedor do lar; e ainda, a condição de ser homem adulto, pois esta atribuição significaria ser responsável e sustentar a prole (ALMEIDA, 2005).

Na real conjuntura em que se estabelece a paternidade na juventude, na invisibilidade cercada de preconceitos e perspectivas negativas, surgem em outro contexto achados considerando os aspectos positivos do fenômeno, como aquisição de maior

responsabilização, amadurecimento e relação de apego para com o filho (TRINDADE; MENANDRO, 2002; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014).

Considerando ser a paternidade uma relação afetiva, que se estabelece pela convivência duradoura (RIOS, 2012), e ainda as características específicas e individuais no seu exercício, pondera-se a descrição dos termos *experiência* e *vivência* para melhor compreensão dos objetivos traçados na presente pesquisa.

A experiência tem dois significados: no primeiro, há uma participação pessoal em situações de repetição; no segundo significado, não necessariamente quem descreve a situação, dela participou pessoalmente. E a vivência consiste na experiência vivida, designando toda a atitude ou expressão da consciência (ABBAGNANO, 2007). Para Minayo (2012), a experiência é constituída na existência humana, alimentando-se na reflexão e expressando-se na linguagem; já a vivência é tida como o “produto da reflexão pessoal sobre a experiência” (Op.cit., p. 622). Gadamer (1999) acrescenta, ainda que a vivência é constituída na lembrança, como posse duradoura, sendo realçada por outras vivências nas quais se experimentou alguma coisa diferente ou que nada é experimentado, tendo-se no que é vivenciado, a autovivência, que possui uma correlação relevante e insubstituível.

Mediante a exposição acima, o estudo traz as seguintes **questões norteadoras**: Como é vivenciada a paternidade na juventude? Quais mudanças a paternidade na juventude acarretaram à vida do jovem pai? Delimitou-se assim, como **objeto do estudo**: a vivência da paternidade na juventude na perspectiva de gênero. Os **objetivos** contemplados no decorrer da pesquisa foram: Descrever a vivência da paternidade na juventude, e Identificar as mudanças e repercussões da paternidade sobre a vida do jovem pai.

A relevância do estudo baseia-se no número de pesquisas que retratam a temática paternidade na adolescência e juventude que, conforme mencionado, abrange em sua maior parte a percepção feminina da gestação, fato ratificado em revisão integrativa realizada no primeiro semestre de 2014, quando se observou maior número de estudos qualitativos acerca do assunto e a permanência de incipiência em estudos quanto ao fenômeno, carecendo ainda de dedicação para preencher algumas lacunas, como a compreensão da participação do jovem pai no pré-natal, parto, na vida do filho, e suas perspectivas de futuro (VEIGA et al., 2014).

O investimento em pesquisas qualitativas pode ampliar a compreensão do fenômeno estudado a partir do próprio sujeito, levando a uma tomada de posição diferenciada, e ainda permitir um maior aprofundamento no cotidiano da juventude

(FREITAS; ABRAMO; LEÓN, 2005). Com isso, contribuir para a exploração do fenômeno da paternidade durante esta fase da vida, é também buscar atingir o compromisso internacional proposto na Conferência sobre População e Desenvolvimento (1994) e na Conferência Mundial sobre Mulher (1995) no sentido de reconhecer a saúde reprodutiva como um direito humano e um elemento na busca pela igualdade de gêneros, e as orientações de ser a saúde sexual e reprodutiva de jovens um foco prioritário no atendimento a este público (BRASIL, 2005A; 2010).

No que se refere aos serviços de saúde, esta pesquisa poderá contribuir como ferramenta de educação permanente das equipes de saúde para incluir o pai nas rotinas assistenciais, devendo estas serem sensibilizadas quanto à importância da presença paterna, reconhecendo os seus benefícios na vida da criança, com isso justificando a inclusão do pai no pré-natal, parto e pós-parto (BRANCO et al., 2009).

A busca por contribuir para a compreensão do fenômeno da paternidade na juventude, favorece o entendimento das causas da reprodução durante este período da vida, com enfoque no gênero masculino, assim como na sua vivência, envolvendo aspectos além dos fisiológicos e epidemiológicos, e ainda dos pontos que favoreçam o seu exercício da paternidade saudável e responsável.

Almeja-se ainda, neste estudo, que seus achados contribuam para a compreensão do fenômeno da paternidade durante a juventude, estimulando dedicação a novos estudos que auxiliem na exploração da temática, e ainda propiciem a sensibilização de acadêmicos e profissionais de saúde quanto à relevância de incluir o jovem pai na assistência gestacional, no parto, pós-parto, e participação na vida do filho, que poderá repercutir positivamente nas práticas no âmbito da atenção à saúde sexual e reprodutiva a este público, e possibilitar melhoria na qualidade de vida dos jovens, de seus filhos e de sua família.

## 2 REFERENCIAL CONCEITUAL

### 2.1 JUVENTUDE, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

Neste capítulo, para tratar de juventude falamos inicialmente da adolescência, pela interseção que tem com esse período. O termo *adolescência* surge do Latim, em que *adolescere* significa “crescer” ou “crescer rumo à maturidade”, sendo a maturidade o estado em que o indivíduo completa o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual. O conceito da adolescência é recente, pois, apenas nos séculos XVII e XVIII é que se deu atenção especial ao adolescente e à criança. Esse período etário situa-se entre a infância e a vida adulta, tendo o seu início bem delimitado pelas transformações fisiológicas da puberdade, e seu fim, indefinido individualmente (HEINSIUS, 2004). Nesta perspectiva, a assunção do papel de adulto depende da cultura e da classe social em que o indivíduo está inserido, sendo caracterizado pelo seu sustento econômico, escolha de carreira, saída da casa dos pais e descoberta de sua própria identidade (VALLADARES, 1997).

Há uma divergência teórica com relação ao período de entrada e saída da adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), limita esta fase às idades de 12 a 18 anos. A Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde brasileiro, descrevem este período iniciando-se aos 10 anos e terminando aos 19 anos completos; já a juventude, como o período entre os 15 e os 24 anos. Entretanto, o termo juventude pode ainda, convencionalmente, abranger a faixa etária de 15 a 29 anos, e chegar ainda dos 12 aos 35 anos, não sendo assim, por si só, a categoria etária suficiente para analisar esse período (FREITAS; ABRAMO; LEÓN, 2005).

No Brasil, o termo *adolescência* era predominante, mas percebeu-se uma necessidade de desenvolver políticas públicas para a juventude, além da faixa etária da adolescência; entretanto, no contexto brasileiro há o uso concomitante dos termos *adolescência* e *juventude* que, em alguns momentos, se superpõe, e em outros, ocupam campos complementares, mas distintos. Considera-se, também, que as distinções e semelhanças entre esses dois termos não são claras. Então, ao procurar definir a juventude estabelecendo suas diferenças frente à adolescência, descreve-se esta primeira como fase do ciclo vital humano entre a vida infantil e adulta, em que estão presentes as mudanças físicas da puberdade e transformações emocionais e intelectuais, tendo como elementos de concepção e definição, dentre outros: as gerações, os estilos de vida, as trajetórias de vida, e os ritos de passagem, estes últimos com a função de estabelecer o antes (criança) e



o depois (adulto) (FREITAS; ABRAMO; LEÓN, 2005).

Os estudos tem tentado dar conta da etapa da vida entre a infância e a fase adulta, entretanto, essas fases também seriam resultantes de construções sociais num dado contexto histórico e social, abrangendo mudanças e significações (FREITAS; ABRAMO; LEÓN, 2005). Acrescenta, neste sentido, Bourdieu (1978, p.2) ao descrever que: “Somos sempre o jovem ou velho de alguém... a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente...”, afirmando ainda que a idade biológica e a idade social estabelecem relações muito complexas, e que para falar dos jovens, seria preciso analisar as diferentes juventudes, e não um grupo constituído de interesses comuns, como se fossem uma única unidade social.

Observa-se com as exposições acima, que divergências conceituais também norteiam a definição da condição juvenil, entretanto, o seu debate se realiza em torno do caráter e dos marcos da transição ao mundo adulto, considerado como um dos mais significativos dessa fase da vida, que também inclui a conclusão dos estudos, a inserção no mercado de trabalho, a autonomia com relação à família de origem e a constituição de uma nova família, em geral relacionada à residência própria, conjugalidade e reprodução (INSTITUTO PÓLIS, s/a).

Estes desencontros teóricos com relação à idade de entrada e saída da adolescência e da juventude, ocorrem devido às características individuais e ao contexto social, cultural e econômico no qual o adolescente/jovem está inserido. Na área da Saúde, o estabelecimento da faixa etária dos anos correspondentes ao início e término dessas fases, são relevantes para fins de organizações dos serviços de atendimento a esse público. No entanto, devemos considerar que a entrada e saída da juventude é caracterizada por aspectos individuais, sociais e econômicos variando, assim, de uma pessoa para outra. Por isso, detecta-se indivíduos imersos em realidades distintas, com comportamentos mais amadurecidos ou não, independente da idade cronológica.

Gradualmente, o aumento das exigências de estudo e especializações para o ingresso no mercado de trabalho, acarretam a prorrogação desse período a idades cada vez mais tardias, tendo o termo *juventude* vir a satisfazer o prolongamento da fase em que ainda não se assumiu as responsabilidades ditas do mundo adulto (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS, 2010). Mediante as exigências da atualidade de maior escolaridade e qualificação para inserir-se no mercado de trabalho, e a dificuldade de inserção nesse mercado face ao número de vagas existentes que leva ao aumento da competitividade, constata-se um prolongamento da juventude (SILVA et al., 2006).

Contudo, no Brasil, de um modo geral, o período de formação escolar da juventude aumentou, entretanto, para a maioria dos jovens, esse prolongamento chega até a adolescência pela universalização do Ensino Fundamental, embora o Ensino Médio e mais ainda, o Ensino Superior, não façam parte da realidade da maioria desses jovens que, majoritariamente, tem a sua inserção trabalhista na juventude. Com isso, observa-se que a extensão escolar é uma atividade predominante apenas para uma pequena parcela dos jovens, e não traduz um adiamento significativo à entrada no mercado de trabalho. O trabalho é uma experiência de vida para a maioria dos jovens brasileiros, estando presente mesmo entre os indivíduos com mais escolaridade e melhor nível socioeconômico, mas tem-se no desemprego e nas condições desfavoráveis das atividades trabalhistas uma relação inversa a estas condições sendo, assim, uma ameaça maior aos jovens de mais baixa renda (INSTITUTO PÓLIS, s/a).

Ao reconhecer as vulnerabilidades e as interferências das realidades socioeconômica e política no processo referente à saúde-doença dos jovens, ou seja, de indivíduos entre 15 e 24 anos, o Ministério da Saúde adotou a expressão “pessoas jovens”, ampliando assim as especificidades no atendimento à faixa etária de 10 a 24 anos. Assim como, ao perceber a grande diversidade presente nas condições de vida e nas variáveis raciais, sociais, religiosas, culturais, de gênero e orientação sexual, presentes no universo deste grupo específico, adota-se o termo “juventude”, sendo esta fase vista como de emancipação, abrangendo três dimensões interdependentes: a macrossocial, que envolve as desigualdades de etnia, gênero e classe; a que envolve os dispositivos das instituições de trabalho e ensino; e a que envolve as particularidades da vida de cada indivíduo (BRASIL, 2010).

No contexto brasileiro, as desigualdades sociais presentes no cenário da juventude provocam iniquidades nas áreas da educação, inserção e oportunidades no mercado de trabalho, que repercutem também na dificuldade para a emancipação financeira. Essas iniquidades causam também implicações na saúde deste grupo populacional, em que a pobreza e o preconceito privam o jovem de acesso aos dispositivos educacionais, de saúde, lazer, cultura e convívio comunitário. No âmbito da vida sexual e reprodutiva dos homens, percebe-se que a escolarização mais longa retarda o início da vida sexual, entretanto, a entrada precoce no mercado de trabalho, relaciona-se à inserção sexual mais precoce, sendo ainda os jovens de sexo masculino o público minoritário na atenção à saúde sexual e reprodutiva nos serviços de saúde (BRASIL, 2010).

A síntese dos dados brasileiros, de pesquisa quantitativa, realizada em 2008, sobre

juventudes da América do Sul, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Instituto Pólis, contando com participantes jovens (18 a 29 anos) e adultos, tendo como intuito levantar as percepções e opiniões dos brasileiros quanto à juventude e suas questões, demonstrou que a desigualdade de renda está associada à cor ou etnia, escolaridade e situação de domicílio, em que a maior concentração de negros está presente entre os jovens com menor escolarização e nas famílias de mais baixa renda, assim como os maiores níveis de escolarização e anos de estudo são associados com a mais alta renda, e a conjugalidade e reprodução na juventude, relacionadas a condições socioeconômicas mais precárias, estando também a pobreza e a baixa escolarização mais pronunciadas no campo do que na cidade (INSTITUTO PÓLIS, s/a).

A juventude é tida como um momento de experimentação da sexualidade, e esta se destaca na busca de autonomia do jovem, colabora para demarcar fases, trajetórias, sendo exercida de forma singular, permeada por preconceitos e rituais, em que o jovem assume autonomia e controle do seu corpo, vivendo a ambiguidade de ser sexualmente adulto e dependente, dentre outras, na esfera econômica de seus familiares (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Taquette (2008A) descreve que a sexualidade é uma das características mais importantes do ser humano, estando presente desde a vida intrauterina, percorrendo toda a infância, tendo na puberdade sua concretização, através do ato sexual com fins de prazer ou procriação.

Contrariando a ideia popular sobre a ausência de instinto sexual em crianças, Freud (1969), pioneiramente identificou e descreveu manifestações sexuais presentes desde a infância, como o ato de “chupar o dedo”, a retenção das fezes na ampola retal e os estímulos genitais realizadas na busca de prazer, ganhando na puberdade um amadurecimento final que denominou de encontro do “objeto sexual” subordinando, assim, a atividade sexual à reprodução. Entretanto, a sexualidade não se restringe aos instintos previamente descritos, ou ao ato sexual propriamente dito, visto que seu sentido amplificado percorre uma série de significados, emoções que norteiam aspectos culturais e sociais, e envolvem o prazer:

A sexualidade é vivenciada e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Em todas as sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo aprendidas pelas pessoas desde a infância. (BRASIL, 2009, p. 24)

As iniquidades de gênero marcam a vida sexual dos jovens; tem-se no sexo masculino uma cobrança para o início da vida sexual como prova de virilidade, e para o sexo feminino, espera-se um resguardo nesse sentido. Até mesmo o “ficar”, para os rapazes, é tido como uma possibilidade de variação de parceiras, considerado positivo por possibilitar ao jovem tornar-se mais experiente amorosa e sexualmente. No caso das moças, uma variedade grande de parceiros pode resultar numa atribuição de valor negativo, causando ideia de promiscuidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Considera-se que o termo “ficar” surgiu na década de 80, tornando-se um código de relacionamento muito comum entre os jovens, caracterizado pela falta de compromisso e exercício da sedução com o objetivo de busca de prazer, que pode culminar desde a troca de beijos, abraços, “sarra-sarra”, até em uma relação sexual (CHAVES, 1994). É uma forma de relacionamento afetivo-sexual que possibilita ao jovem experimentar outras formas de vivenciar prazer e afetividade, alternativas ao namorar, que se configura numa relação mais estável e rígida (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

No contexto da sexualidade, sabe-se que a preocupação em torno do jovem limita-se à tentativa de controle, tutela e prevenção, e que na família a educação sexual é algo incipiente, enquanto no ambiente escolar, a sexualidade é um assunto polêmico, permeada por mitos e tabus histórica e socialmente construídos, sofrendo interferências midiáticas, judiciais e religiosas (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

A sexarca (primeira relação sexual) marca a passagem para a vida adulta e insere o jovem em grupo mais vulnerável a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), gestações não planejadas e aborto (BORGES; SCHOR, 2007), caracterizando que com o início da vida sexual, ele é inserido em um universo de novas possibilidades, marcadas pelos riscos dessa inserção, em que um sentimento de onipotência faz com que se sintam seguros e protegidos, o que pode torná-los mais susceptíveis a essas vulnerabilidades (PAULA et al., 2011).

Existe toda uma polêmica que cerca a atividade sexual na juventude, perante os casos de gestação nesta fase da vida ou manifestação do desejo desta. As considerações são relacionadas aos riscos, à visão como um evento destruturador na vida do jovem e reprodutor do ciclo da pobreza, ao colocar impedimentos na qualificação profissional. E esta visão familiar, social, “adultocêntrica”, é reproduzida pelos jovens, traduzindo a desvalorização de suas reais opiniões e crenças (BRASIL, 2007).

A gravidez na adolescência, segundo a OMS, é aquela que envolve sujeitos até os 19 anos; entretanto, o conceito de gravidez juvenil é mais amplo por compreender

adolescentes e jovens, incluindo os indivíduos até os 24 anos. Este evento é tido como indesejado, não planejado, precoce, e como consequência, um problema a ser solucionado (TAQUETTE, 2008B). Esta visão de “problema” é relacionada às taxas de fecundidade mais elevadas entre jovens com baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, em que se vislumbram também as mortalidades materna e infantil, além da possibilidade de abortos clandestinos, cenário em que se deve considerar também o ônus para os serviços de saúde (CABRAL, 2002; ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

O fenômeno da gestação na adolescência transcende argumentos como: desinformação, dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos e baixa autoestima. A problematização desta questão inclui representações sobre a sexualidade, questões de gênero, ambivalência do desejo de ter filhos, expectativas mais precoces ou tardias de constituição de uma família, existência ou não de projetos profissionais futuros, dentre outros fatores (BRANDÃO, 2009).

Ribeiro e Lourenço (2003, p.45), no que tange à gravidez, alegam que esta “encontra ambíguas ressonâncias com a rígida adesão aos valores e comportamentos associados ao sucesso financeiro por jovens da classe média”. Acrescentam ainda que a própria vida social estimula a indiferença e o conformismo, este último contendo elementos do senso comum e a adequação à resignação ao que é compreendido como é possível, havendo ainda impedimentos da adequação da vida imediata e projeção da existência individual, sendo a concepção de futuros alternativos negada pela ideologia dominante e pelas condições de vida.

Pantoja (2003) acrescenta que para a adolescente, a maternidade pode representar parte de um projeto de vida, uma espécie de entrada no mundo adulto e reconhecimento pela sua família e amigos, e que a gestação representa para o adolescente, o símbolo da masculinidade, levando-o ao papel de provedor, o que o insere no mercado de trabalho, afastando-o da escola.

Embora para a maioria desses jovens esta etapa da vida seja de transição, e não de envolvimento em situações socialmente determinadas, o ato de ter filhos pode significar para muitos uma expressão de poder, virilidade e uma compensação por outras faltas e exclusões. Assim, embora se lamente pela perda da juventude diante da gravidez, considerada precoce, o jovem pode amadurecer e se fazer responsável, o que é neste aspecto considerado positivo como transição para a vida adulta. Chama a atenção o fato porque medos, inseguranças, baixa autoestima e assimetrias de gênero nas negociações sexuais e reprodutivas, podem resultar em gravidez em contexto desejado ou não, tanto

para mulheres jovens quanto adultas, inclusive como forma compensatória (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

A experiência da maternidade/paternidade na adolescência perpassa pela condição de classe, em um contexto de precariedade em termos de renda, alimentação, moradia e escolarização (CABRAL, 2002), em que o impacto da paternidade resulta do contexto social e cultural (PAULA et al., 2011), inclusive com relação ao seu planejamento, que é mais comum em jovens de famílias mais pobres e com menor escolarização, sendo um evento prevalente entre indivíduos da cor preta/parda, com baixa escolaridade e pertencentes a classes menos favorecidas (AQUINO et al., 2003; GIGANTE et al., 2008).

A paternidade pode ser um problema para indivíduos em qualquer faixa etária, se marcada pela ausência de políticas públicas que subsidiem a entrada no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos. Entretanto, a gravidez em fase da vida dita precoce, destaca a realidade da juventude brasileira ao articular os aspectos relacionados ao exercício da sexualidade e reprodução, as condições de vida e as desigualdades sociais brasileiras (BRASIL, 2010).

Segundo Taquette (2008B), a gravidez na adolescência vem sendo relacionada à baixa escolaridade e ao baixo nível socioeconômico, e ao ser tida como problema, vislumbra-se a sua solução através de investimentos maciços na esfera contraceptiva, fato traduzido pela autora como se dissessem que jovens com baixa escolaridade e pobres não possam ter filhos, sendo indagada por ela como se fosse mais justa, a tentativa de investimento em melhores condições de vida, perpassando pela aumento da escolaridade e oportunidade de ascensão e melhor renda, para que estes indivíduos tenham o direito e a possibilidade de escolherem o momento de se reproduzirem.

Alguns estudos, como os de Siqueira et al. (2002), perceberam que a gravidez na adolescência possibilita maior conjugalidade, e mesmo que a relação não seja oficializada, os parceiros tendem a morar juntos. Para Pantoja (2003), a valorização ou desvalorização da gravidez pela sociedade (família, amigos etc.) está diretamente relacionada ao contexto de relacionamento no qual ela ocorreu (relação sexual eventual ou não) e ainda, ao fato de o genitor assumir a paternidade e apoiar a grávida.

Considerando a sexualidade e a reprodução fenômenos ligados à atenção sexual e reprodutiva, e com o entendimento de que a iniciação sexual é um evento comum na juventude, cujo início precoce torna-se fator relacionado com a paternidade, nesta fase da vida são necessários investimentos em estratégias preventivas e estabelecimento de redes de apoio que visem educar o jovem para exercer seguramente a sexualidade, debatendo-se

inclusive o significado da paternidade responsável na ascensão à maturidade (OLIVEIRA, 2012). Considera-se também de extrema relevância perceber a representação da paternidade na juventude, a fim de estabelecer práticas e ações efetivas que propiciem o exercício saudável e responsável dos direitos sexuais e reprodutivos nesta fase da vida.

Correlacionando a sexualidade e os profissionais de saúde com o objetivo de perceber qual a abordagem pedagógica apresentada sobre sexualidade durante o curso de graduação em Enfermagem, Pereira (2007) percebeu que discentes e docentes acreditavam ser esta temática de suma importância durante o curso profissional; entretanto, o enfoque durante a formação foi predominantemente centrado em aspectos biomédicos, favorecendo o processo que chamou de assexualização, tanto do futuro profissional quanto do usuário do serviço, assim desqualificando a assistência.

Para Reichert e Wagner (2007), a independência é a habilidade de exercer ações por conta própria; já a autonomia envolve a capacidade de pensar e de decidir, independente das vontades e desejos dos outros. A imposição do controle da natalidade não é vista como estratégia para redução das desigualdades sociais e da pobreza existentes no país. Assim, para amenizar as iniquidades socioeconômicas, deve-se investir em desenvolvimento sustentável e distribuição mais igualitária das riquezas (BRASIL, 2005A). Ademais, visto que o controle da prole deve ser feito pelo casal, que tem direito a informações e acesso aos meios que lhes garantam este fim, qualquer imposição neste sentido viola os direitos de homens e mulheres, adultos e jovens, no que tange à autonomia reprodutiva.

Neste sentido, as necessidades de saúde dos rapazes não pode ficar restrita à oferta de preservativo ou à prevenção de DST, como enfatiza a maioria dos programas governamentais voltados ao público jovem, pois há outras questões que necessitam ser trabalhadas, podendo servir como porta de entrada para assuntos mais delicados e íntimos, como os da esfera da sexualidade e reprodução (NASCIMENTO; SEGUNDO; BAKER, 2011).

A assistência qualificada em saúde do adolescente inclui, essencialmente: acolhimento, acesso e vínculo. A partir dos dois primeiros é que se estabelece este último. Sendo assim, ao estabelecerem o vínculo com os profissionais de saúde, os jovens atingem a autonomia para compartilhar as tomadas de decisões. Ao promover ações de esclarecimento e orientações a adolescentes e jovens, investindo em abordagem participativa, o profissional pode potencializar a formação de autonomia, tornando-os co-responsáveis pela própria condição de saúde (COSTA; QUEIROZ; ZEITOUNE, 2012).

Neste estudo, considera-se os direitos sexuais e reprodutivos como abrangentes

também à juventude, o que implica na autonomia dos indivíduos para escolherem o momento da vida em que serão pais; entretanto, isso não torna desnecessária a importância da sensibilização de cada um para a tomada de decisão responsável, considerando ainda as possibilidades de investimento em outros setores da vida como escolarização, profissionalização, lazer etc., e não na paternidade durante este período etário como um destino provável dos jovens menos favorecidos nas esferas social e econômica.

## 2.2 A PATERNIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE

A paternidade, no registro de nascimento, é chamada de paternidade jurídica, visto que é através dela que se definem os direitos do indivíduo à filiação advinda da presunção “*pater is est*”, em que se pressupõe como pai o marido da mãe, ou aquela adquirida por meio legal de adoção. Mas, atualmente, o termo paternidade caracteriza um aspecto de relação afetiva proveniente do convívio duradouro, assegurando ao filho algo além do registro civil, como afeto, abrigo, amor e dedicação (RIOS, 2012).

A filiação consiste no vínculo entre pais e filhos, sendo a relação de parentesco em via reta, de primeiro grau, entre dois indivíduos. E a paternidade, como o seu caráter inverso, é um direito, visto haver a necessidade das pessoas conhecerem suas origens. Mas em sentido mais amplo, “a paternidade forma um laço jurídico com base na solidariedade efetiva da existência de interesses, de sentimentos, ligados a uma reciprocidade de direitos e deveres”, no qual “ser genitor é totalmente diferente de ser pai” (OLIVEIRA, 2005, p. 372). Neste sentido, o conceito de paternidade deve transcender o ponto de vista da obrigação legal, tornando-se um direito de participar desde a opção de ter ou não filhos, e quando tê-los, acompanhar a gestação, o parto, o pós-parto e a educação da criança (BRASIL, 2008).

O Código Civil de 1916 baseia-se na família romana, em que o pai tinha um poder absoluto sobre a mulher e os filhos. Nesse Código, o direito de família encontrava-se estritamente vinculado ao casamento, permeado por preconceito e hierarquização, estabelecendo uma série de dificuldades para se reconhecer a paternidade, visto que a mesma era vinculada ao casamento. Com a instauração da Constituição Federal de 1998, iniciam-se mudanças nesse sentido, quando se atribui a unidade familiar, além do matrimônio. Na atualidade, a família, reconhecida por diferentes constituições, pode ser resultante da consanguinidade ou por adoção, reprodução assistida ou socioafetiva, configurando-se como base para o desenvolvimento dos indivíduos, do afeto e da felicidade (OLIVEIRA, 2005; MEIRELES, 2012; RIOS, 2012).



O Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) traz inovações ao amplificar a unidade familiar, reconhecendo como filhos os provenientes do casamento ou não, e ao considerar o parentesco, estabelece que a filiação se prova pela certidão de nascimento registrada no Registro Civil, mas considera outras formas de parentesco além da consanguinidade, acarretando implicações nas questões que destacam o gênero socialmente atribuído, ao possibilitar a guarda compartilhada das crianças, ou estipulada a qualquer um dos genitores considerando, neste caso, o que melhor promova fatores que influenciem no bem estar do filho. Por isso:

O vínculo paterno não deve fundar-se na pura formalidade, mas na existência de laços sociais consistentes entre o indivíduo e o pai. Daí a paternidade jurídica não se prender aos dados biológicos, criando presunções legais, úteis no plano prático, quando compreendidas em favor do filho. (OLIVEIRA, 2005, p.372)

Constata-se uma tendência social à postergação da paternidade, principalmente nas classes mais favorecidas, com a intenção de preparar os jovens profissionalmente, mas isso caracteriza um controle do exercício sexual do jovem que, ao descobrir a gravidez da parceira, expressa susto inicial por não estar na idade considerada socialmente certa para serem pais. Entretanto, essa mesma sociedade que estipula o período etário para a paternidade, é aquela que deixa para amanhã as orientações sobre o tema sexualidade (TRINDADE; BRUNS,1999).

A paternidade durante a adolescência provoca ambiguidades no jovem, remetendo-os a uma crise em que a inesperada gravidez faz com que ele reformule seus planos de vida, sendo este fenômeno multifacetário por envolver diversos aspectos, como as relações familiares, de gênero, sexualidade e educação (TRINDADE; BRUNS,1999). Hoga e Reberte (2009), ao entrevistarem homens com vivência de paternidade na adolescência em uma comunidade de baixa renda localizada em uma cidade brasileira, constataram que as lacunas na educação sexual, a falta de cuidado contraceptivo e o desejo de ser pai estariam associados a este evento, ou seja, a paternidade na adolescência.

Sabe-se que a paternidade, nem sempre assumida, provoca repercussões na maternidade durante esta fase da vida, afetando diretamente a mãe que, em alguns casos, assume sozinha a educação do filho, mesmo sendo indiscutível que o processo reprodutivo requiera participação masculina (LUZ; BERNI, 2010).

Com relação à vida estudantil, percebe-se que a interrupção dos estudos e/ou o atraso escolar já podem ser, em alguns casos, anteriores ao evento da gravidez, portanto, não sendo o fator determinante da evasão, embora dificulte o retorno àquelas atividades (ORLANDI; TONELI, 2008).

Observa-se que a paternidade revela uma trajetória de similaridade entre os jovens pais, não significando que tal condição seja necessária ou suficiente para a compreensão. Entretanto, observa-se baixa mobilidade social entre as gerações ao considerar as variáveis trabalho e escolaridade, o que a torna mais um problema de classe do que propriamente de geração (CABRAL, 2002). Com relação ao futuro desses jovens pais, Cabral (2002, p.71) afirma que “se o presente é permeado por tamanhas dificuldades, sonhar ou projetar o futuro por vezes parece impossível”.

Ser pai em fase da vida precoce, pode causar preocupação e resistência, pois geralmente este período é concebido como momento em que o indivíduo ainda está em formação, tanto biológica quanto psicológica. A paternidade, então, causaria implicações adicionais aos jovens, visto que não haveria uma organização social para prepará-los e apoiá-los nessa nova tarefa. O processo identificador de ser pai é mais lento de ser construído e, em alguns casos, pode não chegar a se desenvolver, pois é nessa fase da vida que o indivíduo constrói sua identidade, e ao se tornar pai, o jovem passa a possuir dupla tarefa: ser filho e ser pai (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013).

Os jovens enfrentam dificuldades na transição para a paternidade, havendo perda de liberdade (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013) acompanhada de assunção de responsabilidade, que exigem renúncias, novas estratégias e mudanças no estilo de vida (TRINDADE; BRUNS, 1999; CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008; MELO et al., 2012).

Contextos socioculturais e econômicos norteiam o fenômeno da paternidade, principalmente nas implicações acadêmicas e profissionais, pois já foi descrito que embora a dedicação estudantil resultasse no adiamento reprodutivo (DIAS; AQUINO, 2006), nos jovens menos favorecidos o comprometimento da vida escolar já era progresso à paternidade (DIAS; AQUINO, 2006; ORLANDI; TONELI, 2008).

A paternidade em vida precoce vincula-se a desfavoráveis condições socioeconômicas (OLIVEIRA, 2012), instabilidade empregatícia, baixa escolarização e não adesão à rede de ensino, o que rompe com uma das principais expectativas depositadas nos jovens em período de preparação para a vida adulta, sob a justificativa pela busca de trabalho, tornando-se a gravidez um empecilho à continuidade da vida estudantil, além de incompatibilidade e desinteresse pelos estudos (CABRAL, 2002).

Assim, sentimentos ambivalentes como medo, insegurança, alegria e felicidade são relatados na descrição do fenômeno (PAULA et al., 2011; MELO et al., 2012; PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013), em que os sentimentos antes negativos, posteriormente dão vez

aos sentimentos positivos (MELO et al., 2012; PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013) diante da satisfação de ser pai, já que

quando o adolescente se reporta à satisfação em ser pai como ponto positivo, entende-se que este como os demais homens adultos demonstram prazer em ser pai, em participar da criação e do desenvolvimento de um ser, que é seu fruto. (MELO et al., 2012, p.265)

Portanto, a vinda do filho pode representar um fator estimulante para uma alteração positiva no curso da vida (CABRAL, 2002) em que as emoções, o apego, o afeto e a cumplicidade com o filho se destacam (PAULA et al., 2011).

Para o jovem, o ser pai significa ter mais amadurecimento e responsabilidade, incrementando o processo de transição para a vida adulta, sendo assim a gravidez um importante papel na construção da identidade masculina, na medida em que representa potência e virilidade (CABRAL, 2002; GOMES, 2006; CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008; MELO et al., 2012).

Assim, a paternidade insere o jovem no mundo adulto (LUZ; BERNI, 2010) e se relaciona ao significado de ser homem, visto que “ser homem inclui assumir as funções masculinas da paternidade” (ALMEIDA, 2005, p.75). O fato de muitos jovens se tornarem pais por desejo e planejamento, reafirma a ideia de que paternidade e masculinidade estão associados (HOGA; REBERTE, 2009).

O trabalho é percebido como uma necessidade, estando associado a uma noção de independência pelos jovens, por ser sido considerado um elemento na construção da autonomia em relação à família, e pela “respeitabilidade” adquirida com o início das atividades trabalhistas (INSTITUTO PÓLIS, s/a). Então, mesmo que alguns jovens já estejam inseridos em atividades de trabalho, a paternidade traz um ressignificado a este, tornando-o obrigatório para o provimento da sua própria família, mesmo que para isso conte com a ajuda financeira de seus pais e demais familiares (CABRAL, 2002; ALMEIDA, 2005; LUZ; BERNI, 2010; PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013), visto que “a paternidade não é concebida apenas como fazer filhos, ela está relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los” (PAULA et al., 2011, p.9).

A ausência de trabalho faz com que o homem perca seu *status* social, relacionado no mundo capitalista ao lugar ocupado na produção de bens e serviços (DORAIS, 1994). E para Pantoja (2003), a gestação representa para o jovem o símbolo da masculinidade, levando-o ao papel de provedor, o que o insere no mercado de trabalho e o afasta da escola, visto que a percepção do trabalho como sendo uma obrigação está mais relacionada aos homens do que às mulheres, possivelmente pela associação deste primeiro como

provedor (INSTITUTO PÓLIS,s/a).

A importância do trabalho na assunção da paternidade traz implicações nas escolhas entre trabalhar e estudar, em que se reconhece a influência da paternidade precoce no comprometimento da vida estudantil, impedindo o crescimento intelectual e o futuro promissor (MELO et al., 2012). Percebe-se, neste contexto, que a paternidade para os rapazes de classes populares provocaria uma necessidade maior de trabalhar, embora já tivessem esse compromisso desde muito cedo, o que faz com que muitas vezes abandonem a escola e lutem para evitar o desemprego. Nesta conjuntura, o apoio familiar evita que a paternidade seja um empecilho à continuidade dos estudos (PAULA et al., 2011).

No que se refere à escolaridade, observa-se que esses jovens têm grau de instrução inferior aos que não passaram por esta experiência, percebendo-se que os esforços para investir na escolarização traduzem o adiamento da paternidade. Percebe-se também nas camadas populares, que a vida estudantil já é conflituosa e incerta, mesmo antes da gestação, e que esta se torna mais um motivo para a interrupção dos estudos (DIAS; AQUINO, 2006).

Pesquisa envolvendo jovens de três cidades no Brasil constatou que a experiência de paternidade favorece a união conjugal, mas não caracteriza a autonomia financeira, visto que muitos desses jovens vivem no domicílio com os familiares (DIAS; AQUINO, 2006). No que tange à família, esta fornece apoio fundamental de suporte emocional e financeiro, o que remete ao grau de aceitação da gravidez e ao enquadramento no contexto familiar e social (CABRAL, 2002), sendo ainda o apoio familiar importante para o estabelecimento de projetos de vida futuro, visto que fornece suporte econômico e afetivo aos jovens pais (TRINDADE; BRUNS, 1999; PAULA et al., 2011; PAULINO, PATIAS, DIAS, 2013).

No contexto da paternidade, percebe-se que a relação pai-filho depende da relação que os pais tiveram com seus genitores no passado, em que modelos são reproduzidos e reformulados. Sendo assim, a paternidade traz questionamentos quanto à relação do pai com seu próprio pai (RAMIRES, 1997).

Dorais (1994, p. 75) descreve que “a indiferença, o abuso ou a rejeição por parte do pai é uma situação mais comum e mais perturbadora para o homem do que podemos acreditar”. A vivência da paternidade também considera o modelo do pai do jovem como uma referência, servindo este de referência, que culmina na repetição de ações ou na reestruturação da forma de educar/criar seu filho (TRINDADE; BRUNS,1999).

Na atualidade percebe-se que, independentemente de serem jovens, os pais refletem

a paternidade questionando, assim, antigos valores e definições, possibilitando a vivência de um novo papel (PAULA et al., 2011). Embora seja considerada um impacto na vida do jovem, a paternidade deve ser vista como uma possibilidade na trajetória juvenil, principalmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social (OLIVEIRA, 2012).

Klaus e Kennel (1992, p.22) descrevem ser o apego “um relacionamento ímpar entre duas pessoas, específico e duradouro ao longo do tempo”, traduzido através de comportamentos como beijar, acariciar, trocar olhares e aconchegar. Os mesmos autores afirmam ainda ser o apego fundamental para a sobrevivência, o desenvolvimento e a formação de futuros laços afetivos pelo bebê com outros indivíduos, sendo este tão poderoso que capacita os pais a fazerem sacrifícios por seus filhos.

Ramires (1997) percebe nos pais adultos um desejo de relação mais próxima com o filho, permeada por amizade e confiança. Com relação ao pai jovem, mesmo o cuidado da casa e da prole considerado do ramo feminino, na atualidade constata-se nos jovens pais uma postura mais participativa no cuidado com o filho (DIAS; AQUINO, 2006; LUZ; BERNI, 2010).

Corroborando, neste sentido, a assertiva de que “a atenção de pais cuidadores e afetivos contribui positivamente para toda a família, principalmente com relação ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social das crianças” (BRANCO et al., 2009, p.5), o que diminui a sobrecarga materna e amplia a vivência masculina, pois transcende seu papel de provedor, diminuindo ainda seus riscos com práticas deletérias, como o alcoolismo e a violência, e possibilita enriquecimento na vida dos filhos pela expressão de amor e afeto diferentes das expressas pelas mães (BRANCO, 2009).

Kennel e Klaus (1992) afirmam que os pais adolescentes têm menos experiência e conhecimento para prestar cuidados ao filho, e ainda, uma visão mais irreal quanto ao desenvolvimento do bebê. Entretanto, Levandowisk e Piccinini (2006), ao examinarem as semelhanças e particularidades nas expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos que esperavam o primeiro filho, concluíram que a idade não é, por si só, um fator que determine a expectativa e o sentimento na transição para a paternidade. Ao observarem a interação de pais jovens e adultos com seus filhos, os mesmos autores detectaram que a idade mais madura não seria um fator determinante para que a interação fosse melhor sucedida com o bebê (LEVANDOWISK; PICCININI, 2002).

A paternidade na adolescência sofre uma invisibilidade bibliográfica e epidemiológica (CABRAL, 2002; ALMEIDA, 2005; ORLANDI; TONELI, 2008;

PAULA et al., 2011; OLIVEIRA, 2012) pois, muitas vezes, para ter acesso a estes sujeitos, baseia-se nos dados da mãe, mas nem sempre os seus parceiros são adolescentes ou jovens, o que dificulta ainda mais o acesso a eles. A nível de serviços de saúde, as atenções durante o ciclo gravídico-puerperal são dedicadas à mãe, ficando o jovem do sexo masculino à margem dessa assistência, sendo que a gravidez e o parto devem ser encarados como eventos que envolvem mulheres e homens (SIQUEIRA et al., 2002; BRASIL, 2007; ALMEIDA; SOUZA, 2011).

No que tange à reprodução na adolescência e juventude, em especial a paternidade, o que se tem é um ser em transformação e mudanças intensas e duplas, pois, de um ângulo percebe-se a turbulenta modificação biopsicossocial natural do processo da juventude e adolescência, e de outro, o novo papel “de ser pai”, sendo este processo vivenciado em meio às iniquidades de gênero, que se refletem na invisibilidade epidemiológica, bibliográfica e assistencial, em que apenas a mulher e o bebê tornam-se protagonistas deste fenômeno.

### **2.2.1 Marcos legais e normativos relacionados à paternidade na juventude**

O Artigo 226, inciso 7, da Constituição Federal Brasileira, descreve o planejamento familiar como livre escolha do casal, sendo fundado nos princípios da dignidade e da paternidade responsável. No Artigo 7º, garante o direito à licença paternidade, e no 227, promove a garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar estes direitos. (BRASIL, 1988).

Este três artigos da Constituição evidenciam o direito do jovem de exercer seus direitos à sexualidade e à reprodução, e ainda, de ter acesso a condições como educação, saúde, profissionalização e convivência familiar, que culminam diretamente no seu dever de assumir a paternidade responsável.

Neste contexto, considera-se a paternidade como a qualidade de ser pai, e a palavra responsável trazendo o significado daquele que responde pelos seus atos, ou ainda legal ou moralmente pela vida, bem-estar de outrem, que caracteriza a condição de pai para além do genitor, mas implicando na concepção do filho, a fim de que este seja alvo de cuidado e amor (GOMES, 2006), entendendo-se assim como paternidade responsável, neste estudo, o exercício do direito reprodutivo do jovem, e a assunção da responsabilidade pelo filho, no que se refere à vida e bem-estar.

O ECA (BRASIL, 1990) refere em seu Artigo 3º, que os adolescentes gozam de todos os direitos à pessoa humana, corroborando em seu Artigo 4º o que consta no Artigo 227 da Carta Magna brasileira, no sentido de garantir o direito à vida e à saúde, dentre outros. Defende, no Artigo 5º, que nenhum adolescente poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. No Artigo 7º, determina que políticas sociais públicas devem ser efetivadas para permitir o nascimento e o desenvolvimento saudável. No que tange às iniquidades de gênero que norteiam a maternidade e a paternidade, em seu Artigo 21 estabelece que o poder familiar será exercido em igualdade, pelo pai e pela mãe.

A Lei nº 9263, de 1996, regula o inciso 7 do Artigo 226 da Constituição brasileira, instituindo o planejamento familiar, descrevendo-o como direito de todo o cidadão brasileiro, que integra a atenção em saúde de mulheres e homens em todo o ciclo vital, que engloba a adolescência e juventude, o que inclui neste cenário ações de concepção, contracepção, atendimento pré-natal, assistência ao parto e puerpério.

O Ministério da Saúde, por meio do Marco Teórico e Referencial: Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens, afirma que garantir o direito reprodutivo a este público, incluindo ambos os sexos, considera assegurar a opção de escolha por uma gravidez, e para isso as informações, os métodos e os serviços, assim como o pré-natal, a assistência ao parto e puerpério, devem se fazer valer, de forma que a gravidez possa ser vivenciada de modo saudável, desejado e/ou planejado, o que implica superar o enfoque de risco sobre a temática para que esta seja inserida no contexto da promoção da saúde (BRASIL, 2006).

As Diretrizes Nacionais para Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde, considera como um dos eixos fundamentais para viabilizar a assistência integral à saúde dos jovens, a atenção à saúde sexual e reprodutiva, visando garantir o direito à reprodução e à sexualidade para ambos os sexos, e que a assistência pré-natal, ao parto e puerpério considerem as necessidades do homem, sendo integrada à Política de Saúde do Homem (BRASIL, 2010).

A Política de Saúde do Homem (BRASIL, 2008) orienta que a paternidade não deve ser vista apenas sob o ponto de vista da obrigação legal, mas principalmente como um direito do homem de participar do planejamento reprodutivo, acompanhamento da gravidez, parto, pós-parto e educação da criança. No que tange ao jovem, estabelece que estes devem ser vistos como sujeito de direitos à sexualidade e à reprodução, incluindo-se neste contexto a paternidade, que não deve ser tratada como um problema a ser evitado,

mas sim resguardada a autonomia reprodutiva do adolescente/jovem, que deve ser assistido mediante suas necessidades e projetos de vida, assegurando assim condições para a vivência de uma paternidade responsável. E ainda, a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), de 2004, que tem dentre seus objetivos específicos, estimular a participação e a inclusão de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar.

No âmbito regional, no município do Rio de Janeiro, a Prefeitura criou em 2002, um Movimento pela Valorização da Paternidade, através de um trabalho que concentra órgãos municipais, universidades, Organizações não-Governamentais e voluntários, vislumbrando ampliar o envolvimento do homem no cuidado, em que se parte do princípio de que a paternidade afetiva provoca impactos positivos no desenvolvimento dos filhos e traz benefícios para a sociedade (BRANCO et al., 2009). Nesta mesma perspectiva, associada à necessidade de ampliar reflexões sobre a paternidade, em 2004, através do Decreto nº24.083, instituiu-se o mês de agosto como o de Valorização da Paternidade, em que instituições como as escolas e unidades de saúde, que trabalhem com criança e adolescentes, devem desenvolver atividades voltadas à temática.

Dois legislações trazem controvérsias no que diz respeito à garantia do direito reprodutivo de adolescentes/jovens de sexo masculino. A primeira teria como base o Artigo 1.634, do Código Civil (BRASIL, 2002), pois, ao incumbir que os pais representem os filhos até os dezesseis anos, traz a impossibilidade de indivíduos menores de 16 anos assumirem legalmente a paternidade sozinhos, pois estes somente poderiam registrar seu filho com a presença de seu representante legal, o que coloca indiretamente o jovem em papel de coadjuvante neste processo; assim, mesmo tendo condições biológicas de procriação e mediante o nascimento do filho, ficaria sob a disponibilidade e a autorização de outro indivíduo para registrar seu próprio filho, contando ainda com os casos de jovens que, ao não contarem com os familiares para este fim, terão que fazê-lo com o auxílio do Conselho Tutelar. A segunda é a Lei 11.108, de 2005 (BRASIL, 2005B) que, apesar de alterar a Lei 8080 (1990) para garantir à parturiente o direito ao acompanhante durante o trabalho de parto, parto e puerpério imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), deixa a escolha deste acompanhamento sob exclusiva opção da mulher, o que torna novamente o homem um ator secundário na esfera reprodutiva.

Neste sentido, não se prioriza o direito do homem à paternidade, porquanto as orientações para sua participação precoce na vida do filho são como um impositivo à vontade da mulher, visto que na perspectiva da equidade de gênero homens e mulheres tem direitos reprodutivos similares, enquanto aqui se considera ainda o direito da mulher sobre



seu corpo quando, em momento tão delicado, poderia não desejar a participação masculina. Com o exposto, objetivamos problematizar o direito ao acompanhamento do parto e puerpério como uma possibilidade real da participação do pai na vida do filho desde o momento do nascimento, visando assim não violar o direito feminino, mas considerar a possibilidade de organização dos serviços de saúde de forma que se atenda a vontade da mulher, mas também se pondere acerca do direito e da vontade do homem.

Diante do relatado acima, percebe-se a relevância de investimentos em estudos que explorem o fenômeno da paternidade na juventude, tendo esta uma conjuntura complexa, que envolve fatores além da idade, mas variáveis sociais, econômicas e culturais que implicam, inclusive, nas iniquidades de gênero e nas atribuições sociais determinadas ao masculino e ao feminino.

### 3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Trata-se de pesquisa descritiva e exploratória, pois estas têm como objetivos: descrever as características de determinada população ou fenômeno, e proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2008), considerando que os estudos, no que tange à temática, ainda são incipientes.

O estudo utilizou a abordagem qualitativa, pois este método

se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2010, p.57)

Na descrição deste estudo, aborda-se as dificuldades conceituais ainda presentes, para retratação das distinções e semelhanças existentes entre “adolescência” e “juventude”, considerando todas as repercussões biológicas, sociais, econômicas, culturais e individuais que norteiam estes períodos da vida, sendo este cenário um pouco confuso, primeiramente pela variável etária, por neste contexto a juventude compreender a segunda parte da adolescência, estabelecendo uma interseção desses períodos, mas no que se refere à paternidade, num contexto geral, vislumbra-se grande parte dos estudos precedentes a este, retratá-la na perspectiva do adolescente, em que os termos “adolescente” e “jovem” são utilizados como sinônimos. Contudo, por entender até aqui que a juventude necessita de uma atenção especial, abrangendo todas as suas especificidades e particularidades, decidiu-se nesta pesquisa identificar o fenômeno na perspectiva do jovem pai.

Então, considerou-se juventude como fase de construção social, determinada por condicionantes econômicos, sociais e culturais, não restritivos exclusivamente ao caráter etário, ponderando também as vulnerabilidades peculiares desta fase da vida, a classificação pelo Ministério da Saúde do termo “pessoas jovens”, que inclui indivíduos de 10 a 24 anos (BRASIL, 2010). E visando evitar a autorização do responsável legal para a operacionalização da pesquisa, optou-se por estabelecer o critério etário dos participantes do estudo na faixa de 18 a 24 anos, contando assim como participantes, doze jovens do sexo masculino nessa faixa etária, que declararam ter sido pais entre os 15 e os 24 anos.

Por se tratar de um estudo exploratório, em que se busca elucidar o fenômeno para melhor compreendê-lo, e pela dificuldade de acesso a dados epidemiológicos no que se refere à reprodução na vertente do sexo masculino, que resulta na complexidade para acessar indivíduos com elegibilidade para a pesquisa, optou-se por utilizar a técnica de amostragem em rede (bola de neve ou *snowball*), que é um tipo de amostragem não probabilística, em que os primeiros membros da amostra são captados por conveniência,

sendo-lhes solicitado que, posteriormente, indiquem outras pessoas que atendam aos critérios de elegibilidade para participar do estudo, até se chegar ao número de entrevistados desejados (POLIT; HUNGLER, 1995; POLIT; BECK, 2011; GRAY, 2012).

Todas as entrevistas com os doze jovens foram precedidas de um primeiro contato pela pesquisadora, quando foram convidados a participar da pesquisa, sendo informados quanto aos seus objetivos e forma de participação. Mediante o aceite de todos, foi acordando com estes a data e o local para a realização das entrevistas, a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo orientação da Resolução 466/12 (BRASIL, 2012). Posteriormente à sua participação, eles indicavam outros jovens com elegibilidade para participarem do estudo (APÊNDICE A), conforme previsto na técnica anteriormente descrita.

A coleta de dados realizou-se por entrevista semiestruturada (APÊNDICE B), pois foram determinados tópicos essenciais que contemplaram a abrangência das informações que se pretendia acessar, permitindo flexibilidade na entrevista, assim como possibilitou ao participante do estudo trazer questões próprias (MINAYO, 2010).

O roteiro de entrevista foi segmentado em cinco blocos: o primeiro, contemplando os dados de identificação, os socioeconômicos e os culturais (com informações atuais, e pregressa à paternidade); o segundo, considerando os dados familiares; o terceiro, referente aos dados conjugais; o quarto bloco, com informações relacionadas ao exercício da sexualidade; e o quinto bloco, correlacionado à vivência da paternidade. As perguntas buscavam a captação de elementos que descrevessem a vivência da paternidade durante a juventude, se houve mudanças e repercussões com este fenômeno, e ainda as perspectivas de futuro dos jovens pais.

As entrevistas ocorreram no período de março a maio de 2014, foram gravadas em aparelho de áudio digital com autorização prévia dos entrevistados, sendo posteriormente transcritas pela pesquisadora para análise das informações. Os depoimentos duraram entre 30 a 58 minutos, tendo como cenário as casas dos entrevistados, as casas de familiares da pesquisadora e dos jovens, e ainda espaços públicos de livre escolha dos jovens para que ficassem à vontade para melhor descreverem suas vivências e experiências acerca do objeto de estudo.

A finalização das entrevistas, ou seja, a definição do número de participantes, ocorreu pela utilização da técnica de saturação de dados, que “designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado” (THIRY-CHERQUES, 2009, p.20), culminando no fechamento

amostral quando se percebeu que já era possível a compreensão da temática no grupo estudado (MINAYO, 2010). Esta técnica, para Fontanella, Ricas e Turato (2008, p.25), “é uma ferramenta conceitual inequívoca aplicabilidade prática”, em que acrescentam ainda ser a saturação um conceito vastamente utilizado em pesquisas qualitativas na área da saúde.

Thiry-Cherques (2009), ao discutir a possibilidade de se estabelecer uma estimativa de extensão e de recursos com observações, a partir da previsão do ponto de saturação, embasando-se em indicadores determinados empiricamente, descreve que esse ponto é atingido em no mínimo oito, e no máximo quinze observações, e que a não ocorrência de saturação dentro destes limites indica que os critérios de levantamento ou quesitos de escolha devem revistos.

Na pesquisa aqui apresentada, foram estabelecidos 27 quadros contendo os itens do questionário que atendessem diretamente aos objetivos do estudo, em que se observou o ponto de saturação em torno da nona entrevista, sendo realizadas mais três para confirmação deste parâmetro.

Após a transcrição das entrevistas, o seu conteúdo foi lido continuamente, para compreensão profunda das falas, sendo ainda utilizado para este fim o conteúdo do diário de campo (um caderno em que anotações eram realizadas pela pesquisadora antes e posteriormente às entrevistas), visando dar vivacidade ao cenário de estudo e relembrar detalhes observados durante a coleta de dados.

Com o intuito de descrever, inferir e interpretar, buscando a compreensão minuciosa e discussões lógicas e relevantes, considerando inclusive expressões não verbais, foi utilizada a análise de conteúdo em sua modalidade temática que, de acordo com Bardin (2011, p.48), consiste em

um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Em um primeiro momento, foi realizada uma segunda leitura com a finalidade de impregnação do *corpus* de análise. Após a leitura, foi elaborada uma primeira planilha com as unidades de registro, onde foram destacados recortes dos depoimentos dos entrevistados que respondessem aos questionamentos do roteiro de entrevista. A partir de então, estabeleceu-se uma segunda planilha, com as unidades de contexto, em que os dados brutos foram transformados em unidades temáticas com base no seu significado em

comum. Posteriormente, uma terceira planilha foi organizada, sendo realizado um reagrupamento a partir da frequência de unidades homogêneas, e finalmente, estabelecida uma quarta matriz de análise contendo as subcategorias, que foram alocadas às categorias, previamente definidas de forma apriorística (CAMPOS,2004).

Bardin (2011) descreve que uma das formas de se estabelecer a categorização é através do procedimento por “caixas”, em que é fornecido o sistema de categorias e repartido os elementos à medida que vão sendo encontrados. Sendo assim, a partir das categorias definidas previamente – “compreendendo o exercício da paternidade na juventude e mudanças” e “repercussões oriundas do fenômeno da paternidade na juventude”, foram estabelecidas, respectivamente, quatro e três subcategorias, a partir das falas. Entretanto, o capítulo dos Resultados e Discussões tem início por uma sessão de caracterização dos participantes do estudo, incluindo seus dados socioeconômicos, estudantis, religiosos e do contexto familiar, e ainda outra sessão com a trajetória sexual e reprodutiva dos jovens pais.

É relevante ressaltar que a pesquisa em questão, durante a sua realização, seguiu todas as recomendações e aspectos legais pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), sendo encaminhada à Plataforma Brasil, e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sob Parecer n° 541.474 (ANEXO A).

### 3.1 CAPTAÇÃO DOS JOVENS, CENÁRIO E TRAJETÓRIA DOS PARTICIPANTES

Uma das dificuldades encontradas durante a realização do estudo, foi localizar indivíduos que atendessem aos critérios de inclusão no estudo, e obter a sua aceitação para participar da pesquisa. Mesmo com os jovens que participaram do estudo, houve momentos difíceis para a realização das entrevistas, incluindo neste contexto agendamento de entrevistas por mais de um momento. Percebe-se que questões de gênero podem estar relacionadas ao ocorrido, visto que falar das próprias experiências e sentimentos é mais relacionado ao feminino, e os homens podem não estar habituados a se expressarem verbalmente (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013).

Outro fator que dificultou a coleta de dados foi que, na ocasião em que a mesma ocorreu, havia um clima de violência e temor nas cidades brasileiras, inclusive no Rio de Janeiro, município em que foram realizadas todas as entrevistas, pois, no primeiro semestre de 2014, período que antecedeu a realização da Copa do Mundo no Brasil, houve diversas manifestações sociais e movimentos que poderiam comprometer a segurança tanto da

pesquisadora quanto dos entrevistados sendo, por este motivo, algumas entrevistas postergadas. No entanto, não foi necessário realizá-las por se ter atingido a saturação de dados com as entrevistas já realizadas até então.

A privacidade é uma orientação para a coleta de dados; sendo assim, para a realização das entrevistas, buscou-se a todo momento preservá-la, embora tivessem ocorrido algumas barreiras neste percurso como, por exemplo, a realização de algumas entrevistas na casa dos sujeitos ou em ambientes públicos, locais nem sempre apropriados por breves interferências de familiares, vizinhos, amigos e a presença de alguns filhos no local, o que por um lado permitiu à pesquisadora perceber como se dava a interação pai-filho, mas que culminou em alguns casos na interrupção da entrevista que estava em andamento.

Os participantes do estudo, grosso modo, pertenciam a segmentos populares: nove residiam na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, dois na zona Oeste e um na Baixada Fluminense, sendo que apenas dois residiam em domicílio independente da família de origem. Os jovens interromperam as carreiras escolares no máximo com o término do ensino médio; a maioria tinha inserção no mercado de trabalho antes dos 18 anos, com informalidade em sua trajetória, e atualmente possuem baixa renda individual e familiar, dados que serão detalhadamente expostos no decorrer do estudo.

A trajetória da identificação e convite à participação dos sujeitos, bem como a realização da coleta de dados, ocorreram da seguinte forma:

O **primeiro** e o **quinto** entrevistados já eram conhecidos pela pesquisadora. Sendo assim, convidados a participar do estudo, suas entrevistas foram realizadas na residência de familiares da pesquisadora, havendo nesta um ambiente favorável para sua execução, que tendeu a favorecer a privacidade requerida para o momento.

O **segundo** entrevistado foi indicado pelo **terceiro** (que forneceu a entrevista posteriormente). Sua entrevista ocorreu, na residência da família da namorada. Ao comparecer no horário e data agendados, percebi que o mesmo tinha passado a noite com a parceira e a filha; parecia participar da rotina da casa, que consistia em local pequeno e com pouca luminosidade, havendo em torno de 3 cômodos. Sua entrevista foi interrompida em uma única ocasião porque o gato da família derrubou no chão alguns objetos que estavam em uma estante, e o entrevistado interrompeu a entrevista brevemente para reorganizar o ambiente.

O **terceiro** entrevistado foi indicado por pessoa conhecida pela pesquisadora. Sua entrevista ocorreu no mesmo local do **segundo** entrevistado, ambiente sugerido pelo

jovem, em que reside sua mãe e irmãos, e que fica no mesmo quintal onde mora com a parceira e os filhos. Após nos instalarmos no ambiente da entrevista, sua companheira se dirigiu até o local em três momentos distintos, aparentemente realizando algumas tarefas domésticas, entretanto, por um momento ficou próximo a nós. Tinha, até este momento, optado por não iniciar a entrevista, mas como já havia sido informada de que a jovem tinha “ciúmes” do parceiro (anteriormente, quando o convidei a participar do estudo, sua mãe e irmã me relataram o fato de forma irônica), comecei os questionamentos quanto aos dados socioeconômicos, momento inclusive em que ela interrompeu discordando da autoclassificação da etnia do companheiro. Foi quando me posicionei com olhar fixo ao jovem, dirigindo-se exclusivamente a ele. Sendo assim, posteriormente a parceira saiu do ambiente, entretanto ambos os filhos quiseram ficar com o pai, mesmo com insistência da mãe para levá-los à sua casa, passando grande parte da entrevista no colo deste.

O **quarto** entrevistado optou por fornecer a entrevista na sala da pequena residência, enquanto sua mãe e irmã estavam ao portão conversando com vizinhos. No decorrer da entrevista, percebo os diálogos em tom de voz alto, aparentemente uma situação comum no ambiente, que até então não comprometeu a privacidade, nem o áudio da entrevista. Entretanto, na finalização da entrevista, ao se aproximar do horário vespertino escolar, a irmã do jovem adentra com o sobrinho deste para arrumá-lo e conduzi-lo à escola, mas ele chora, contrariado, e se recusa em tom de voz alto, inclusive se jogando ao chão, próximo a mim e ao entrevistado, numa forma de chamar a nossa atenção. Tento dar seguimento final à entrevista, no entanto, percebo que as últimas respostas ficaram comprometidas pela situação daquele momento em que o jovem pai repreende, impacientemente o sobrinho, mostrando-se irritado com o comportamento da criança.

O **sexto** participante forneceu a entrevista numa praça próxima à sua residência, e embora fosse um ambiente público, encontramos um local mais isolado, buscando e conseguindo a privacidade, embora o entrevistado por dois momentos tenha sinalizado com gestos de cumprimento a conhecidos que passavam.

O **sétimo**, após ser a mim apresentado, forneceu o contato telefônico da sua namorada para que posteriormente agendássemos a sua entrevista. Sendo assim, tive que agendar com ela a participação do parceiro, fato que me intrigou quanto à possibilidade de controle da vida do jovem exercida pela parceira, não descrita de forma clara no decorrer da entrevista. Entretanto, constatou-se um certo desequilíbrio entre o casal, após o nascimento do filho, em que namorada cobra ao jovem, na atualidade, postura “mais

responsável” e séria. A coleta de dados, neste caso ocorreu em praça próximo ao trabalho do jovem, local também indicado por este; optamos pelo maior isolamento possível, sendo interrompidos em uma única ocasião por um amigo do jovem, que foi solicitado por ele a se retirar por estar fornecendo uma entrevista privativa.

O **oitavo** entrevistado foi indicado pelo **sétimo**, por serem colegas de trabalho. A sua entrevista ocorreu imediatamente após a do seu amigo, no mesmo local em que estávamos. Pude presenciar (enquanto o jovem aguardava na praça em que ocorria a sétima entrevista, entretanto, distante de nós) o jovem pai andando de skate, como percebemos em diversas praças em que adolescentes se encontram para este fim; no entanto, aquele olhar e comportamento juvenil foi transformado em fala séria e postura mais adulta ao descrever sua vivência paternal e sua trajetória de vida.

É interessante descrever aqui mais um caso em que se percebeu certo controle na relação afetivo-amorosa, quando o entrevistado demonstrou uma preocupação em fornecer explicações à companheira quanto à demora em retornar para a residência, já que o mesmo forneceu a entrevista após o expediente, alegando que iria mostrar-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para justificar o prolongamento do horário de retorno ao lar.

O **nono** entrevistado foi indicado pela família do **quarto** entrevistado, pois sua parceira é irmã deste. Essa nona entrevista iniciou-se em frente à residência do jovem pai, local também sugerido por este, considerando que não fui convidada a entrar em sua casa. Entretanto, ao iniciar a entrevista, percebi que o local era impróprio por ser grande o fluxo de pessoas, sendo interrompidos algumas vezes; e assim, quando duas vizinhas se sentaram em seus portões conversando em tom de voz alto, solicitei que déssemos continuidade à entrevista em outro local, e assim fomos a um bar que se encontrava fechado no momento, sendo um ambiente mais silencioso e privativo, em que só fomos interrompidos brevemente pela avó do entrevistado ao cumprimentar-nos.

O **décimo** entrevistado foi indicado pelo **terceiro**, e forneceu a entrevista em uma quadra esportiva próxima à sua residência, local em que embora tivéssemos privacidade, a comunicação durante a entrevista, em breves momentos, foi comprometida pelo trânsito de ônibus e caminhões próximos ao local sem haver, contudo, comprometimento de áudio à transcrição.

A **décima primeira** entrevista ocorreu na sala da casa do jovem, local escolhido por este, onde sua família permaneceu em outros cômodos. Fomos interrompidos apenas no momento em que o vizinho adentrou a residência com o **décimo segundo** entrevistado.



Ao finalizar a entrevista, o jovem pai fez questão de me apresentar seu filho, vindo com este no colo, com orgulho perceptível.

É interessante também descrever que com este entrevistado presenciei duas cenas que se traduziram para mim, como de ciúmes/controle pela parceira: primeiramente, ao entrar em contato por via telefônica para convidá-lo a participar do estudo, fui atendida pela parceira e ela, no diálogo, demonstrou-se inicialmente rude ao ouvir uma voz feminina procurando pelo pai do seu filho, indagando ao mesmo quem seria. Na ocasião da entrevista, embora a jovem tivesse me cumprimentado cordialmente, ao término da entrevista fui conduzida ao carro pelo entrevistado, acompanhado de seu amigo, no condomínio em que residem, ocasião em que fomos abordados por vizinha que interagiu com seu filho; e a parceira, após um tempo, veio ao lado de fora da casa, e o jovem prontamente foi atendê-la, e pudemos perceber certo rumor entre o casal.

O **décimo segundo** entrevistado, foi indicado pelo **décimo primeiro**; são vizinhos e se conhecem desde a infância. A entrevista ocorreu no mesmo local da anterior. Também tivemos privacidade, sendo interrompidos em dois momentos em que o jovem atendeu seu celular brevemente, e em que seu filho tentou chamar sua atenção, pois estava com este na ocasião da entrevista.

### 3.2 ORÇAMENTO DA PESQUISA E CUSTOS

Todas as despesas com a realização da pesquisa, desde combustível, aquisição de itens de escritório (papel, lápis, borracha, caderno e caneta), fotocópias e encadernações, dentre outras, foram quitadas pela pesquisadora responsável, porque não houve participação de patrocinadores ou de agências financiadoras para custeá-las. Sendo assim, tornou-se desnecessária a apresentação de relatórios específicos a respeito.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor aproximarmos-nos dos jovens pais, e conhecermos o universo do trabalho de campo, iniciamos este capítulo com uma breve caracterização dos participantes da pesquisa.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A faixa etária atual dos doze participantes, variou entre dezoito e vinte quatro anos, com média de idade de 20,92 anos, sendo que oito pais eram adultos jovens, denominação correspondente à faixa etária de 20 a 24 anos (BRASIL,2005c).

Dez jovens pais se autocalificaram como sendo de cor negra ou parda e, embora a técnica de amostragem deste estudo não permitisse realizar generalizações, pode-se associar este dado aos do estudo multicêntrico realizado por Aquino et al.(2003), realizado em três cidades brasileiras onde se detectou que a maioria dos homens e mulheres que foram pais na adolescência, era das cores negra e parda, dado que também vai ao encontro de outros estudos (MEINCKE et al., 2011; OLIVEIRA, 2012), que correlacionam estas etnias à paternidade durante esta fase da vida.

Segundo Jaccoud (2008), a divulgação de indicadores socioeconômicos demonstra a existência de diferenças raciais, e marcam os campos da vida social dos brasileiros, refletindo na esfera da educação, saúde, renda, acesso a empregos formais, em que negros ocupam as piores condições. Esta assertiva é ratificada por pesquisa quantitativa que observou que jovens negros ocupavam posições desfavorecida em nível de escolarização e renda (INSTITUTO PÓLIS, s/a), dado que pode estar implicando nas baixas condições socioeconômicas que fazem parte da realidade dos entrevistados deste estudo, conforme descrito a seguir.

No que se refere à trajetória estudantil, a maioria dos jovens (10) cursou escola pública, no entanto, nenhum dos entrevistados estava matriculado em rede de ensino na ocasião da entrevista. Dentre os pais, cinco possuíam ensino médio incompleto; dois, ensino fundamental incompleto; outros dois, ensino fundamental completo, e apenas três haviam completado o ensino médio. E dentre os jovens, apenas um referiu que pensava em retomar os estudos, e um citou estar matriculado em curso com aspirações de ascensão profissional. Apenas quatro jovens não possuíam história de repetência escolar e dentre estes, um possuía ensino médio incompleto, um tinha ensino fundamental incompleto e somente dois completaram o ensino médio sem história de abandono ou repetência escolar (Quadro 1).

**Quadro 1-** Trajetória estudantil dos jovens pais

Entrevistado	Escolaridade	História de abandono	História de repetência
1	Ens. Médio incompleto	D.P.	Sim
2	Ens. Fundamental completo	A.P.	Sim
3	Ens. Médio incompleto	A.P.	Sim
4	Ens. Fundamental completo	D.P.	Sim
5	Ens. Médio incompleto	A.P.	Não
6	Ens. Médio incompleto	D.P.	Sim
7	Ens. Médio incompleto	A.P.	Sim
8	Ens. Médio completo	T.E.M.	Sim
9	Ens. Fundamental Incompleto	D.P.	Sim
10	Ens. Fundamental Incompleto	A.P.	Não
11	Ens. Médio completo	T.E.M.	Não
12	Ens. Médio completo	T.E.M.	Não

Fonte: VEIGA, M.B.deA.,2014

Legenda: A.P.- Antes da paternidade;D.P.-Depois da paternidade; e T.E.M.-Terminou ensino médio

Considerando os entrevistados que não concluíram o ensino médio, cinco já haviam abandonado a vida estudantil antes de suas namoradas/parceiras ficarem grávidas; e dos quatro entrevistados que abandonaram a vida estudantil ao se tornarem pais, três já trabalhavam, e todos tinham história de repetência escolar, três deles por mais de um episódio, o que pode traduzir uma vida estudantil já comprometida e sem compromisso antes da paternidade, como já evidenciado em outros estudos (DIAS; AQUINO, 2006; ORLANDI; TONELI, 2008; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014). A maior dificuldade para a continuidade dos estudos está no próprio “desinteresse pelos estudos” proveniente dos próprios jovens (INSTITUTO PÓLIS, s/a), podendo este desinteresse ser exemplificado com a resposta emitida ao se questionar sobre o período em que repetiu o ano escolar:

(...) 2011, 2010...porque eu matava muito a aula.

(E.4)

Dentre os três entrevistados que concluíram o ensino médio, apenas um referiu que interrompeu a vida estudantil para reingressar no mercado de trabalho, mas pretendia iniciar o ensino superior, na ocasião da gestação; os outros já se encontravam com o ensino médio concluído e inseridos no mercado de trabalho na ocasião da gravidez. Dias e Aquino (2006, p.1450) referem que: “o investimento na escolarização sugere um adiamento das funções parentais.” Entretanto, neste estudo, percebe-se que as atividades estudantis da maioria destes jovens já se encontrava comprometida antes da gestação, inferindo-se assim, não ser a paternidade um determinante primário dos prejuízos e/ou interrupção nesta área.

Anteriormente, já havia sido mencionado que a não adesão, a repetência e o abandono escolar, assim como a baixa escolarização, são vinculados à paternidade na adolescência e juventude, não sendo a gravidez, contudo, a sua principal causa (CABRAL, 2002; ORLANDI; TONELI, 2008), dado ratificado nesta pesquisa, em que o comprometimento dos estudos foi perceptível pelas inúmeras histórias de repetência e abandono escolar, mesmo antes dos jovens se tornarem pais.

O trabalho é um dos componentes para a composição da masculinidade e também para a independência financeira. Neste estudo, a inserção no mercado de trabalho ocorreu em sete casos por emprego informal<sup>3</sup>, como já verificado em estudos anteriores (CABRAL, 2002; MELO et al., 2012). Seis pais iniciaram as atividades trabalhistas na adolescência tardia, que corresponde ao período dos 17 aos 20 anos (TAQUETTE, 2008A), quatro na adolescência média (15 a 16 anos), e apenas dois (16,67%) iniciaram na adolescência precoce (10 a 14 anos).

Iniciar as atividades de trabalho, antes dos dezesseis anos, que foi o caso de dois entrevistados, contraria o Artigo 60 do ECA, que proíbe qualquer forma de trabalho a menores deste limite etário, e o Artigo 7º da Constituição Federal, que só possibilita o trabalho a partir dos quatorze anos na condição de aprendiz, que não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação e desenvolvimento, mediante um contrato especial de trabalho (BRASIL,2000), o que não correspondia aos casos referidos, visto que se encontravam em empregos informais.

---

<sup>3</sup> Considera-se nesta pesquisa como emprego formal, aquele que se estabelece através de carteira de trabalho assinada ou vínculo público, permitindo assim ao trabalhador gozar dos direitos trabalhistas, como licenças, férias e auxílios.

Uma análise de dados epidemiológicos constatou que os jovens já inseridos no mercado de trabalho têm permanecido mais na escola do que anteriormente, dado correlacionado às mudanças na educação brasileira e ao impacto do aumento de cursos noturnos, supletivos e à distância, o que seria um fator positivo para inclusão e permanência dos jovens populares trabalhadores na escola (SILVA et al., 2006). Entretanto, isso não se mostrou presente entre os jovens entrevistados, visto que nenhum deles se encontrava inserido em rede de ensino. Frisamos novamente que a maioria já tinha abandonado os estudos e se inserido no mercado de trabalho antes da paternidade, o que demarca condições sociais heterogêneas. Contudo, sabe-se que a condição estudantil da juventude brasileira ainda é precária, embora mostrem uma tendência menor ao analfabetismo do que outrora, mas esses ainda em grande proporção, interrompem os estudos antes do término do ensino básico, e uma minoria chega às universidades (INSTITUTO PÓLIS, s/a).

A educação básica é um direito obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade, sendo organizada em pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2013). O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) tem alguns de seus objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino e a redução das desigualdades no que rege o acesso e permanência na educação pública, tendo traçada enquanto meta o término da educação básica entre 17 e 18 anos.

Considerando os jovens envolvidos neste estudo, observa-se que todos já possuem idade para término do ensino básico, entretanto, apenas três jovens o concluíram, e embora um dos entrevistados tivesse mencionado o desejo de ingressar no ensino superior antes de ser pai, na atualidade nenhum dos jovens referiram tal vontade, e apenas um deles, que não havia concluído o ensino médio, manifestou planejamento real de reingresso na vida escolar, demonstrando assim que os planos para a educação brasileira ainda são uma utopia na realidade da maioria desses jovens entrevistados.

Com relação à vida empregatícia, é descrito que a impossibilidade ou dificuldade dos pais de financiarem os estudos e o lazer de seus filhos, favorece a inserção desses no mercado de trabalho assalariado, vislumbrando o alcance da autonomia; entretanto, a baixa e/ou incerta remuneração dificulta a emancipação financeira do jovem (BRASIL, 2010).

A inserção no mercado de trabalho de dez entrevistados ocorreu antes dos 18 anos, e quatro deles citaram que iniciaram com atividades em conjunto com seus familiares, como transcrito na fala a seguir, em alguns casos na condição de ajuda:

*Na época, eu ajudava meu pai, ele trabalhava, vendia filtro de água, eu auxiliava, ia com ele nas entrevistas para venda, e ajudava ele a fazer manutenção de alguma coisa, e ele me dava um dinheiro.*

(E.8)

A inserção no mercado de trabalho pelos jovens pais no circuito familiar, já havia sido descrita (CABRAL, 2002). Observa-se que a posição de “aprendiz” consta desde a Idade Média, consistindo em uma forma de o jovem aprender uma profissão sem ser remunerado, ficando sob a responsabilidade do seu “mestre”, com quem mantinha uma relação de parentesco ou proximidade (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS, 2010). Dado similar é descrito em algumas das entrevistas, em que mesmo no contexto remunerado pelas atividades exercidas, constata-se a tutela familiar na inserção no mercado de trabalho, reproduzindo assim o modelo mestre-aprendiz.

Associando o tipo de vínculo empregatício à paternidade, percebeu-se que apenas três jovens pais tinham vínculo formal de trabalho na ocasião da inserção no mercado de trabalho, na época do diagnóstico da gestação e na atualidade (Quadro 2, a seguir). Ao considerar que “o ingresso no mercado de trabalho formal representa um rito de passagem para rapazes das camadas populares” (NASCIMENTO; SEGUNDO; BAKER, 2011, p.115) percebe-se, então, que não apenas ter um emprego transita o jovem para o mundo adulto, mas sim, a formalidade deste, que pode estar relacionada com a maior autonomia e independência financeira dos familiares, o que na maioria dos casos não ocorre uniformemente, desde o início da vida trabalhista.

**Quadro 2-**Vínculo empregatício no decorrer da trajetória de vida dos jovens pais

Entrevistado	Inserção no mercado de trabalho	O diagnóstico da gestação	Atualmente
1	Informal	Informal	Informal
2	Informal	Não trabalhava	Não trabalha
3	Formal	Informal	Informal
4	Informal	Não trabalhava	Não trabalha
5	Formal	Formal	Formal
6	Formal	Formal	Informal
7	Informal	Formal	Formal
8	Informal	Não trabalhava	Formal
9	Informal	Informal	Formal
10	Formal	Formal	Formal
11	Informal	Não trabalhava	Formal
12	Formal	Formal	Formal

Fonte: VEIGA,M.B.deA.,2014

Nesta perspectiva, percebe-se que além da maioria dos jovens ter se inserido no mercado de trabalho informalmente, dois dentre os jovens pais não estavam empregados na ocasião da entrevista, sendo que um estava desempregado há cerca de um mês, e o outro, com o nascimento da filha, havia saído do tráfico de drogas. Dez entrevistados já haviam conseguido acesso ao mercado de trabalho antes de serem pais, e um, na realidade, reinseriu-se após a paternidade, visto que já possuía história de atividade trabalhista anteriormente.

Com relação à renda, oito entrevistados tinham renda mensal de até dois salários

mínimos<sup>4</sup>, o que pode ser considerada uma renda baixa, inferior à expectativa da cidade do Rio de Janeiro, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) estima a renda de um trabalhador na Região Metropolitana, considerando o mês de março do ano de 2014, em torno de 3 salários mínimos. Ao considerar a renda familiar destes jovens, observa-se que a maioria ganha entre 2 e 3 salários mínimos. Estes dados ratificam a vinculação da paternidade na adolescência com baixa renda e condição socioeconômica desfavorável (CABRAL, 2002; DIAS; AQUINO, 2006; GIGANTE et al., 2008; ORLANDI; TONELI, 2008; BUENO et al., 2012).

Os jovens de origem popular sofrem exclusão em diversos contextos sociais, e na educação, têm dificuldades em concluir o ensino fundamental, ingressam tardiamente no ensino médio e não encontram acesso democrático ao ensino superior, visto que o ensino médio público não atende as necessidades exigidas no processo vestibular, que é altamente seletivo e desigual, conforme referido anteriormente (SILVA et al., 2006).

A informação ratifica os dados encontrados nesta pesquisa, em que estes jovens pais de classe econômica desfavorável, considerando suas rendas individuais e familiares, além de outros fatores como condições de moradia, inserção no mercado de trabalho informal que tende a favorecer o baixo rendimento e o abandono escolar; e ainda, a vinculação da maioria dos entrevistados às escolas públicas que, como foi dito, não atende as exigentes demandas de competitividade para alcançar o ensino superior público. Há ainda nesse cenário a dificuldade de associar as atividades trabalhistas com as estudantis, como já verificado anteriormente (INSTITUTO PÓLIS, s/a) e exemplificado por meio da seguinte fala:

*Abandonei a escola porque eu chegava cansado do trabalho, trabalhava de carteira assinada, chegava cansado do trabalho, e ficava sem disposição nenhuma para ir à escola.*

(E.6)

Sabe-se que o restrito mercado de trabalho reproduz as hierarquias sociais; nelas, os jovens de classe social mais baixa exercem atividades desvalorizadas e mal remuneradas, fazendo-se necessário que as políticas de emprego estabeleçam estratégias que rompam essas barreiras colocadas aos jovens menos favorecidos, aumentando os fatores de proteção à saúde e o potencial de desenvolvimento pessoal (BRASIL, 2010).

---

<sup>4</sup> O valor do salário mínimo era de R\$724,00 (G1,2014A).



Ao considerar que a saúde envolve outros setores, assim como variados fatores determinantes e condicionantes, no âmbito da juventude masculina pode-se perceber o trabalho e suas condições como sendo um desses, em que esforços necessitam ser direcionados para mobilizar outras esferas no sentido de que incluam políticas e ações governamentais.

A família e sua condição social, marcada por sua escolaridade e pela religião, podem influenciar a vida dos jovens. Com relação à religiosidade, três jovens pais referiram ser católicos, e três, evangélicos. Metade destes afirmaram não ter religião, no entanto, um demonstrou princípios da religião protestante em seu discurso, referindo ainda o desejo de retornar a frequentar a Igreja Evangélica; outros dois informaram que compareciam nos templos religiosos esporadicamente, e dois ainda disseram acreditar em Deus, ou em algo maior ou sobrenatural, o que vem confirmar a influência religiosa sobre o grupo estudado.

O domingo foi referenciado, por cinco dos entrevistados, como o dia de frequência ao templo religioso, comportamento que pode ser influenciado por preceitos religiosos, sendo o primeiro dia da semana considerado celebração (NOVO TESTAMENTO. ATOS 20:7; CORINTOS 116:1-2). Trata-se de um dado relevante para as ações, em especial as de saúde, no sentido de ter acesso aos jovens no ambiente frequentado por estes, o que é extremamente relevante ao pensar na intersetorialidade, em que os líderes e templos religiosos podem se inserir no contexto das atividades com e para a juventude, exemplificando atividades grupais e de atenção em saúde.

Com relação à escolaridade dos pais, seis entrevistados não descreveram o grau de instrução de seu pai, e dentre os que souberam informar, um dos pais tinha nível superior completo e três, ensino médio completo. Apenas um jovem não descreveu a atividade profissional exercida por seu pai, e dentre os pais vivos, dois eram militares, e os demais, feirantes, auxiliar de obras, caminhoneiro e professor. Considera-se aqui a influência do pai na profissão do filho, pois três seguiram a mesma profissão destes. E ainda, um dos jovens que se inseriu no mercado de trabalho auxiliando o pai, posteriormente tentou, sem sucesso, seguir a sua profissão por influência deste, conforme relatos abaixo:

*...Aí ele [o pai] chegou para mim, e disse:-você tem que pensar na sua vida. Foi quando ele me apresentou a carreira militar, então eu mudei meu pensamento totalmente para agradar meu pai,... só que eu não consegui...*

(E.8)

O afeto presente entre o pai e filho foi descrito por alguns jovens, fato este que pode contribuir para que os mesmos se espelhem nesses, almejando ou seguindo a mesma carreira profissional:

*...eu sempre fui muito chegado com meu pai, minha mãe sempre brigava muito, mas meu pai sempre fui muito chegado com ele, sempre falei com ele tudo...*

(E.8)

A relação de afetividade entre pai e filho, nem sempre esteve presente no decorrer da pesquisa, pois se observou que dois jovens não conviveram com seus pais desde a infância, pelo falecimento destes. Contando ainda, com dois casos em que o abandono na infância por parte paterna foi descrito pelos jovens, e em outros dois casos, que embora os jovens tivessem descrito boa relação com o pai na infância, percebe-se implicitamente um distanciamento na relação pai-filho, pois ambos o referem após a separação de seus pais, ocorrida na infância, indo um destes residir com a avó paterna.

Atualmente, quatro pais são falecidos, e cinco jovens referem ter uma relação distante dos pais. Sganzela e Levandowski (2010), ao analisarem a literatura sobre a ausência paterna e suas repercussões para o adolescente, identificaram que essa ausência pode trazer prejuízos afetivos e sociais aos jovens, podendo tornar para estes um fator de risco, e repercutir em diversos aspectos de suas vidas, dentre esses maior possibilidade de uso de drogas, mau desempenho escolar, início sexual precoce que, conseqüentemente, poderia propiciar a gravidez nesta fase da vida. Dorais (1994) já havia também mencionado a carência de pai, descrevendo casos de ausência, frieza e brutalidade nas relações pai e filho, que poderia ser um fator motivador para mudar tal cenário ao serem desempenhadas as funções paternas pelos jovens.

Reichert e Wagner (2007), no estudo em que um dos objetivos era conhecer o tipo de relação estabelecida entre pais e filhos durante a adolescência intermediária, perceberam que a receptividade dos pais considerando exigência, intrusividade e responsividade, era maior com os filhos homens, o que demonstra que este distanciamento do pai pode influenciar o contexto de vida do jovem, incluindo a vida reprodutiva, pois considerando serem os pais a figura de maior receptividade ao filho, estes seriam uma fonte de orientação e apoio aos jovens, o que poderia resultar em espaço para reflexões quanto à sexualidade, que poderia conduzir a momentos posteriores para procriação, como relatado por um dos entrevistados:

*Ah! Porque ele [o pai] iria conversar...no caso assim, ele poderia ter conversado comigo, alguma coisa, falado e tal, eu poderia não ter tido essa namorada, poderia estar estudando, curso, e poderia não teria acontecido isso [a gravidez].*

(E.11)

Divergente do estudo de Cabral (2002), que observou uma tendência à conjugalidade entre os pais dos jovens, no presente estudo a maioria dos jovens tinha seus pais divorciados, sendo sete dessas separações ocorridas antes da paternidade destes jovens, e em outros três casos, os pais já haviam falecido, dado que permite inferir o quanto a ausência/ distanciamento paterno pode influenciar no processo de reprodução na adolescência/ juventude, já que a presença paterna poderia ser traduzida em maior envolvimento no processo de educação e espaço de diálogo, que pudesse propiciar amadurecimento ao jovem na tomada de decisões para sua vida, assim como em maior controle, estabelecimento de limites e acordo de regras, visto que o desenvolvimento de autonomia, requer mudanças nas relações familiares (REICHER;WAGNER, 2007), sendo assim a família tida como fator diretamente proporcional ao processo de independência e autonomia na adolescência.

Quanto às mães, apenas uma possuía ensino superior completo e uma, incompleto, sendo que quatro tinham ensino médio completo. O baixo grau de escolaridade para a maioria dos genitores já havia anteriormente sido detectado em outro estudo com jovens (CABRAL, 2002). Fato associado à reprodução na adolescência e juventude, e ainda referido até mesmo por um dos jovens, quando o mesmo afirma que sua mãe não terminou o ensino superior, em decorrência da maternidade nesta fase da vida:

*Minha mãe fez o curso superior, mas não conseguiu completar, também por causa da maternidade...*

(E.7)

A maioria das mães era do lar, e dentre as que trabalhavam fora de casa, havia encarregada de limpeza, cozinheira, profissional de saúde de nível médio, professora, cabelereira, auxiliar de creche e doméstica. Sganzerla e Levandowski (2010), ao analisarem estudos sobre ausência paterna, citaram que no caso dos pais ausentes, sentimentos positivos são direcionados à mãe, dado que pode estar se repetindo neste estudo, quando a maioria dos entrevistados em que foi perceptível a ausência

ou distanciamento paterno, descreveram uma boa relação com suas mães, inclusive um deles referiu aproximação materna após o seu afastamento do pai:

*...E também me auxilia muito, tipo assim... não digo antes, porque antes não tinha necessidade, porque meu pai sempre me ajudou, mas agora que meu pai está longe, ela [a mãe] tem me dado os conselhos que eu preciso ouvir, ela tem cuidado de mim, da minha família...*

(E.8)

Todos os jovens possuíam irmãos, sendo que oito tinham três ou mais, e o número amplo de irmãos já esteve associado à reprodução na adolescência, sendo que esta é mais evidente entre os jovens que possuem de três a cinco irmãos (DIAS; AQUINO, 2006), que é o caso da maioria dos jovens deste estudo.

Em onze casos, um dos pais teve experiência de maternidade ou paternidade na adolescência e/ou juventude; mais especificamente, oito pais e onze mães a vivenciaram, o que vem a enfatizar a similaridade reprodutiva entre os jovens pais e seus genitores (CABRAL, 2002).

Todos os entrevistados possuem amigos que vivenciaram o fenômeno da paternidade durante a adolescência/juventude. Em contrapartida, nove jovens não possuíam irmãos com esta vivência e, embora quatro destes só possuam irmãos mais novos, ao menos um dos irmãos já atingiram a faixa etária correspondente à adolescência, que poderia ter culminado em reprodução durante esta fase da vida. Esse dado diverge do encontrado em estudo anterior envolvendo três cidades do Brasil, em que se observou que a ocorrência da paternidade na adolescência era mais frequente entre os jovens cujos irmãos também viveram esta experiência (DIAS; AQUINO, 2006).

No século XIX, a adolescência era encarada como fase de potenciais riscos ao jovem e à sociedade, e isto acarreta uma erupção dentro do seio familiar, e este distanciamento provoca a necessidade de aproximação dos grupos de pares, em que os amigos tornam-se figuras importantes durante esta fase (SCHOEN-FERREIRA; AZANAR-FARIAS, 2010; GROSSMAN, 1998).

Então, desde esta época, os amigos já se faziam presentes e de fundamental relevância na vida dos jovens, fato tido até os dias atuais, pela característica grupal da fase, e isto pode traduzir o quanto os jovens podem ser influenciados pela experiência de reprodução de seus amigos, sendo sensibilizados para também serem pais nesta fase da vida, ou até mesmo sentirem-se excluídos do grupo se não viverem esta experiência, visto

ainda que no contexto masculino, percebe-se uma pressão do grupo de amigos para os jovens terem relações sexuais como prova de sua virilidade (ALMEIDA, 2005; ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Detecta-se, nesta pesquisa, que todos os entrevistados têm amigos que também foram pais na adolescência/juventude, fator que pode estar relacionado a uma tendência grupal dos jovens, já que o distanciamento dos pais quando em busca da independência, torna o comportamento, valores e hábitos dos amigos, importantes e valorizados (BRASIL, 2010). Nessa conjuntura, o grupo de iguais, influencia na imposição de regras, normas, comportamentos, costumes e práticas, contando neste cenário os papéis de gênero, em que homens são estimulados a atividade sexual precoce e seu exercício constante, e ainda do ambiente social, em que os jovens associados à vida cristã são estimulados a se manterem castos até o casamento, e em que grupos da cultura “*funk*” são incitados por meio da música à inserção sexual precoce, altamente relacionada ao prazer (TAQUETTE, 2008B).

Indo ao encontro deste dado, relembro o momento em que dois jovens foram me conduzir ao carro ao término das entrevistas, e encontramos um casal de vizinhos que os conheciam desde a infância, e estes descreveram que enquanto o décimo primeiro participante do estudo não havia se tornado pai, os outros amigos já, e assim, “*não o deixaram em paz*”, o que corrobora as afirmativas acima e traduz explicitamente a influência dos amigos no exercício da paternidade na adolescência e juventude, visto que já se descreve uma pressão exercida pelos pares para a inserção sexual dos adolescentes, como ritual de socialização, e construção da masculinidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Nesse contexto, percebe-se que não apenas fatores econômicos devem ser analisados ao se retratar a paternidade na juventude, mas também as características culturais e sociais que constituem a construção do gênero masculino podem estar influenciando na vida reprodutiva dos jovens, e que a paternidade neste período da vida, em meio a condições sociais e econômicas desfavoráveis, pode representar para estes jovens uma possibilidade para além da comprovação da virilidade e de sua masculinidade, como também um *status* social no seu grupo de pares.

A seguir, iniciamos a discussão central desta pesquisa, o exercício da paternidade e suas repercussões na vida do jovem pai, por meio das duas categorias prévias de análise: *compreendendo o exercício da paternidade na juventude* e *mudanças e repercussões oriundas do fenômeno da paternidade na juventude*. Para tanto, vamos apresentar a trajetória afetiva, sexual e reprodutiva desses jovens que compôs o cenário de vivência

para as suas paternidades.

#### 4.2 TRAJETÓRIA SEXUAL E REPRODUTIVA DOS JOVENS PAIS

No que tange ao início da vida sexual, apesar do constrangimento para retratar o assunto por parte dos jovens pais, pode-se observar que ocorreram entre as idades de 11 a 17 anos, com média de 12,5 anos. No estudo de Oliveira (2012), a paternidade na adolescência teve maior índice entre homens que tiveram a iniciação sexual antes dos 14 anos, o que no presente estudo ocorreu com oito pais, dado que pode indicar que quanto mais precoce a inserção sexual, maior a possibilidade de se tornar pai. Neste estudo, a idade entre o início da vida sexual e a paternidade assumida (não considerando os casos de aborto referidos ou omitidos), apresentou variação de 3 a 8 anos, com média de 5 anos, o que poderia estar indicando um fator de proteção ou planejamento reprodutivo; entretanto, necessitaria ser melhor investigado, visto que no decorrer do estudo percebesse fragilidades na vida contraceptiva desses pais, e também por não fazer parte do escopo central desta pesquisa, como será abordado posteriormente.

Em nove dos casos, a inserção sexual ocorreu com “ficantes”, incluindo nesse contexto amiga e conhecida, e em apenas três casos, namoradas, tendo metade dos jovens utilizado método contraceptivo (MCC) nesta ocasião, sendo a camisinha o mais utilizado.

Almeida (2005), ao entrevistar jovens pais, evidenciou também que na maioria dos casos, a inserção sexual dos meninos se dava fora de um relacionamento com compromisso (vizinhas, colegas de escola), percebendo que a ousadia e a impulsividade da adolescência poderiam ter contribuído para a ausência de cuidados preventivos, e ainda, que a maioria dos entrevistados caracterizaram a sexarca por sentimentos, emoções e sensações de prazer, dado convergente com este estudo, em que oito jovens relataram o momento de inserção sexual como positivo.

Uma característica na construção de gênero é a cobrança de uma atividade sexual mais precocemente para o sexo masculino, existindo uma forte pressão social para que esses dêem início à vida sexual o mais rápido possível, pois, no imaginário social, quanto antes isso ocorrer, mais experiência e eficiência esses rapazes levarão para a sua vida adulta. Conta também neste aspecto a frequência da atividade sexual e a naturalização do ato (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Ao encontro do exposto acima, um dado emergiu das respostas dos entrevistados: o conceito de “normal”, utilizado por seis jovens para descrever este momento, o do início da vida sexual, como forma de parecer e seguir padrões de normalidade, que podem ser

vinculados a expectativas sociais dos conceitos de masculinidade e virilidade, visto que o sexo “normal” indica uma inserção sexual mais precoce para os meninos, diferenciando o homem do universo feminino, encaminhando-o ao mundo adulto (OLIVEIRA et al., 2009).

A idade em que os entrevistados foram pais pela primeira vez variou de 15 a 23 anos, com média de 18,83 anos correspondendo, segundo Taquete (2008a), à adolescência tardia, com maior concentração entre 18 e 19 anos, sendo estes, então, adolescentes jovens (BRASIL, 2005c).

Nove pais têm apenas um filho, dois possuem dois filhos, e apenas um possui três filhos. Dentre os que possuem mais de um filho, o primeiro foi pai novamente com 18 anos, o segundo com 21, e o terceiro com 17 e 18 anos, tendo o segundo e terceiro filho, respectivamente. Apenas este último teve a segunda filha com outra parceira, no momento em que se separou da mãe do seu primeiro filho, embora posteriormente tenham retomado a relação, tendo o terceiro filho com a jovem. O quadro 3 foi elaborado para melhor visualização da vida sexual e reprodutiva dos jovens pais.

**Quadro 3-** Trajetória sexual e reprodutiva dos jovens pais

Entrevistado	Idade atual	Inserção no mercado de trabalho	Idade da sexarca	Idade da primeira paternidade	Idade dos filhos	Mantém relação afetiva e amorosa com a mãe do 1º. filho
1	19a	12/13a	12a	16a	2a/1a	S
2	18a	16a	13a	18a	1m	S
3	23a	17a	16a	19a	2a/ 1a	S
4	20a	19a	12a	18a	1a	S
5	21a	16a	15a	21a	1m	S
6	22a	16a	13a	19a	2a	N
7	20a	17a	11a	19a	1a	S
8	23a	17a	14a	23a	2m	S
9	19a	14a	12a	15a	4a/2a/ 1a	S
10	23a	19a	12a	19a	4a	N
11	19a	16a	15a	18a	6m	S
12	24a	17a	17a	21a	2a	N

Fonte: VEIGA, M.B.deA., 2014

Legenda: S - Sim; N - Não; a - ano; m - meses

Dois jovens referiram ter tido experiência de aborto, induzido por suas parceiras e aparentemente sem complicações na saúde destas, ambos ocorrendo sem o conhecimento dos pais deles. Nos dois casos, a iniciativa foi das parceiras que, por telefone, informaram aos jovens sobre o ocorrido, sendo que os mesmos referiram ter sido contrários a esta conduta, tendo rompido o relacionamento amoroso após o aborto realizado.

Os jovens relataram não saber a motivação das parceiras pela interrupção da gravidez. Descreveram a experiência de forma negativa, e referiram que não houve mudanças nas suas vidas após o ocorrido, mas não sabiam dizer se houve mudanças nas vidas de suas parceiras após esta prática.

O estudo de Veiga e Pereira (2010) que investigou a opinião masculina de jovens quanto ao aborto induzido, identificou que uma grande representatividade dos jovens foi contrária a sua prática, demonstrando em alguns casos repercussões de gênero que responsabilizam a mulher pela prática abortiva.

O fato de os dois jovens que descreveram que suas parceiras realizaram a interrupção da gravidez, terem sido informados por estas via telefone, somente após a sua realização, leva a refletir quanto à autonomia da mulher para a decisão de levar adiante ou não uma gestação, independentemente da posição masculina, visto que os entrevistados se demonstraram contrários à ação, antes e após a sua realização, e tiveram ciência da atividade abortiva somente após o ocorrido, conforme relatado no estudo de Brandão (2009).

Entretanto, há uma atitude de aparente distanciamento dos casos, pois ambos não souberam informar detalhes da ação abortiva, nem mesmo da motivação das parceiras para tal atitude, e ainda alegando afastamento destas posteriormente, apontando para a culpabilização das mulheres pela prática abortiva, o que pode vir a ratificar a responsabilização da mulher pela concepção e contracepção. Tais atitudes trazem alguns questionamentos como: na realidade, como este assunto foi debatido pelo casal? As famílias dos jovens não souberam do ocorrido, mas será que as gestantes receberam algum tipo de apoio que as fizessem não recorrer a tal procedimento? Até onde os jovens em questão se envolveram com a situação, apoiando a gestante?

Cabral (2002) já havia referido que em alguns casos de aborto que envolviam os pais jovens, estes ficavam a par da situação após o ocorrido. Entretanto, a reprodução é algo que envolve o casal, e a responsabilização pela gravidez, assim como pelo cuidado e manutenção da prole, é de responsabilidade de ambos; logo, o apontamento negativo à mulher perante o aborto, pode vir a traduzir uma vitimização masculina quanto à prática



que ainda é criminalizada na realidade do país, e tida como ato errôneo pelos jovens, evocada pelo lado moral e religioso (ABROMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), fato que favorece a permanência das iniquidades de gênero.

Vale ressaltar aqui que a criminalização do aborto pode ter mascarado o número de casos reais, onde mais jovens podem ter vivido esta experiência, entretanto, negado o ocorrido, visto que foram convidados para retratar a paternidade, ou seja, falar da vida e não ao contrário, ao se considerar o aborto tema relacionado à morte.

Com relação à paternidade, ao descobrir a gestação dos filhos, sete jovens estavam namorando com suas parceiras, quatro estavam em união estável, e apenas um alegou que estava “ficando” com a mãe do seu filho. Dentre os quatro que residiam junto com a parceira na ocasião da descoberta da gestação, um se separou após o nascimento do filho, e outro mantém relação afetivo-amorosa com a companheira, mesmo residindo atualmente em domicílios diferentes sob a alegação de que a parceira necessita estudar, e precisa do auxílio familiar para isto, voltando assim a mesma a residir junto aos pais. Seis pais estavam juntos há mais de um ano com suas parceiras, cinco estavam juntos entre seis meses e um ano, e apenas um mantinha uma relação há menos de seis meses com a mãe de seu filho, na ocasião da gravidez.

Como nos estudos de Melo et al. (2012), a maioria dos jovens não assumiu um compromisso conjugal com as parceiras em virtude da gestação, visto que dos oito jovens pais que não residiam junto com a parceira, apenas três foram morar junto com elas após a diagnóstico da gestação.

Embora nove dos jovens pais referissem manter relação conjugal com a mãe de seus filhos, apenas quatro residiam junto a estas e aos filhos, sendo que um reside na casa da mãe com a parceira, e um construiu sua casa no mesmo terreno da mãe, sendo que na ocasião da gravidez residia com a esposa junto à família materna, dado este similar ao encontrado em outros estudos (CABRAL, 2002; LUZ; BERNI, 2010), em que foi percebida a dificuldade do jovem pai de independência financeira, tendo na família uma rede de apoio.

Totalizando, três jovens alegaram que não mantêm mais uma relação amorosa com as mães de seus primeiros filhos, sendo que apenas dois destes tiveram a experiência de residir junto a esta, em um caso, anteriormente à gestação, e outro, posteriormente a esta. Os motivos que culminaram na separação foram: ciúmes, influência familiar e “*falta de amor*”. Em dois casos, a iniciativa para a separação proveio do jovem, e em um caso, do casal.

A construção da sexualidade feminina cria a expectativa de pureza, ingenuidade e fragilidade, em que as relações de gênero prescrevem a fidelidade feminina e a infidelidade masculina. Uma das causas de reversão da coabitação entre os jovens pais seria a maior vigília e o controle da parceira sobre o rapaz (CABRAL, 2002). Considerando o exposto, foram perceptíveis cenas de possessão pelas parceiras durante o contato com os jovens, como descritas anteriormente, assim como foram reveladas pelos entrevistados em que se percebeu, em alguns casos, relações norteadas pelo controle visando reduzir as saídas dos jovens, e ciúmes provenientes das parceiras, situações descritas por seis jovens em algum momento do relacionamento amoroso após a paternidade, conforme relatos abaixo:

*Briga toda hora... por causa de ciúmes.*

(E.3)

*... Só que a gente brigava mais final de semana, porque eu queria sair e ela não queria deixar.*

(E.5)

*Ah! Durante a gravidez, tipo assim...teve algumas briguinhas, às vezes ela não gostava que eu saísse, deixasse ela sozinha...*

(E.8)

*... Eu era mais novo, tinha meus 20 anos, então..., queria mais sair me divertir, não me colocava um pouco no lugar da pessoa, aí foi distanciando, distanciando, aí veio a separação.*

(E.12)

O fato de sair com os amigos e o ciúme já foram identificados como dificuldades e conflitos no relacionamento dos jovens pais e de suas parceiras, trazendo em alguns momentos arrependimento, por parte dos jovens, quanto à união (SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014).

Para Bourdieu (1999, p. 50), “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física”, e esta se faz através do trabalho prévio, familiarizado e duradouro, em que o dominante se afirma pelo poder simbólico, que somente é exercido pela colaboração do subordinado.

O autor supracitado refere, em relação à dominação, que em meio a condições favoráveis ao seu exercício, a dominação masculina é representada de forma androcêntrica nas estruturas sociais e atividades produtivas e reprodutivas, em que as relações de poder são incorporadas pelo senso comum, inclusive pelas mulheres, fundando assim a ordem

simbólica que estabelece a violência simbólica, em que o dominante impõe comportamentos e hábitos. E as estratégias simbólicas adotadas pelas mulheres contra os homens, faz com que se mantenham na situação de dominadas, visto que buscam a impotência, ou o amor que tem seu princípio na visão androcêntrica. Então, a tentativa de controle feminino, presente na vida dos participantes, pode ser interpretada nesta perspectiva, pois como a esfera masculina é estimulada a manter o desejo sexual, podendo este ocorrer no contexto da variabilidade de parceiras, estas jovens podem estar buscando o "amor" dos parceiros exclusivamente, assim evitando a entrada de outra pessoa na relação, o que poderia ameaçar sua relação conjugal e comprometer a família conquistada.

Neste caso, a mulher utiliza a estratégia de dominação do parceiro para manter sua família, o que reproduz o modelo tradicional em que o casamento continua sendo para estas meninas "o meio privilegiado de obter uma posição social" (BOURDIEU, 1999, p.49). E no caso da juventude, mesmo fora do contexto de coabitação, a relação poderia representar, neste sentido, a posição da mulher de dominada e submissa, até porque as relações dos jovens são permeadas por complexidades, pois há casos de não coabitação em que a parceira é descrita como "minha mulher". E num dos casos de coabitação, o jovem se refere à parceira, como "minha noiva", acredita-se aqui por ser católico, ainda que resida junto à parceira e tenha um filho com ela e pretensões de casamento civil e religioso, quando provavelmente a considerará sua esposa.

Em outra perspectiva, como a dominação masculina não se impõe mais como algo indiscutível, em razão do trabalho crítico do movimento feminista, e ainda se mantenham as iniquidades entre os modelos femininos e masculinos, as diferenças econômicas e culturais entre as mulheres fazem-nas vivenciar a dominação masculina de formas distintas. Considerando isto, no estudo aqui descrito, alguns questionamentos são realizados: visto que a aproximação entre o casal é relatada em alguns discursos mediante a gestação, então, será que o receio de perder a parceira faz com que este jovem se coloque em posição de dominado por esta? A paternidade na juventude traz afirmação de virilidade ao jovem, mas será que esse homem com receio de perder esse espaço social de provedor e chefe de família se submete ao controle feminino da parceira? Ou a relação de afetividade entre pai e filho, tida como um caráter positivo da paternidade pode ser ameaçada, por uma possível separação do casal, que poderá representar um maior afastamento da criança, e o receio da diminuição do contato com o filho deixe o homem mais vulnerável aos mandos e desmandos femininos?

Estas relações permeadas por controle, assim como as inferências aqui expostas,

apesar de ocorrerem no contexto do exercício da paternidade, não se relacionam diretamente ao objeto de estudo, entretanto, pela sua relevância, foi aqui descrito com o intuito de aguçar a curiosidade e estimular estudos futuros com a finalidade de explorar este fenômeno, visando responder se este é uma repetição do modelo tradicional de dominação masculina vigente, ou se traz novas possibilidades, em que a força dominante transfere-se de posição, em que as mulheres passam da posição dominada para a dominante, ou seja, o ocorrido desperta uma possibilidade de dominação feminina, em que o sujeito que sofreria a violência simbólica estaria na esfera masculina.

No que tange a contracepção, os jovens demonstraram ter conhecimento restrito quanto à diversidade de métodos contraceptivos (MCC), sendo citados apenas a camisinha e a esterilização masculina ou feminina sem discriminação, contraceptivo injetável, contraceptivo oral e o dispositivo intrauterino (DIU). O método mais utilizado pelos jovens tanto após o nascimento dos filhos quanto na atualidade, foram: a camisinha, o contraceptivo oral e o injetável, por suas parceiras. O condon e a pílula contraceptiva também foram citados como métodos mais utilizados entre os jovens, em outro estudo já realizado (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), o que se repetiu após 10 anos, neste estudo, fato que pode sinalizar que os jovens de hoje, como os de outrora, tem restrito acesso tanto à informação quanto às práticas contraceptivas e/ou estas são insuficientes para incorporá-las em seu comportamento sexual e reprodutivo.

Nos anos 80, com a implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), iniciam-se ações de contracepção pelo setor público de saúde; investe-se em métodos contraceptivos reversíveis, sendo as estratégias contraceptivas garantidas a todas as mulheres e homens em idade reprodutiva, incluindo a juventude (BRASIL, 2005A), fato que chama atenção tanto para o baixo conhecimento da diversidade de MCC ofertados, e ainda para a citação de um dos jovens que acredita ser a esterilização cirúrgica o método mais eficaz, visto que ele e sua parceira, apesar de terem dois filhos, encontram-se em fase de vida precoce, e tal método poderia levar a arrependimentos futuros.

Todos os jovens entrevistados demonstraram conhecer a camisinha como método para evitar gestações indesejadas; entretanto, dois entrevistados não referiram seu uso durante a vida sexual. Oliveira et al. (2009), ao analisarem a estrutura da representação social da sexualidade para adolescentes, observaram a associação da sexualidade aos termos responsabilidade e camisinha o que, a princípio refletiria no alcance dos objetivos das campanhas preventivas; porém, consideraram os possíveis conflitos existentes entre as representações e as práticas, o que possivelmente ocorre também neste estudo, visto que

embora citado, o condon não aparece na vida sexual dos jovens com tamanha representatividade, já que apenas um jovem referiu seu uso na época em que foi pai, embora a falha contraceptiva consistisse em deixar de usá-la em uma das relações sexuais, o que deixou o jovem exposto, confirmando o uso da camisinha como método contraceptivo e não apenas como protetor contra doenças.

A utilização do condon é tida como uma estratégia de prevenção contra as DST, todavia, fatores como o acesso ao método, assim como a negociação entre os parceiros para sua utilização, são pontos fundamentais para a sua utilização, confirmando que há necessidade de mudanças culturais nas dinâmicas das relações de gênero (NASCIMENTO; SEGUNDO; BAKER, 2011).

Abramovay, Castro e Silva (2004) descreveram que dentre as razões para a não utilização do preservativo, estão a confiança e a fidelidade entre o casal, sendo o preservativo substituído pela pílula, conforme o relacionamento se torna mais estável. No presente estudo, não foi possível precisar os fatores reais para a baixa aderência à utilização do preservativo, entretanto, pode-se inferir como fator determinante, a confiança entre os parceiros como estratégia protetiva, visto que a maioria que não referiu a utilização do condon como protetor de DST, estava em relações com contexto de namoro ou união estável, com duração maior que seis meses, a maioria com a mãe dos seus filhos, sendo que um dos jovens alegou que cessaria o uso da camisinha assim que sua companheira tivesse atingido o período efetivo para utilização apenas da pílula contraceptiva:

*Não, tipo assim... com o remédio e com a camisinha não, a gente vai parar com a camisinha, para poder usar só o remédio.*

(E.8)

Abramovay, Castro e Silva (2004), em pesquisa envolvendo 14 cidades brasileiras, e Hoga e Reberte (2009), ao realizarem estudo em uma comunidade brasileira de baixa renda, perceberam nos discursos dos jovens uma associação da gravidez na adolescência com a falta de responsabilidade. Neste estudo, em uma das entrevistas, a paternidade nesta fase da vida foi atribuída também à irresponsabilidade, mas sobressaindo neste contexto a ausência de cuidado quanto à transmissão de DST por considerar o seu contágio mais deletério do que a vinda de um filho. A propósito, segue-se o recorte de um depoimento.

*Eu associo a paternidade na juventude à falta de tomada de cuidado, a gente deveria ter usado preservativo, deveria ter tomado cuidados, que... até por causa de doenças sexualmente transmissíveis, não só por causa da paternidade, realmente foi irresponsabilidade nossa,... pelo que poderia ter acontecido, fora a paternidade, entendeu!?*

(E.7)

A preocupação com a dupla proteção também não foi considerada pela maioria, pois apenas quatro entrevistados referiram a utilização de camisinha e do método hormonal, sendo que um destes, como mencionado, alegou que deixará de utilizar condon após o período em que medicação já esteja eficaz para uso individual, enquanto outro entrevistado demonstrou o uso esporádico do condon. Como já relatado por Brandão (2009), após a gestação, os jovens tendem a investir em contracepção hormonal, pois seis entrevistados citaram a sua utilização, sendo que no presente estudo houve apenas dois relatos deste uso antes da gestação, com um caso de interrupção pela parceira, e outro por falha na utilização.

Dentre os doze pais, onze alegaram não ter planejado a gestação, sendo que oito não utilizavam MCC previamente à época da gravidez. Após o nascimento dos filhos, nove pais referiram utilizar MCC: um ainda não havia mantido relação com a parceira, devido ao período pós-parto, no entanto, expressou desejo de utilizar camisinha ao retornar à atividade sexual; outro iniciou a utilização de MCC após ter sido pai pela segunda vez, de forma não planejada; e outro, embora tenha sido pai novamente, desta vez de forma não planejada, disse que permanece não utilizando nenhum MCC, mesmo alegando não desejar ser pai neste momento.

Considerando que metade dos entrevistados informou não ter utilizado nenhum MCC na ocasião da sexarca; que os depoimentos de não planejamento das gestações foi referido por onze pais; a não utilização de MCC por oito destes na ocasião da gravidez; que o uso atual de MCC por dez jovens, com a pretensão de utilização por mais um, quando retornar à vida sexual, demarcam a necessidade de maior atenção e cuidado contraceptivo após a gestação por parte dos jovens, embora um destes só tenha iniciado atividade contraceptiva após o nascimento do segundo filho, como uma espécie da demonstração do “pensamento mágico” de que “comigo não acontece”, e da sensação de invulnerabilidade comum na adolescência, conforme já referido por Oliveira, Gomes, Pontes e Salgado (2009) e Abramovay, Castro e Silva (2004), o que contribui também para a exposição

às DST. Esse dado é convergente aos encontrados em estudo anteriormente realizado em três capitais brasileiras, em que se percebeu os desafios enfrentados pelos jovens para gerir sua vida reprodutiva, isto porque foi detectado que os MCC fazem-se presentes cotidianamente na vida dos jovens somente após a primeira gestação (BRANDÃO, 2009).

Em sete casos (58,30%), os genitores dos jovens não tinham ciência de que os mesmos mantinham relação sexual, antes destes serem pais, conforme já mencionado em outros estudos (BRANDÃO, 2009; LUZ; BERNI, 2010), fato que evidencia a dificuldade de tratar de assuntos sobre sexualidade com a família (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004; PAULA et al., 2011), o que também foi evidenciado na presente pesquisa, pois apenas três jovens alegaram abordagem do tema com seus pais, enquanto oito referiram que não problematizavam a temática com eles. E na fala de um destes jovens, percebe-se a dificuldade que os pais tinham em tratar do assunto com os filhos, pois havia espaço para conversa sobre risco de uso de drogas ilícitas, incluindo a visita em delegacia quando o pai ensinou ao filho a reconhecer entorpecentes, visando evitar sua utilização; entretanto, o jovem relatou déficit em diálogo quanto às temáticas que envolviam a sexualidade:

*...Meu pai já me levou até na delegacia, para me mostrar drogas para eu não usar, para mostrar, para eu saber identificar se alguém me oferecer. Esse lado do sexualismo, a gente não conversava tanto...*

(E.12)

Outro caso explicita que embora haja dificuldade de estabelecer diálogo sobre temas que envolvam a sexualidade, existe uma preocupação da família quanto aos riscos de gestações e DST, tanto que a avó do jovem não dialogava com ele, entretanto, colocava uma camisinha na sua carteira, como forma de estimular a sua proteção:

*...toda vez que eu saía antigamente, minha avó sempre, assim, ia lá na minha carteira e colocava uma camisinha na minha carteira...*

(E.6)

A busca de alternativas que incentivem o uso do preservativo, como sua compra pelos pais e colocação em locais estratégicos e perceptíveis como carteiras, mesmo sem passar pela entrega direta ao jovem, ou diálogo com este sobre a temática, já havia sido referida (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), o que também explicita a angústia familiar que, por um lado, tem a preocupação com o jovem, e por outro, não consegue estabelecer uma relação de parceria e confiança que permita a discussão sobre a sexualidade de forma clara, livre de preconceitos e dinâmica, utilizando-se de subterfúgios

para tentar atingir seus objetivos, que se limitam à prevenção, sem considerar a esfera do prazer que norteia o assunto.

Há uma orientação no âmbito da saúde no sentido de estimular os pais e familiares dos jovens a lidar com a sexualidade, como parte integrante da vida, e a respeitar os valores e sentidos atribuídos por cada jovem à vida sexual, incluindo nesse cenário amor, desejo, prazer e vontade ou não de constituir família (BRASIL, 2010).

A dificuldade em estabelecer diálogo quanto à contracepção é ainda descrita, quando em nove casos os jovens alegaram que não conversavam com suas parceiras sobre assuntos ligados à esfera da sexualidade, a maioria destes relatando que também não conversavam com outras pessoas sobre esta temática.

A sexualidade não deve ser tema de *curriculum* de algumas áreas, mas sim inquietação de todos, em especial dos adultos, por se relacionarem e terem papel relevante na vida dos jovens (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Os serviços de saúde apareceram em uma das falas como locais em que o jovem adquiriu conhecimento a respeito da prática contraceptiva:

*Eu já fui em um curso, mas eu era muito novo, não lembro não...Tinha dezesseis anos...*

(E.3)

Com relação à contracepção, Brandão (2009) descreve que o despreparo dos serviços de saúde para lidarem com o público jovem, e a interrupção na distribuição dos MCC para estes, são fatores que contribuem para dificultar o gerenciamento das suas vidas contraceptivas.

Horta e Sena (2010), ao realizarem estudo visando analisar a abordagem e a concepção de jovens nos documentos de saúde publicados pelo Ministério da Saúde, perceberam que na área da Saúde o processo saúde-doença é visto de forma fragmentada havendo, assim, necessidade de considerar a heterogeneidade da juventude, com sensibilização dos profissionais de saúde para verem os jovens como autores de suas próprias histórias, ainda que para atender as necessidades em saúde dos jovens seja fundamental vencer o desafio da intersectorialidade. Nesta perspectiva, as dificuldades de se estabelecer ações intersectoriais e multidisciplinares, trazem impasses à qualificação da assistência à saúde do jovem, e uma abordagem que considere a complexidade psicossocial, cultural e política desta fase (FERRARI; THOMSON; MELCHIOR, 2006).

Neste sentido, percebe-se que a formação profissional contribui para a promoção



da sexualidade masculina de forma saudável ainda que, na maioria das vezes, os focos das ações sejam reduzidos porque o profissional está despreparado para atuar através de perspectiva mais amplificada, contemplando o bem estar sexual, físico, mental e social, considerando as variáveis gênero, segmento social, faixa etária e raça/cor (GOMES, 2008).

Com relação à estruturação da grade curricular de enfermeiros, Pereira (2007) considera que seja importante uma abordagem questionadora sobre a temática da sexualidade durante a formação profissional, e que não abordá-la ou retratá-la de forma não dialogal, não crítica ou reflexiva, contribui para a assexualização de profissionais e usuários dos serviços de saúde.

São fatos que demonstram a importância do setor Saúde em se envolver neste cenário, pois se o conhecimento quanto às estratégias contraceptivas fosse anterior à primeira relação sexual, promoveria melhor capacidade contraceptiva entre os jovens, desde o início da sua vida sexual. Entretanto, a persistência de se manter este espaço faz-se presente para que este assunto não caia no esquecimento, como retratado na fala descrita mais acima por um dos entrevistados, ao ser indagado quanto ao seu conhecimento sobre os métodos contraceptivos.

Corroborando este panorama, Vieira et al. (2006) acreditam que para vivenciar a sexualidade de forma saudável, prevenir a gravidez indesejada e as DST, é necessário o conhecimento dos MCC e dos riscos provenientes de relações desprotegidas, por ser um direito dos jovens desvincular a atividade sexual da procriação.

Como já descrito por Vieira et al. (2006, p.139), “fica pois, evidente a responsabilidade de toda sociedade no que tange à promoção e à qualidade de vida do adolescente.” Nesta prerrogativa, a escola e a família são vistas como aliados poderosos na sensibilização do autocuidado pelos jovens (NASCIMENTO; SEGUNDO; BAKER, 2011) o que demonstra, assim, a relevância de investimentos que visem orientar e esclarecer ao jovem quanto ao exercício da sexualidade e contraceção, tanto por parte dos profissionais de saúde e das famílias, quanto das escolas e da sociedade em geral, incluindo espaços sociais em que os jovens estejam inseridos, como clubes esportivos e templos religiosos.

O setor Educação é alvo de investimento em busca de vinculação ao setor Saúde. Considera-se, assim, a relevância do Programa Saúde na Escola (PSE) que, dentre as suas ações, visa promover a saúde sexual e reprodutiva, objetivando integrar e articular de forma permanente a educação e a saúde para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Furlani (2010, p.68) afirma que “as escolas que não proporcionam educação sexual a seus alunos e alunas, estão educando-os parcialmente”. O mesmo autor

ainda considera que a prática de educação sexual não pode ser pontual e descontínua, e que a sua suspensão ou interrupção, além de desmotivar os alunos, dificulta as suas reflexões.

A escola, por ser um espaço que deve congrega os pais dos alunos, tem a possibilidade de sensibilizar as famílias sobre a sua responsabilização e o papel fundamental na vida de seus filhos, incluindo orientações éticas, não discriminatórias no que tange à vida sexual destes (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Nove dos jovens pais demonstraram ter crenças religiosas ou confirmaram a frequência a templo religioso em algum momento da vida. E ao considerar a influência de líderes religiosos sobre a vida de seus adeptos, o estabelecimento de uma parceria com estes poderia ser benéfica ao jovem, pois, além de ser facilitado o acesso a este, seria maximizada a possibilidade de vínculo profissional de saúde e o jovem, o que proporcionaria a qualificação da capacidade destes últimos de conduzir sua vida sexual e reprodutiva de maneira responsável e prazerosa, e ainda, a vivência da paternidade da forma mais saudável possível.

O único jovem que referiu o planejamento da gestação do primeiro filho, encontrava-se residindo junto à parceira e sua família neste momento, e o seu segundo filho foi oriundo da falta de um planejamento prévio. Dentre os outros onze jovens que negaram o planejamento gestacional, dois referiram falha contraceptiva, um relatou que a parceira cessou o uso de contraceptivo oral e só depois o informou, e oito alegaram que não utilizavam método contraceptivo. Os outros dois pais com mais de um filho, alegaram não ter planejado nenhuma das gestações, entretanto, nenhum destes utilizava método contraceptivo após a primeira paternidade.

Sabe-se que questões de gênero responsabilizam a mulher tanto pela concepção, quanto pelo cuidado contraceptivo, o que pode justificar o precário envolvimento masculino na contracepção; entretanto, a predominante não utilização de MCC associada a alguns relatos de felicidade com a gestação, podem estar sinalizando um “desejo implícito”, e talvez o planejamento da gravidez, mesmo que de forma subjetiva, em que a sua negativa estaria pautada na ideia adultocêntrica, voltada à visão da gravidez na adolescência e juventude como um problema, associada aos riscos da reprodução durante esta fase da vida, que seria caracterizada por imaturidade, instabilidade orgânica, emocional e financeira. E mediante a essa pré-concepção, assumir o seu planejamento ou desejo seria um contra-senso, aliado ao fato de se colocar como alvo de críticas e reprovações sociais, sendo assim mais fácil e confortável justificar uma gravidez não prevista, resultante de uma eventualidade inesperada.

Corroboram esta inferência as condições socioeconômicas desfavoráveis dos jovens pais desta pesquisa, em que o filho pode representar uma valorização social, ou ainda um motivador para mudanças positivas, visto que Brandão (2009) havia citado uma das dificuldades contraceptivas na vida afetiva e sexual dos jovens, peculiares do universo masculino: a concepção da paternidade entre as camadas populares, tida como afirmação da virilidade, em que o filho traz uma nova realidade simbólica de representação, e a esperança de dar um novo rumo à vida, mediante as trajetórias dramáticas.

Associando tal afirmação aos relatos positivos do contexto da paternidade posteriormente descritos, e ainda às realidades socioeconômica e cultural dos entrevistados, em que se fazem presentes o baixo poder aquisitivo, os enlaços familiares frágeis e a vida escolar comprometida, e por ser ainda esta vivência comum entre seu grupo social, pode-se inferir quanto ao planejamento ou desejo não referido, mas concreto, da paternidade por alguns jovens, que mediante o receio das críticas sociais, passem a negá-lo.

O fato de a maioria dos entrevistados ter referido o não planejamento da gravidez, não resultou em rejeição desta, o que pode também estar sinalizando a necessidade de aceitação da criança para uma boa relação entre pai e filho, assim como a promoção da saúde emocional da criança (MOREIRA, 1997), como se observa na frase abaixo:

*Eu não planejei de forma alguma, mas tipo assim...não tenho nada contra.*

(E.8)

Louro (2008) afirma que a partir de 1960, os grupos minoritários que se diferenciavam da dita norma: ser homem, heterossexual, branco e de classe média, nestes inclusas as mulheres, passaram a ter voz ao denunciar suas inconformidades, questionando conceitos e teorias e construindo novas formas sociais, estabelecendo lutas para sua auto representação. Nesta pesquisa, observou-se que a mulher, em alguns casos, mostrou-se como personagem principal na área da concepção, visto que dentre os jovens pais que referiram não ter planejado a gestação, um descreveu que a namorada desejava a gravidez; outro, que a companheira primeiramente cessou o uso do contraceptivo e posteriormente o informou a respeito, após a concepção já ocorrida; e ainda um terceiro entrevistado, referiu que a parceira tinha alegado que para engravidar, deveria realizar tratamento prévio, fatos explicitados abaixo, respectivamente:

*..., ela queria mesmo, estava gostando de mim...*

(E.9) (grifo da autora)

*...depois que ela falou para mim que tinha parado de tomar o remédio, eu... cortou relação sexual sem preservativo, mas já tinha acontecido...*

(E.8) (grifo da autora)

*Acho que ela ficou bastante surpresa, porque ela imaginava que ela não podia ter, porque ela já tinha até ido no médico, e o médico falou para ela que para ela ter filho, ela tinha que fazer um tratamento, aí veio sem fazer tratamento nenhum. Mas acho que foi uma surpresa para ela. De repente era até a vontade dela mesmo, por ela ter essa dificuldade, e veio assim. Foi surpresa mais para a felicidade, não para espanto, acho que foi uma surpresa feliz.*

(E.12) (grifo da autora)

Certa manipulação e prevalência da vontade da mulher com relação ao planejamento reprodutivo do casal, foi descrito por pais adultos quando alguns destes acataram a decisão das parceiras sobre o momento de terem filhos. Alguns ainda referiram ser a estratégia da gravidez uma manobra das mulheres para o casamento (RAMIRES, 1997). Este monopólio das mulheres na vida reprodutiva vem sendo construído com o tempo e infere-se, com esses depoimentos, a sua manutenção, o que mantém as iniquidades de gênero que causam prejuízos às mulheres, mas também aos homens, neste caso, ao serem impedidos de protagonizar a sua vida reprodutiva.

Corroboram Abramovay, Castro e Silva (2004) ao mencionarem as dificuldades entre moças e rapazes para acordarem a utilização da camisinha, em que esta aparece com maior preocupação na área da contracepção, do que vislumbrando o risco de adquirir DST. Estes mesmos autores verificaram que entre os jovens das 14 cidades brasileiras incluídas no seu estudo, as meninas tinham maior conhecimento quanto ao funcionamento do seu corpo, incluindo o período fértil, em detrimento dos meninos. Cabral (2002) também cita ser precário o conhecimento dos jovens pais quanto ao ciclo reprodutivo, quando em alguns casos a parceira informa que cessou a contracepção, após a gravidez já em curso.

Nesse contexto, reflete-se quanto à diversidade de MCC disponibilizados e o seu uso preconizado para o casal, entretanto, a camisinha seria, na realidade, um dos incipientes métodos de que o homem jovem poderia fazer uso para evitar a concepção, o que deixa a mulher na vantagem com relação a ser a protagonista neste sentido, tornando a esfera masculina, em alguns casos, mais vulnerável à vontade feminina.

A maternidade e a criação dos filhos são associadas ao universo feminino,

entretanto, com as novas conquistas femininas de ocupação do espaço público e o direito à reprodução, que também inclui a opção de não procriar, que vem sendo exercida pelas mulheres, embora com um pré-julgamento social de “não normalidade”, como se estas estivessem fugindo do destino de ser mãe, tida como função social esperada que seja cumprida pela mulher (PATIAS; BUAES, 2009; SMEHA; CALVANO, 2009).

Trazendo contextualizações sobre as questões de gênero, na presente pesquisa percebe-se, por meio das falas de alguns jovens, a paternidade como algo esperado e implicitamente desejado para suas vidas futuras. Conta-se ainda, neste contexto, um planejamento assumido da gestação, e outro relato explícito de ser pai como almejado pelo jovem, por toda a sua vida:

*Ah! uma coisa difícil, não é? Mas depois, quando passa, fica tudo bem...tem que aprender, já aconteceu, tem que aprender como é que é...Mas para mim foi bem, sempre quis ser pai, mas ela que nunca aceitou não, mas para mim foi tudo bem.*

(E. 10) (grifo da autora)

Sabe-se que a paternidade dá ao homem uma afirmação de sua virilidade; sendo assim, o filho é visto como possibilidade de uma atribuição do masculino. Entretanto, com as novas características da paternidade, com o pai mais inserido na vida privada, esta pode vir a ser entendida para além de um atributo da masculinidade, “do fazer o filho”. Contudo, na perspectiva deste homem, de estar presente na vida desta criança e se reconhecer como participante do processo reprodutivo, e este reconhecimento poder culminar em novas possibilidades no exercício do direito de homens e mulheres procriarem, poderá acarretar em reformulações de papéis, pois, como é afirmado por Scavone (2001), vivencia-se um período de transição rumo a novos modelos de família, com o ideal voltado à equidade nas responsabilidades parentais, em que se afirma: “para alcançar esta equidade muitos elementos estão em jogo e, entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social que derrube o ideário do determinismo biológico” (Op.cit., p.57).

Neste momento, passamos a tratar especificamente do ponto central desta pesquisa, qual seja, a “vivência da paternidade” a partir dos relatos da descoberta da gestação até a sua vivência em si.

### 4.3 COMPREENDENDO O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NA JUVENTUDE

#### 4.3.1 Descobrimo a gravidez

No que tange à descoberta da gestação, dois entrevistados alegaram ter ficado tranquilos na ocasião, sendo que um referiu só ter se dado conta do seu novo papel após o nascimento da filha:

*Para falar a verdade... fiquei normal, até bem dizer depois de a criança nascida umas duas semanas, não tinha caído a ficha fiquei tranquilo, depois é que eu comecei a ver que o negócio era sério.*

(E.1)

A maioria dos entrevistados correlacionou os sentimentos de nervosismo e espanto a este momento inicial, ao descobrir a gestação; suas reações foram de surpresa, seguida da posterior aceitação, felicidade e emoção. Este sentimento inicial de medo e choque, substituídos no decorrer da gestação por aceitação, já havia sido anteriormente evidenciado em outros estudos (ALMEIDA, 2005; HOGA; REBERTE, 2009; ALMEIDA; SOUZA, 2011; MELO et. al., 2012; PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013). Os pais adolescentes dos estudos de Trindade e Bruns (1999) demonstraram que a paternidade nesta fase é um evento mais inesperado do que indesejado, visto que havia um desejo de ter filho em fase posterior da vida. Talvez o mesmo ocorra neste estudo, em que mesmo mediante os relatos de um não planejamento, houve uma aceitação posterior e relatos de felicidade e satisfação com a vinda do filho.

No que tange às parceiras, cinco demonstraram reação positiva à descoberta da gestação; nos outros casos, houve reações de contrariedade, susto e surpresa, associadas à perspectiva de comprometimento com a vida estudantil ou reação negativa da família:

*Ela ficou um pouco chateada, um pouco não, veio com a bênção de Deus, mas ela queria terminar os estudos dela, sem parar para nada...*

(E.5)

No que se refere à família do jovem, constata-se que de um modo geral aceitaram a gestação (LUZ; BERNI, 2010; ALMEIDA; SOUZA, 2011). Neste estudo, metade das famílias demonstraram reação positiva ao saber da gestação, enquanto a outra metade, que esboçou reação negativa inicial, teve aceitação posterior, sendo em todos os casos referida uma boa relação entre a família do jovem pai e seu filho, como já detectado no estudo de Melo et al.(2012), em que a família se coloca inicialmente contrária ao ocorrido e, posteriormente, aceita a situação, seja por se sentirem impotentes ou pela chegada do novo

membro familiar.

Estudos já descreveram que nos casos de gestação na adolescência, as reações negativas vinculam-se mais à família materna que, por questões de gênero, tende a proteger a honra da dama (LUZ; BERNI, 2010). E entre as famílias das parceiras dos entrevistados, sete demonstraram reação negativa no momento do diagnóstico da gestação, como descrito em relato abaixo:

*...Eu briguei com o pai dela, a ponto de um ameaçar o outro, eu apontar a arma para ele, foi bem complicado...*

(E.1)

Ao descrever o ocorrido, este mesmo participante mencionou que a festa de 15 anos da parceira, que já havia sido paga, não foi realizada em virtude da gravidez:

*Ah! Aí... foi complicado, porque ela ia fazer 15 anos, perdeu...a festa dela que estava toda pronta, paga, não fizeram mais a festa dela.*

(E.1) (grifo da autora)

Questionamento se faz ao pensar na repercussão da idade de 15 anos para uma menina, que a diferencia das demais faixas etárias? Por que uma festa para a qual já havia sido despendida verba, normalmente de grande valia, não poderia acontecer? Por que uma adolescente que engravida não seria merecedora de uma festa que celebraria sua vida?

Há todo um simbolismo no “baile de debutante”, que traduz a passagem da fase da infância para a adolescência. Normalmente, este evento é aguardado pelas aniversariantes, que esperam o tão sonhado dia de brilhar perante a família e os amigos.

Mas, no contexto da juventude, a iniciação sexual é socialmente percebida como um rito de passagem, em que os jovens são considerados como adultos a partir deste momento. É uma situação em que o jovem vive a ambiguidade de ser sexualmente adulto e em certas ocasiões, dependente economicamente da família (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Com relação “a festa da debutante”, Estéban e Pépece (2013) descrevem que esta, além de ser um rito de passagem por propiciar um novo *status* social à jovem, é também, um rito de consumo, visto que os pais patrocinam vultuosas quantias pelos artefatos rituais, tidos como itens de consumo, que podem sinalizar a riqueza da família e um *status* social.

Pensando na “festa da debutante” como “rito de passagem”, e considerando a adolescência/juventude como fases de construção social, e o exercício sexual, assim como a reprodução, como um dos sinais de transição ao mundo adulto, entende-se porque os pais, mesmo diante de todo gasto financeiro, cancelaram o evento que sinalizaria

socialmente a passagem da filha da infância para a vida adulta. Infere-se que, neste caso, haveria a substituição de um rito de passagem por outro, em que a festa de 15 anos não seria mais tida como necessária, visto que a inserção sexual e a concepção de um filho já marcariam este momento.

Entretanto, tem-se no hímen uma parte da construção cultural do feminino, constatando-se por este a prova física da honra, e no seu rompimento, um marco na vida da jovem (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), e ao considerar a discriminação, o preconceito e a tentativa de tutela quanto à vida sexual dos adolescentes e jovens, e compreendendo a festa de 15 anos também como um “rito de consumo”, e a gravidez na adolescência e juventude correlacionada a fatores negativos, como baixa perspectiva de futuro, infere-se que ao organizarem a festa, os familiares tinham perspectivas para além da apresentação social da filha em sua mudança de fase, mas também como uma forma de afirmação e valorização social não condizente com a gestação durante esta fase da vida, que poderia traduzir um fracasso familiar e suscitar dúvidas quanto ao futuro da jovem.

Percebe-se, assim, a violação concreta do direito à reprodução proveniente da família desta jovem, que não considerou o seu desejo de se tornar mãe ou não naquele momento da vida, e muito menos se mesmo diante da gravidez, desejava ou não a realização da festa. E ao não considerar a vontade da adolescente, esta é colocada na posição de tutelada e não protagonista nem mesmo de um evento social em que seria a atriz principal.

Esta conjuntura justifica porque os jovens tiveram maior dificuldade para contar a notícia da gestação aos familiares da parceira, em especial o pai da gestante, por temerem a reação destes, visto que a figura paterna representa a relação de autoridade no âmbito familiar, como se assumisse responsabilidade por defender a honra da família (LUZ; BERNI, 2010). Considerando esta assertiva, um outro dado emergiu das entrevistas, qual seja, a relação conflituosa entre o jovem pai e a família de sua parceira, constatada em diversos casos, conflito este normalmente já estabelecido antes da gestação, como demonstram as seguintes falas:

*... eu também não falo muito com a família dela não.*  
(E.4)

*Nunca gostaram de mim, nunca gostaram e não estão nem ai para mim, sempre me esculacharam. Mas agora não ligo mais não, deixei para lá.*  
(E.10)



A gestação nesta fase da vida, já foi descrita como uma retaliação das filhas para com os pais, devido a impedimentos nos namoros (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). O fato de alguns jovens do estudo referirem relação de conflito com a família da parceira antes da gravidez, possibilita inferir ser esta uma das causas da gestação, visto que provavelmente culminaria de reprovação da relação entre os pares, entretanto, seria necessária uma investigação mais direcionada e específica para comprovar tal assertiva, o que é uma proposta para estudos futuros.

#### 4.3.2 Formulação e reformulação do papel paterno: aprendendo a ser pai

O sexo do primeiro filho de oito entrevistados foi masculino. A idade destas crianças, atualmente, variou de 1 mês a 4 anos de vida, sendo o maior quantitativo, em maiores de um ano. Quatro desses filhos moravam com os pais, sete residiam com a mãe, e apenas uma das crianças vivia em guarda compartilhada, não legalizada, mas acordada entre os pais.

Usufruir da licença paternidade parece auxiliar na construção de um espaço do pai junto ao filho, e redescobrir o seu lugar junto à parceira (MOREIRA, 1997). Quanto à expressão “Licença paternidade”, oito jovens demonstraram conhecê-la, entretanto, dentre os nove entrevistados que estavam trabalhando no momento do nascimento dos respectivos filhos, apenas cinco tiveram a oportunidade de se afastar do trabalho nesta ocasião, contando com um dos pais cujo trabalho era informal. No entanto, dos quatro pais trabalhadores que não usufruíram deste benefício, três tinham vínculo informal, e o que tinha vínculo formal, alegou que não foi informado pela empresa a respeito deste direito, não tendo assim a oportunidade de se afastar do trabalho na ocasião.

O tempo estabelecido para o afastamento do pai das funções trabalhistas mostrou-se curto para a assunção da função paterna e para a dedicação aos primeiros cuidados à mãe e ao bebê, visto que um dos pais referiu que realizou solicitação de férias para promover maior assistência a ambos no período pós-parto, conforme relato no relato abaixo:

*...era só nós três...Eu cuidava dos ferimentos dela, também, que estava com muitos pontos, passava o soro, ali. Ajudava ela assim em todas as coisas. Eu tirei férias na época que ele nasceu, por causa disso. Porque ela ia fazer cesárea e ia precisar de alguém, lá. E minha mãe até ajudaria, mas ia ser melhor alguém mais direto, então eu tirei férias para isso!*

(E.12) (grifo da autora)

Neste sentido, a licença paternidade culmina no direito constitucional do pai de ficar afastado de suas atividades trabalhista por cinco dias; entretanto, visões voltadas para a ampliação deste período iniciam a sua concretização, exemplificando-se através da emenda à Lei Orgânica do Município de Niterói, em que a licença paternidade para os servidores públicos da cidade se estendeu para 30 dias, iniciativa que perpassa pela luta de equidade entre gêneros em que o homem vem ganhando espaço para participar da vida doméstica e do cuidado com o filho. Neste aspecto, mulheres e crianças também são beneficiadas visto que, respectivamente, poderão contar com o parceiro na divisão de tarefas, e terem a possibilidade de maior presença do pai nos seus primeiros dias de vida.

Ao dar seu nome a uma criança, o homem o assume como filho, visto que o pai se representa pelo nome da família, perpetuando a identidade de seu grupo familiar (MOREIRA, 1997), mantendo a continuidade de si e da sua família, como visto no relato abaixo:

*Acho que o bom em ser pai, é que você se sente meio que imortal, parece que você está vivo no seu filho, ele vai ficar por mais tempo que você, então, você vai viver mais tempo do que você mesmo.*

(E.7) (grifo da autora)

Moreira (1997), em seu estudo, detectou que o fato de ser pai, além de possibilitar a perpetuação do nome da família, é tido como uma regra de cumprimento ao sogro, em que há a troca da filha por um neto, que sela sua entrada na família da parceira, dado que representa, além de visão diferenciada entre o jovem e o pai da companheira, mais um papel vinculado à masculinidade, o de dar um neto ao sogro, fato também evidenciado no relato do participante 8, que referiu uma aproximação entre pai e filha após esta se tornar mãe:

*O pai dela que não era muito próximo dela, hoje em dia , tipo assim, está totalmente presente com dela, liga para ela, chama ela de filha, que ela falava que ele não chamava ela de filha, chama ela de filha agora, ficou com ela no hospital, lá. Então todo mundo recebeu da melhor forma... mas o pai dela foi surpreendente, eu nunca tinha conhecido o pai dela, até então,... a mãe dela eu já conhecia, mas o pai dela não. Isso aproximou a família.*

(E.8) (grifo da autora)

Neste estudo não houve relato de paternidade irresponsável, ou de não assunção do vínculo paterno, assim como nenhum dos entrevistados questionou a paternidade dos filhos. Mas sabe-se que existe uma diferenciação entre os sexos no que tange à não utilização do condon, já que as mulheres confiam porque amam os parceiros, e os homens confiam nas parceiras por confiarem em si (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), e a autoconfiança masculina pode estar sendo reproduzida para o não questionamento da paternidade promovendo, assim, uma negação da possibilidade de suas parceiras manterem relação sexual com outra pessoa, o que poderia comprometer a afirmação da masculinidade e da virilidade desses jovens perante a sociedade.

Mediante a paternidade, as experiências dos pais enquanto filhos são repensadas, reproduzidas e reformuladas, e identificações são descritas com as qualidades dos seus pais e reparados os defeitos, que servem como ponto de referência a serem superados (RAMIRES, 1997). Na presente pesquisa, alguns jovens pareceram desejar a manutenção de aspectos positivos vivenciados por estes, enquanto filhos:

*...quando eu vi um parque de diversões, com aquelas luzes todas, meu pai... falando de forma fantasiosa o que aquilo era, como aquilo funcionava...Eu acho que a coisa que eu mais queria levar da minha infância para a infância do meu filho, era a amizade que eu tinha com meu pai...Eu quero que ele pense que eu sou um herói, sei lá.*

(E.7) (grifo da autora)

A reformulação do papel paterno parece também ocorrer, pois os dois jovens que alegaram abandono pelo pai na infância, além de referirem participação no cuidado com os filhos, têm uma visão positiva da paternidade, considerando ainda que tiveram alguns ganhos com esta experiência, e referiram uma boa relação com os filhos, tendo um deles planejado a gravidez, e o outro ainda tendo como responsabilidade ser um exemplo para o filho e a parceira, que considera imatura, por ser mais nova que ele, acreditando ser, nesta perspectiva, um bom pai, fato que demonstra que o nascimento do filho pode transformar o jovem em um mestre e educador, enfim, ser uma referência para seu filho:

*Ser um exemplo, saber o que é certo e o que é errado, para passar para meus filhos, para minha mulher, experiência de vida. Como ela é mais nova do que eu, se eu não passar minha experiência de vida, do que é certo, e do que é errado, quem vai passar?*

(E.2) (grifo da autora)

A representação do pai mostrou-se importante na vivência da paternidade, apesar do falecimento deste em que, mesmo não tendo recordações do pai que faleceu na sua infância, um jovem pareceu tentar buscar uma filiação não vivenciada, expressa ao se referir à sua reação ao descobrir a gravidez da parceira:

*Fiquei um pouco emocionado, emocionado, o primeiro filho, na idade em que meu pai morreu,... 21 anos, estava sendo pai, fiquei emocionado, só!*

(E.5)

Quando indagados sobre o melhor momento com o filho, os jovens pais descreveram períodos que passaram juntos, realizando passeios, brincadeiras ou quando os filhos sorriem, cenas que podem ser relacionadas com a felicidade dos filhos; quatro descreveram o nascimento, e dois, quando os filhos os chamaram de “papai” pela primeira vez.

Quanto ao pior momento com o filho, três pais relataram que não o vivenciaram, um alegou que foi no momento em que ficou desempregado, que culminaria na dificuldade de assumir o papel de provedor da prole, e dois outros pais referiram ser um período de afastamento do filho, um por desentendimento com a parceira e outro pela jornada de trabalho. Sentimentos de angústia e frustração foram descritos em estudo com pais adultos, mediante situações de distanciamento dos filhos, seja por separação das mães ou pelas obrigações e responsabilidades exercidas fora do lar, que são tidas como algo que dificulta a participação e o envolvimento paterno na vida do filho (RAMIRES, 1997).

Mas quanto ao pior momento vivenciado, as respostas majoritariamente voltaram-se para a doença ou para acidentes ocorridos com os filhos. Ao entender a doença como um dano à total existência, por acarretar sofrimento (BOFF, 1999), percebe-se nestes pais uma sensibilidade para a angústia dos filhos, incluindo neste aspecto a possibilidade de perda, e ainda, empatia com o seu sofrimento, como se constata na seguinte fala:

*E o pior momento, foi quando ele estava chorando muito, e a gente não sabia o que era, então bateu uma agonia... foi o pior sentimento que pode ter, é a agonia, você não saber o que fazer e ficar ali sentindo aquela dor, ali. Vendo a coisa acontecendo e não poder fazer nada. [E o que era?] Ele estava com cólica, só que era cólica e gases ao mesmo tempo, porque ela estava dando remédio de cólica, e não estava adiantando, ela parava de dar o de cólica e dava o remédio de gases e não adiantava, aí tivemos que dar os dois remédios juntos para funcionar.*

(E.8) (grifos da autora)

Através da fala deste pai, fica implícito, primeiramente, a mãe como cuidadora principal desta criança, inclusive na situação de doença, quando ela fornecia a medicação, mas mediante a não resolução do problema, o jovem pai se retira da posição de espectador angustiado e se insere no cuidado, momento em que fornecem as medicações conjuntamente para a criança e obtêm sucesso, com melhora da sintomatologia. O fato remete à assertiva de Boff (1999) quando refere que o cuidado ao outro implicaria na superação da dominação entre os sexos e, conseqüentemente, resultaria em reformulação dos papéis sociais, o que foi propiciado neste caso pelo sofrimento da criança, em que a participação masculina pareceu ser de suma importância para vencer o obstáculo imposto pelo sofrimento dela.

Klaus e Kennel (1992) sugerem que os comportamentos passados de mãe para filha moldam o papel de cuidadora, o que garante à menina, até mesmo antes de se tornar mãe, através da observação, imitação e brincadeiras, o papel materno que será desempenhado no exercício da maternidade. Acrescentam também que a forma como os pais foram criados por seus genitores influenciarão no comportamento destes com seus filhos, sendo assim necessário um olhar imparcial para mães e pais ao considerar que o papel de homens e mulheres estão se redefinindo.

Os jovens concordam quase consensualmente que os homens devem se inserir nas atividades do lar e no cuidado com as crianças, assim como fazem as mulheres (INSTITUTO PÓLIS, s/a), o que pode estar traduzindo certa percepção quanto à necessidade da busca pela equidade de gêneros. Não é demais lembrar que o modo de ser mãe e ser pai atravessa questões culturais e sociais, que influenciam a forma do exercício da maternidade e paternidade.

Existe um maior desejo do pai em estar próximo ao filho, estabelecendo uma relação de amizade e confiança (RAMIRES, 1997). No âmbito da juventude, Levandowski e Piccinini (2002) descrevem que os jovens pais podem ter uma sensibilidade não reconhecida, visto que estes, em seu estudo, demonstraram responsividade em relação ao filho um pouco maior do que os pais adultos, fato que evidencia não ser a idade um fator determinante para o estabelecimento da relação pai-filho.

No que se refere à participação dos jovens pais no início da vida dos filhos, no processo de amamentação e nos primeiros cuidados com o bebê, apenas um pai referiu não participar deste processo e alguns mencionaram cuidados indiretos, como entregar utensílios para auxiliar a mãe nos cuidados com o bebê. Entretanto, a maioria dos jovens pais referiu ter participação ativa, realizando cuidados como banho, colocando o bebê

para dormir, para arrotar após a mamada, e ainda houve relatos de pais que participaram ativamente no processo de aleitamento materno:

*Botava o neném direito, que ela nem segurava direito.*  
(E.3)

*Ajudava...ajudava, ela começou a sentir dor no peito, ficava machucado, e coisa e tal, e eu tentava ajudar ela, colocava o peito na boca dele, e ela não conseguia, às vezes, ele chupava errado, estava sempre tentando ajudar ela.*  
(E.7)

*...Para ele pegar bico, foi muito difícil, muito difícil mesmo, aí eu tinha que sugar, com aquele puxadorzinho, lá. Está entendendo!? Muito difícil.*  
(E.12)

São falas que confirmam o envolvimento do pai não apenas nos cuidados mais simples, como também a sua participação para uma boa amamentação, em que se evidencia o auxílio vislumbrando uma “boa pega” pelo filho, e ainda prevenindo complicações maternas, como ingurgitamento, através da ordenha mamária. São dados importantes, pois se sabe que o apoio emocional, assim como a desenvoltura paterna para lidar com os problemas mais comuns relacionados ao processo de amamentação, podem contribuir para o sucesso do aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida da criança (BRANCO et al., 2009).

Apenas dois jovens pais não descreveram participação nos demais cuidados no decorrer da vida dos filhos, enquanto os demais citaram participar de tarefas como preparo da alimentação e fornecimento da mesma, higienização do filho, troca de fralda, auxílio nas tarefas escolares, e ainda, o cuidado indireto auxiliando a mãe nessas atribuições.

A presença de alguns filhos no momento da entrevista possibilitou o testemunho desse cuidado pelos jovens pais, destacando-se que o participante 3, antes de iniciar a sua entrevista, realizou a higiene corporal do filho enquanto a esposa preparava o desjejum, como se fosse algo do cotidiano da família, e permaneceu com a criança no colo durante parte da entrevista, sempre tocando-a e acariciando-a. Quanto aos demais, as mães, em alguns momentos, tentaram retirar os filhos de perto do pai, mas foi em vão, pois eles se recusaram com “ameaças de choros” e “birras”, que sinalizaram o vínculo pai-filho existente entre eles.

O participante 11, após fornecer a entrevista, fez questão de me apresentar o bebê,

pegando-o do colo da mãe e ficando com ele durante toda a entrevista do amigo (em outros ambientes da casa, inclusive levando a criança à rua). O fato remete à descrição de Cabral (2002) que, no seu estudo, verificou que os jovens pais passeavam nos fins de semana com seus filhos de maneira a exibi-los, descrevendo-os como “orgulhosos pais desfilando com seus pequenos troféus - limpos e arrumados - pelas ruas da comunidade” (Op.cit., p.112).

O participante 12 forneceu a entrevista com seu filho no mesmo ambiente, que ficou parte do tempo no seu colo permitindo perceber a interação entre a criança e o pai, inclusive durante os momentos em que éramos interrompidos por ela no intuito de chamar a atenção do pai que, calma e pacientemente, tentava distrai-la com a televisão ou solicitando que não falasse, aconchegando-a em seu colo.

Percebe-se, assim, uma participação dos homens na criação e cuidado dos filhos, envolvendo-se em tarefas e atividades do dia a dia, dividindo algumas atribuições com a esposa, entretanto, ainda persiste a visão de ser a mulher a cuidadora mais efetiva dos filhos, ocupando o homem um cenário auxiliar (RAMIRES, 1997), pois há uma idealização de que ser mulher é o requisito mais importante para ser uma competente cuidadora de crianças, ou de que ter útero traduz ter instinto materno (MEYER, 2010).

No decorrer das entrevistas, embora a maioria dos jovens tenha descrito a participação nos cuidados com os filhos, em alguns casos ficou implícito que se colocavam como cuidadores secundários, como já afirmado por Moreira (1997) e Dias e Aquino (2006) de que a participação dos jovens nas tarefas domésticas se volta à esfera da “ajuda”, e “não ter obrigação”. Ramires (1997) também confirma esta prerrogativa ao identificar a existência de um sentimento de exclusão significativo do homem, mediante a relação mãe-filho, caracterizando anseios de incompetência para exercer o cuidado. Verifica-se, em algumas falas, a manutenção desta percepção nos jovens pais, como se a maior responsabilização pelo cuidado prestado aos filhos fosse da mulher, como expresso no seguinte depoimento:

*Troco fralda, também. Claro, que tudo, se ela pedir para mim entendeu? Eu não chego lá e digo eu vou fazer, se ela disser: - 'Mô', troca a fralda dele para eu fazer outra coisa, eu vou lá e faço, - 'Mô' segura ele para eu tomar um banho, vou lá e seguro ele. Ela sempre dando a diretriz e eu vou fazendo.*

(E.8) (grifo da autora)

Os homens raramente têm a oportunidade de acesso à informações, troca de experiências ou desenvolvimento de ações de cuidado, por serem tidos como “fortes” e provedores; contudo, na atualidade, com as mulheres também inseridas no mercado de trabalho, a visão de provimento material exclusivamente paterno tende a mudar, criando-se um espaço gradativo para o pai exercer atividades de cuidado, levando homens e mulheres a repensar seus papéis nos trabalhos com a casa e os filhos (BRANCO et al., 2009).

O menor estímulo e oportunidade de exercitar o cuidado durante a infância, propiciam as atitudes omissas e negligentes dos jovens consigo e com o outro (ALMEIDA, 2005). Contudo, mesmo que o cuidado seja preconizado como do gênero feminino, percebe-se claramente um envolvimento dos entrevistados nestas atividades, tanto assim que dois participantes descreveram a participação nos cuidados com os sobrinhos; e dos dez entrevistados que possuíam irmãos mais novos, oito alegaram que participavam do cuidado desses, sendo que cinco citaram cuidados indiretos aos irmãos, como organização da casa, roupa e preparo da alimentação, e apenas três referiram participar dos cuidados diretos, como realização de higiene e fornecimento de alimentação. Será, então, que estas oportunidades se apresentam apenas para jovens de estratos populares, na medida em que suas famílias não tem os recursos para manter uma babá e, assim, as atividades são compartilhadas?

Constatou-se predominância da participação e do envolvimento nos primeiros cuidados com o filho e/ou no processo de amamentação, e nos demais cuidados, como alimentação, higiene corporal, e até mesmo na divisão de atividades com a mãe da criança, como buscar e levar à escola/creche, o que demonstra o maior envolvimento masculino em tarefas ditas femininas, aproximando-se do que Luz e Berni (2010), e Dias e Aquino (2006), chamam de nova paternidade:

*Tudo...dou banho, dou almoço, dou lanche, dou janta...eu  
faço tudo o que tem que ser feito, levo para escola, trago,  
tem o dever de casa, ele me mostra o dever de casa, aí  
brinco bastante, porque ele gosta de brincar.*

(E.12)

Ramires (1997) relata que embora se tenha uma maior participação masculina na criação dos filhos, no caso de separação, as crianças tendem a ficar com as mães, como condição natural e imutável, inclusive tendo os homens um sentimento de que poderiam prejudicar seus filhos caso se impusessem e lutassem para ficar com eles. Neste sentido, com relação a este estudo, percebe-se uma tendência a esta assertiva, visto que dos oito



casos de não conjugalidade (incluindo os três casos de separação dos pais), sete crianças encontram-se residindo com a mãe, entretanto, abre-se um novo horizonte na perspectiva de mudanças nessa esfera, visto que um dos jovens separados refere manter uma espécie de guarda compartilhada do filho, acordada entre este e sua ex-parceira, por considerarem vantajoso para a criança, conforme relatado a seguir:

*Assim, a gente não tem nada oficialmente, a gente se juntou e viu o que é melhor para ele, para que não afetasse o crescimento dele, para que eu viva e ela também viva o crescimento dele juntos,...para não afetar ele, está entendendo?*

(E.12) (grifo da autora)

A experiência de ter um filho, criá-lo e educá-lo, pode ser vivenciada por homens e mulheres, não sendo um privilégio exclusivo destas últimas, bastando para isso que eles estejam mais preparados, o que poderá trazer repercussões favoráveis na busca por uma sociedade mais democrática.

Quando indagados sobre o que consideravam “cuidar do filho”, os jovens descreveram prestar cuidados de higiene, alimentação e satisfazer as demais necessidades orgânicas e materiais dos filhos, sendo ainda descritos o ato de brincar, se responsabilizar, educar, ser uma amigo/parceiro. E ainda foi citado que cuidar do filho é cuidar de si mesmo, podendo-se assim deduzir que o filho pode ser visto como um fator promotor do auto-cuidado para o jovem pai.

A presença dos homens no serviço de saúde para fins de participação no pré-natal, assim como no acompanhamento ao filho, é tido como estratégia para incentivá-los a cuidar da própria saúde, atualizando seu cartão vacinal, promovendo atividades preventivas como aconselhamento e testagem para DST e HIV/Aids, orientação nutricional e de saúde (BRANCO et al., 2009). Nesse sentido, a vinda do filho e a participação na vida dele pode implicar para o homem em ações que culminem no seu auto-cuidado, incluindo neste contexto o cuidado com a sua saúde, como expresso na fala abaixo:

*É zelar por mim mesmo, estou cuidando do meu filho, estou cuidando de mim, eu estou cuidando da minha mente, da minha felicidade... da minha saúde, então acho que cuidar do meu filho é ótimo.*

(E.8) (grifo da autora)

Branco et al. (2009) alegam que há uma crescente presença e interesse dos homens no pré-natal, parto, nas consultas de pediatria e vacinação das crianças, o que faz com que as unidades de saúde sejam um local privilegiado para a formação de um novo pai, com mais afetividade e participação na vida do filho. Entretanto, os mesmos autores referem ser o envolvimento do pai nas ações de cuidado, um dos recursos mais relevantes, mas ainda inexplorado, na promoção da saúde de crianças e adolescentes, tendo os serviços de saúde com suas ações voltadas à esfera materno-infantil, o que contribui para o afastamento do homem neste sentido, e reforça as atividades de cuidado como sendo do âmbito do feminino.

Reichert e Wagner (2007) já indicaram que em futuros estudos, buscassem compreender a percepção dos pais quanto às suas práticas educativas. Neste estudo, vislumbrou-se identificar algumas variáveis que indicassem algumas manifestações da autoridade dos jovens pais com os seus filhos, envolvendo o processo exigência, responsividade e intrusividade.

Então, quando questionados sobre o que era “dar limites ao filho”, responderam que seria limitar o que a criança pode ou não fazer, associando a obediência aos pais, e ainda fornecendo educação à criança. Um dos entrevistados acrescentou que estas ações auxiliariam a criança a ter auto-controle:

*Limites tem que impor, para que ele ...para que consiga dar auto controle para ele, saber o que ele deve fazer, limite é ensinar o auto controle, mesmo eu não estando presente ou não, ele tem que saber o que ele deve fazer, e o que eu não vou gostar que ele faça.*

(E.12) (grifo da autora)

O pai e a mãe foram as pessoas mais citadas como responsáveis por dar limites à criança, entretanto, dois entrevistados, um em união consensual e outro separado da parceira, alegaram que seria a mãe a responsável por esta tarefa, por ficar mais tempo com a criança. E ainda, um entrevistado alegou que todos os adultos são responsáveis por dar limites às crianças, afirmação esta que vai ao encontro do preconizado pelo ECA, em seu Artigo 4º (BRASIL, 1990), que estipula ser dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, a efetivação do direito à vida e educação. Segue-se recorte de depoimento a respeito:

*Eu acho que todo adulto deve ser responsável por dar uma boa educação para as crianças, é uma questão de ética, de ética do adulto, ele tem que ser responsável pelas crianças. Se eu passar aqui e tiver uma criança ali que eu não conheço, fazendo uma coisa que ela não deve fazer, eu vou brigar com ela e mostrar que ela não deve fazer, acho que é um papel de todos, não é um papel só do pai e da mãe, não!*

(E.7)

A conversa e a repreensão verbal foram as formas de expressão quando os filhos realizam ou realizarem algo que os pais reprovam; o castigo e a repreensão física foram citados apenas por dois jovens, no entanto, outros três demonstraram claramente reprovar a prática de agressão física aos filhos. A autoridade, neste sentido, aparece por força do diálogo, e não mais por força da “palmada”, ato naturalizado há tempos atrás, conforme se depreende dos depoimentos a seguir:

*Não quero bater nele, só quero conversar com ele, vê se ele entende as coisas, não quero bater nele não, quero conversar com ele, explicar todas as coisas da vida, o que é bom, o que é ruim, o que traz o bem, o que traz o mau...*

(E.5)

*Falo com ela, entendeu!? converso com ela, que não pode, bater eu não bato, entendeu!? Eu não bato!.*

(E.6)

*É melhor ser carinhoso do que bater, espancar, que não adianta, só piora.*

(E.10)

As brincadeiras de infância, o futebol, o incentivo ao estudo, investimento na relação pai-filho, assim como fornecer orientação ao filho, inclusive quanto a princípios religiosos, são as principais coisas aprendidas ou vivenciadas na infância dos pais, que estes jovens pais tentaram transmitir aos seus filhos.

Ramires (1997) já havia mencionado maior vontade e disponibilidade de pais adultos em participar dos cuidados e da criação de seus filhos, assim como manter uma relação de amizade e confiança com eles. Este dado se repetiu neste estudo com jovens pais em que apenas dois alegaram que não ficam sozinhos com os filhos, e os outros referiram que fazem as seguintes atividades, quando sozinhos: pegar a criança na escola/creche, brincadeiras e entretenimento, cuidados de higiene e alimentação, e ainda

colocar a criança para dormir.

Todos os entrevistados referiram que mantêm uma boa relação com os filhos, e três jovens fizeram questão de relatar a relação de proximidade com os filhos, que percebem que os filhos gostam deles, e que essa boa relação é descrita mesmo nos casos de pais separados e nos dois casos em que os pais tem relações conflituosas com as mães das crianças. Todos os entrevistados acreditam que não necessitam mudar nada na relação com o filho, com exceção de um que alega a necessidade de passear mais com ele, apesar de estar sempre presente na vida do filho. As atividades que os pais mais gostam de fazer junto aos filhos são: brincar, assistir televisão e passear. Neste sentido, Branco et al. (2009, p.19) afirmam que: “brincar é prazeroso e aproxima pais e filhos”, o que demonstra ser essa atividade uma forma de fortalecer os laços existentes entre eles, e que apesar de a maioria referir participação nos cuidados que atendam as necessidades da criança, também valorizam a brincadeira e o lúdico nas suas relações.

No que tange aos pais com mais de um filho, todos também alegaram que mantêm boa relação com os demais filhos. Conforme já relatado por Paula et al. (2011), os sujeitos de sua pesquisa demonstraram satisfação por serem pais, mesmo diante do aumento da responsabilidade, estando presentes na relação pai-filho o amor e o carinho.

Com relação ao significado do que é ser pai, um jovem alegou que não saberia descrever, três relataram ser bom, três alegaram que a paternidade trouxe mudanças positivas para sua vida, seis associaram-na a ser homem e/ou ter maior responsabilidade, e quatro referiram ser o pai uma referência e um amigo para o filho:

*Significa tudo...Significa tudo para mim, desde o momento que eu vi ela, já mudou completamente a minha vida, me fez enxergar as coisas sérias...*

(E.2)

*Pai é tudo! Pai assim, é... amigo, e ouvir bastante, e pai é se por no lugar do filho no momento de juventude e de criança. Não diferenciando-se pai, pai é amigo, mas na hora de dar esporro e reprimir, é pai, não pode se criar um vínculo de amizade que ele não te respeite, mas tem que ser bastante amigo.*

(E.12)

É interessante descrever a situação ocorrida com o quarto participante que, primeiramente, havia referido as dificuldades para arcar com os custos materiais do filho, e em seguida referiu ser a paternidade algo bom, conforme relato a seguir:

*Para mim ser pai é tudo, tem que cuidar dos filhos. Não adianta ser pai e deixar os filhos aí largados, está entendendo!?*

(E.4)

Entretanto, em tempos posteriores, na finalização da entrevista, seu sobrinho adentra o local em que esta ocorria. Vinha com sua mãe, chorando e se negando em voz alta a ir à escola, e o jovem tentou, em vão, intervir para que criança obedecesse, e se mostrou muito contrariado e irritado com tal situação. Ao questioná-lo quanto aos aspectos positivos da paternidade, o mesmo alegou:

*Não acho nada de ser pai, ser bom não...*

(E. 4)

Ter a oportunidade de presenciar tal cena trouxe alguns questionamentos, pois ele havia citado seu bom relacionamento com a filha, o auxílio no cuidado com ela e, então, questionado a respeito do porquê achar ruim ser pai, respondeu:

*Porque às vezes as crianças perturbam aí...não tenho cabeça para isso, não, mas tem que cuidar, não é?...*

(E.4)

O mesmo jovem ainda alega que se pudesse, não teria tido filho naquele momento, situação que pode estar evidenciando o quanto os jovens pais não se encontram preparados ou amadurecidos para lidar com os percalços inerentes à criação dos filhos, mesmo sentindo-se felizes com a sua paternidade, e isso pode estar sinalizando a relevância da intervenção de profissionais de saúde e familiares no sentido de auxiliá-los neste processo de adaptação, responsabilização e amadurecimento necessários para uma vivência plena e saudável da paternidade.

Os jovens se consideraram “um bom pai”, relacionado aos seguintes requisitos: estar sempre presente na vida do filho, sendo um exemplo para ele, mantendo uma boa relação e apoiando-o, critérios já descritos por jovens pais de outro estudo (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013), que consideraram que para ser um pai ideal, este deve estar sempre junto ao filho, comunicando-se com ele e demonstrando cuidado e paciência.

Apenas três jovens não se consideraram bons pais: dois, pela pouca desenvoltura nos cuidados com o bebê, e outro, por acreditar que poderia sair/passear mais com o filho, sendo que dois destes demonstraram, durante a entrevista, participar ativamente dos cuidados com os filhos, inclusive auxiliando a mãe em momento de amamentação.

Mas citaram a inexperiência nos cuidados com o filho, fato que também já foi relatado em estudos anteriores como uma dificuldade (SAMPAIO;VILLELA; OLIVEIRA, 2014).

Os dois pais que relataram que este fato poderia torná-los maus pais, possuem filhos únicos com menos de 3 meses de vida, podendo esta inabilidade ser relacionada ao restrito tempo de convívio que tiveram com os filhos, considerando as suas faixas etárias e o fato de não terem tido participação no cuidado com os irmãos na fase da vida em que seus filhos se encontram no momento; e ainda, a impregnação social do papel do homem desvinculado do cuidado, pode também traduzir um maior desejo de participação nos cuidados com os filhos.

Com relação à insegurança para prestar cuidados ao filho, é visto que o apoio e as orientações dispensados ao jovem pai neste sentido, oportunizam que vivencie este momento, pois a partir da troca de experiências o adolescente se sente mais seguro, através do apoio parental, o que fortalece a importância da contribuição familiar para a vivência da paternidade (BUENO et al., 2012).

#### **4.3.3 A família como apoiadora do jovem pai**

A paternidade é inicialmente vista pelo jovem com os efeitos negativos relacionados a dificuldades, imaturidade e insegurança; entretanto, a própria vivência, associada ao apoio familiar, favorece melhor suporte para o enfrentamento do fenômeno (MELO et al., 2012). A família do jovem já foi descrita como apoiadora financeira, no cuidado com a criança e com o domicílio, auxiliando no enfrentamento das dificuldades (CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008; MELO et al., 2012; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014). “Desse modo, os pais são para os filhos as fontes de cuidado, de suporte financeiro, emocional, social; são, enfim, a base para a sobrevivência do filho” (ALMEIDA; SOUZA, 2011, p.462).

Em pesquisa envolvendo jovens mães e pais de três cidades brasileiras, observou-se que a inserção universitária é mais baixa nos casos de paternidade/maternidade na adolescência (DIAS; AQUINO, 2006). Entretanto, em outro estudo, constatou-se que os adolescentes necessitam de compreensão, são capazes de assumir a paternidade e com o apoio familiar conseguem superar as dificuldades estruturais e pessoais, inclusive cursar o ensino superior (PAULA et al., 2011), o que demonstra a importância deste suporte e apoio na vida dos jovens pais, inclusive para a conclusão dos estudos e melhor qualificação profissional, não desconsiderando aqui os contextos socioeconômico e cultural em que vivem os jovens do estudo, onde a maioria dos pais também não cursou o ensino superior,

o que pode vir a reproduzir a não valorização deste, visto que sacrifícios e esforços seriam necessários para atingi-lo, ao considerar a administração dos estudos, mediante os cuidados e custos financeiros do filho, em meio a dificuldades econômicas e meio social desfavorável.

O auxílio familiar também propicia ao jovem manter um equilíbrio emocional e financeiro, já que a maioria dos pais quando descobrem que serão avós, contribuem com as despesas de casa, alimentação e vestuário para o bebê (TRINDADE; BRUNS, 1999), pois percebe-se que os jovens, unidos ou não com suas parceiras, mantêm uma relação de dependência afetiva e financeira por parte da sua família de origem, da família de sua parceira ou de ambas (DIAS; AQUINO, 2006), em que os pais, as sogras, os avós, os padrastos, os irmãos e as madrinhas tem tido maior destaque como membros das famílias que mais apóiam os jovens (BUENO et al., 2012).

Confirma-se este dado ao perceber que os participantes 3, 5 e 11 relataram abrigo familiar para que este pudesse residir, em algum momento, junto à parceira. Em dois casos, este foi proveniente da mãe, e em outro, da avó materna.

O trabalho torna-se quase obrigatório na vigência da paternidade, e há casos em que este ocorre no contexto familiar, a exemplo do participante 1, que exerce atividade profissional na feira com o pai, em que mesmo não referindo durante a entrevista ajuda financeira familiar, esta pode estar vinculada à possibilidade de atividade remunerada.

O auxílio financeiro direto, proveniente da família do casal, é descrito por cinco entrevistados. E um entrevistado alega ainda que a sua família fornece um suporte maior do que a da sua parceira, auxílio este já evidenciado em estudo anterior (CABRAL, 2002) e ratificado no relato abaixo:

*Na época que ele nasceu, a minha família se responsabilizou bastante, minha mãe, minha imã me ajudou muito, eu já fazia alguns trabalhos aí, bicos, então eu ajudava a eles lá, mas eles me ajudavam bem mais, eles faziam a maior parte. [E hoje em dia?] Atualmente, a gente divide muito bem assim, a maior parte das vezes eu estou sem nada, aí quando ela precisa de alguma coisa, ela avisa para o pessoal (da família do jovem) e eles ajudam, mas a família dela (sorri)...ajudam com o mínimo, com a moradia, e com a alimentação.*

(E.7) (grifo da autora)

Apesar de não podermos realizar a estimativa real de quantas crianças com pais desunidos residem junto à família materna, sabe-se que ao menos cinco residem com a mãe junto à família desta, então, percebe-se que também há um apoio por parte da família da parceira do jovem pai neste percurso da paternidade na juventude, que não pode ser desconsiderado. Entretanto, através da fala acima, e ao considerar que o abrigo familiar nos três casos supracitados, foram fornecidos pelas famílias dos jovens, pode-se pensar no papel masculino relacionado ao suprimento do filho e da parceira como se estendendo às famílias dos jovens, visto que os mesmos, imersos em condições econômicas desfavorecidas e baixa qualificação profissional, não teriam como arcar sozinhos com esse custeio.

Corroborando este dado a declaração de mais um entrevistado ao alegar que, anteriormente, não requeria ajuda financeira da família, entretanto, após o nascimento do filho, viu-se instado a fazê-lo, sendo este apoio visto como algo que o caracteriza como mais responsável:

*...Eu lembro uma vez...que eu fui na casa da minha avó, esses tempos agora, aí ela falou para mim: Poxa! Mas você está precisando de alguma coisa agora, meu filho, sei que sua batalha tá grande.... Aí eu falei assim: -Pô, vó, tenho sim, tenho para passar a semana, mas meu pagamento só sai no final do mês, então, tipo assim, estou meio apertado. Aí quando eu falei para ela que tava apertado, aí ela falou assim: Agora você é um pai de família, e você não pode deixar faltar nada na sua casa, então esta responsabilidade que você está tendo de falar para mim: Poxa! Vó eu só tenho esse dinheiro aqui, e tendo coragem de falar para mim que você está precisando, isso aí é uma atitude de homem, é uma atitude de pai, já. Porque antes, eu não pedia dinheiro nem para o meu pai, eu nunca fui de pedir nada para ninguém. Mas agora, graças a Deus que eu tenho amigos, que tenho uma família que está me apoiando, entendeu!?E acho que esta ocorrendo tudo bem.*

(E.8) (grifo da autora)

Considerando que em onze casos, os pais dos jovens também tiveram experiência de reprodução na adolescência/juventude, e seis relatos, dentre esses, de familiares que prestaram cuidados aos jovens durante a infância, auxiliando seus pais, infere-se que há repetição da situação com cinco jovens, agora com seus filhos, por contarem com a família para cuidar destes para eles e/ ou suas parceiras poderem estudar/trabalhar, mostrando assim uma reprodução desta situação de forma intergeracional:



*Cuidam deles 'pra' caramba. Quando eu estou trabalhando, eles ficam com eles aqui em casa, quando minha mulher também está trabalhando, aí fica aqui em casa com a minha mãe.*

(E.3)

*Ela está na casa dela porque ela tem que estudar, para a mãe dela cuidar do neném...*

(E.5)

Há uma participação familiar nos cuidados com os filhos dos jovens pais, e o seu auxílio no sustento desses, percebendo-se ainda maior credibilidade e incentivo nos projetos de vida dos jovens após a paternidade (PAULINO; PATIAS; DIAS, 2013), o que também foi relatado neste estudo por quatro jovens, como nas falas a seguir:

*Minha família começou a me apoiar mais, a me ajudar mais, enfim...*

(E.2)

*Me vêem como um batalhador, porque eu trabalho, tento fazer as paradas certas...*

(E.5)

Essa visão familiar mais positiva dos jovens pode ser um subsídio para auxiliá-los a desenvolver projetos de vida mais promissores e saudáveis, e os profissionais de saúde e de educação podem se utilizar desta ferramenta na perspectiva de estabelecimento de uma rede de apoio para promover melhoria na qualidade de vida e de futuro desses jovens pais.

#### **4.3.4 Os Serviços de Saúde no contexto da paternidade na juventude**

A atenção pré-natal com qualidade e humanização são tidas como fundamentais, fazendo-se necessário um olhar que compreenda o Ser humano na sua totalidade, considerando o ambiente social, econômico e cultural em que vive (BRASIL,2005D). Entretanto, esta prerrogativa pareceu não estar presente na realidade dos serviços, visto que a maioria dos entrevistados demonstrou conhecimento restrito acerca do pré-natal, com predomínio da visão do modelo biomédico, pautados em aspectos fisiológicos do período gestacional, centrados na mãe e/ou no bebê, visões que contribuem para perpetuar o distanciamento do homem dos serviços de saúde, visto que estes só valorizam e acolhem a mãe e o feto, conforme é retratado nas seguintes falas:

*Eu acho que é um acompanhamento anterior ao nascimento, só para realmente ver se está tudo bem com o bebê e com a mãe.*

(E.7)

*Pré-natal são os preparativos para o parto, preparativos para ter o nosso bebê, alguma coisa antes do parto, alimentos que podem ser evitados, imagem pré-natal é o pré-parto!*

(E.8)

*...Preparação da mãe e do bebê, para ele vir com saúde, uma gestação boa, ..., pré-natal é isso.”*

(E.12)

Dez entrevistados referiram ter ido às consultas, sendo que um alegou ter ido por ocasião da realização de um exame de ultrassonografia, e apenas um pai referiu nunca ter participado de exames ou consultas. Mas percebe-se, neste contexto, que compromissos trabalhistas dificultaram a participação masculina nas consultas e exames durante o pré-natal.

Sabe-se que, habitualmente, as gestantes são liberadas de suas atividades profissionais para que possam comparecer aos serviços de saúde, não sendo comum esta mesma liberação aos pais para participarem deste momento, pois, no processo gravídico a mulher é tida como protagonista, fato explicitado nas falas dos jovens ao relatarem que foram às consultas “acompanhar” as gestantes, visão que não os inclui nesta assistência. Até porque, durante o atendimento, a maioria dos pais tinha participação passiva, seja observando o cuidado profissional prestado à gestante, ou permanecendo fora do consultório, mesmo quando convidados pelos profissionais para entrarem na sala de atendimento, vindo esta recusa a sinalizar a gravidez como ainda pertencente à esfera feminina, exclusivamente, como se eles também não fossem atores principais deste processo:

*Eu ficava do lado de fora...*

(E3)

*Ela às vezes me chamava para entrar lá... mas eu nunca entrei, não.*

(E.4)

*Eu não participei muito não, não sabia o que perguntar, não sabia como ajudar, ela entrava na sala, falava com alguém, e eu ficava lá esperando.*

(E.7)

A visão e a participação restrita dos jovens pais quanto à assistência pré-natal, traduzem as falhas no serviço em que se orienta atenção ampliada, com assistência integral, que considerem os fatores socioculturais e econômicos, intelectuais e emocionais das mulheres e de suas famílias (BRASIL, 2005D); e o fato de dois entrevistados não terem participado das consultas, quatro em grande parte, irem à unidade de saúde e ficarem fora da sala de consulta, e ainda os relatos de participação passiva, sem interação com os profissionais, são aspectos que repercutem a dificuldade desses profissionais em abordar os jovens e a não incluir o pai na assistência pré-natal.

Branco et al.(2009) descrevem que os pais, muitas vezes, não se sentem à vontade para comparecer às consultas pediátricas e de pré-natal e que, em virtude disso, ficam do lado de fora desse consultório, transmitindo uma falsa impressão de desinteresse; mas se os profissionais ‘vestirem a camisa’ da valorização da paternidade, encontrarão caminhos que culminarão na inclusão do pai e, então, eles deixarão de ser meros espectadores e se tornarão atuantes e parceiros no cuidado paternal.

Como foi dito, o direito à sexualidade e à reprodução são direitos humanos de homens e mulheres. E a Política de Saúde do Homem, que surge em 2008, orienta a inclusão do pai no planejamento da reprodução, no pré-natal, parto, puerpério e na criação e educação do filho. O jovem que se torna pai carece de assistência na paternidade, sendo necessário assegurar-lhe a mesma assistência oferecida à gestante. Sendo assim, os serviços de saúde devem, de forma igualitária, promover ações educativas, e preventivas quanto às DST e a maternidade/paternidade indesejada (PAULA et al., 2011). Com isso, o princípio da integralidade se faz presente no processo de atenção à família (BRANCO et al., 2009), considerando a busca pela inclusão do pai nas ações de saúde, por trazer melhorias à vida da mulher, da criança e do próprio homem.

A inclusão do pai no pré-natal propiciará, conseqüentemente, o exercício de uma paternidade mais participativa e atuante. Com isso, qualifica-se a assistência em saúde do homem, mas também a saúde da mulher e da criança, somando forças e envidando esforços no processo educativo de seu filho, reconsiderando os papéis socioculturais arrastados que implicam na permanência da iniquidade de gêneros. E no que tange à criança, propicia-se um envolvimento maior de seus pais na sua criação, o que poderá culminar para ela em

maiores e melhores possibilidades futuras.

Uma conquista na área dos direitos reprodutivos foi a Lei nº 11.108 (BRASIL, 2005B), que garante à mulher um acompanhante de sua livre escolha no momento do parto. No entanto, a maioria dos jovens pais não participou do parto de seus filhos, sendo que sete desses pais encontravam-se na maternidade, mas três não desejaram participar deste momento, três foram impedidos pelo serviço de saúde, e um deles ainda referiu que lhe foi relatado que a parceira não autorizava a sua entrada na sala de parto.

A não permissão para o acompanhamento da mulher durante o parto é uma violação a um direito legal que lhe é garantido. Mas o que se percebe é que mesmo diante da legislação vigente, o homem fica dependente da estrutura institucional, das normas vigentes e das pretensões e sensibilidades dos profissionais envolvidos na ocasião, além da vontade da parceira para garantir sua efetiva participação neste momento, o que de certa forma reforça que as questões reprodutivas ainda são voltadas à esfera feminina.

Neste contexto os homens reconhecem suas limitações durante o trabalho de parto, demonstrando dúvidas quanto à sua participação, relacionando a ocasião a domínios tidos como femininos, sentindo-se em alguns momentos amedrontados para tal participação, e quando demonstra iniciativa para tanto, esta é percebida como um ato de coragem masculina (MOREIRA, 1997).

Contudo, o apoio da equipe poderá fazer com que o pai se sinta mais seguro para participar do momento do parto, assim como a gestante que não escolhe o pai como acompanhante, deve ter seu desejo garantido, visto que o direito do pai em participar deste momento deve ser instituído como acordo entre o casal, embora os profissionais de saúde possam desenvolver reflexões com mulheres e homens em torno do preconceito atribuído à masculinidade, desconstruindo argumentos como: “o pai tem medo de assistir o parto”, assim como expor os benefícios da inclusão do homem no cuidado (BRANCO et al., 2009). Um jovem pai que participou do parto do filho, descreveu o momento de forma positiva:

*Ah! Foi emocionante! (sorri), eu gostei, cheguei a me emocionar fiquei, foi normal, pô! O parto do meu filho, me emocionei bastante, fiquei feliz que ocorreu tudo bem, fiquei um pouco nervoso.*

(E.10)

Trata-se de um dado que traz a relevância de estender aos demais pais essa possibilidade, para que também possam vivenciar a paternidade durante o nascimento do filho, já que este momento é tido como único e singular, pois: “viver o nascimento de um filho cristaliza, no inconsciente, a marca profunda de um instante que se torna inesquecível” (JARDIM; PENNA, 2012, p.378). Cabe lembrar que a não participação no parto, por impedimento profissional, havendo o desejo do pai em participar e a autorização da gestante para tal, é uma violação do direito da gestante, mas também deste pai, o que contraria as orientações dos Programas que norteiam a assistência à paternidade e à maternidade.

A recusa paterna em participar do parto do filho traz reflexões quanto aos padrões de gênero e questões que refletem no ser homem e ser mulher na sociedade, visto que na tradição ocidental a construção sociocultural dos gêneros torna a reprodução um evento da esfera feminina pela natureza da mulher, e o campo da sexualidade, do homem, considerando ainda que os jovens de sexo masculino necessitam comprovar sua virilidade através da valentia e da força física, reprimindo as partes próprias de sua personalidade tidas como de caráter feminino (BRASIL, 2010).

E ao considerar a importância da participação masculina no pré-natal, parto e puerpério (BRASIL, 2005D; 2008), a intenção não seria no sentido de obrigá-lo a tal participação, mas sim de sensibilizá-lo quanto à sua importância neste processo, repensando a criação e a educação de meninos e meninas, uma vez que se fosse investido na sensibilização da real importância neste processo para sua vida, a de sua parceira e a de seu filho, desde a infância passando pela adolescência, o período pré-concepcional, gestacional e durante a assistência no trabalho de parto, será que sua visão mudaria e desejaria também ser ator principal neste processo?

A Política de Saúde do Homem (BRASIL, 2008), assim como alguns marcos normativos que orientam as ações em saúde do adolescente e jovem (BRASIL, 2006; 2010), orientam resguardar a integralidade na atenção. O ECA (BRASIL, 1990) dispõe sobre a proteção integral a esta parcela da população, entretanto, esta proteção não pode ser confundida com controle da vida do jovem, não lhe permitindo ter autonomia em suas escolhas e ações (LEITE, 2012). Neste sentido, tem-se na compreensão da integralidade e sua relação com a assistência aos jovens, um princípio fundamental (AYRES, 2012)., Entretanto, Camargo Jr. (2007) alerta para a preocupação atual com a “integralidade do cuidado” e a atenção à sua totalidade, que podem trazer o risco de controle dos usuários e a perda de autonomia por parte destes.

Para Pinheiro e Guizardi (2004), a ação integral é entendida como os resultados de interações positivas entre usuários, profissionais de saúde e instituições. E vêm na integralidade “um dispositivo político, de críticas de saberes e poderes instituídos por práticas cotidianas que habilitam os sujeitos nos espaços públicos a engendrar novos arranjos sociais e institucionais em saúde” (Op.cit., p.21). Afirmam ainda esses autores que esta envolve práticas sociais que reconhecem os diferentes modos de viver e ver o mundo, que podem utilizar o cuidado como campo de ação.

A integralidade como princípio do SUS, em seu sentido mais restrito, visa garantir o acesso do indivíduo a todos os níveis de atenção em saúde. No entanto, Mattos (2001) a descreve como uma bandeira de luta, que se relaciona com um ideal em busca de uma sociedade mais justa e solidária. Já em seu sentido mais amplo, inclui três dimensões: a primeira consiste na medicina integral, envolvendo as boas práticas dos profissionais de saúde que ressaltam os aspectos psicossociais, indo de encontro à assistência fragmentada e reducionista, com caráter exclusivamente biológico. A segunda dimensão é ligada à organização dos serviços de saúde, em que as práticas são articuladas, buscando atender as necessidades de saúde ampliadas da população, e não sob o ponto de vista específico ou programático, exclusivamente epidemiológico. E a última, relaciona-se à configuração das políticas desenhadas para dar respostas a determinado problema de saúde, ou aos problemas que afligem um grupo populacional. Entretanto, percebe-se que este princípio não é posto em prática no dia a dia do atendimento, devido às dificuldades enfrentadas habitualmente na assistência, sendo estas um desafio às ações em saúde dos jovens (OLIVEIRA; CARVALHO; SILVA, 2008; AYRES, 2012).

A integralidade é de difícil compreensão e operacionalização, e não deve ser estabelecida como conceito, mas como um “ideal regulador” cujo objetivo é buscar a aproximação desta, que é limitada pelas organizações dos serviços baseadas no modelo biomédico, pela ênfase nos aspectos biológicos e pela hierarquização de saberes, sendo o trabalho interdisciplinar e multiprofissional necessários para atender as demandas e necessidades de saúde dos sujeitos sociais (CAMARGO JR., 2007).

Considerando-se, assim, os sentidos da integralidade, percebe-se que o profissional da Unidade Básica de Saúde que na Puericultura presta assistência ao jovem desde a infância, pode vir a sensibilizá-lo rumo ao exercício da sexualidade saudável, prazerosa e da paternidade responsável, independente da idade em que ocorrerá a sexarca e em que este desejar se tornar pai, além de voltar sua abordagem a outras vertentes e necessidades da juventude, como estímulo à escolarização e profissionalização, informações a respeito

de hábitos saudáveis de vida, a fim de que estes jovens possam melhor vivenciar o seu presente e planejar o seu futuro.

Lulianelli (2003) alega que o termo *protagonismo* relaciona-se estritamente ao conceito de empoderamento que, quando associado ao jovem, o tira do papel de objeto passivo, tornando-o agente ativo de transformação e desenvolvimento, responsável pelo presente e futuro. Acrescenta ainda que o protagonismo social contribui para o combate à pobreza que se dá, sobretudo, com investimentos na área da educação, sendo esta “a chave para reverter os processos que desencadeiam o ciclo vicioso da pobreza mundial” (Op.cit., p.66).

Os jovens necessitam ter suas ideias ouvidas, pois possuem direitos e capacidades, e o sentido de participação juvenil busca auxiliá-los a construir sua autonomia, sendo esta uma estratégia eficaz na promoção à saúde, contribuindo para a sua autoestima, assertividade e programação dos seus projetos de vida, e esta participação os retira da posição passiva de eventuais usuários dos serviços de saúde sob tutela e subordinação social, colocando-os na posição ativa de cidadãos (BRASIL, 2010).

Sendo assim, respeitar o planejamento reprodutivo dos jovens não se limita a cumprir as orientações da Conferência de População e Desenvolvimento(1994), assim como estimular a participação ativa do pai no parto e sua inclusão no programa de pré-natal, não se restringirá a seguir as normas do Programa Saúde do Homem, pois para o adolescente/jovem, com todas as peculiaridades desta fase em que se encontram, permitir o seu protagonismo é favorecer o seu amadurecimento na tomada de decisões, responsabilizando-se pela condução de sua vida, e é ainda garantir o exercício da cidadania, em que tanto o jovem quanto os Serviços de Saúde serão beneficiados.

Considerando o exposto acima, pode-se perceber que a busca em atingir a integralidade no que tange à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, pode culminar em melhoria da qualidade assistencial que lhes é fornecida e propiciar que esses indivíduos se tornem protagonistas reais na condução da sua vida sexual e reprodutiva, com a responsabilidade necessária ao seu exercício, pois investir em atenção integral em saúde da juventude abrange as três dimensões do princípio que envolve não só a implementação de políticas de maneira eficaz, mas sobretudo a participação e a responsabilização profissional na tentativa de promover os direitos dos jovens, incluindo aqueles inerentes à sexualidade e reprodução. Neste contexto, o poder decisório dos indivíduos é relevante, considerando suas realidades distintas, envolvendo nesta perspectiva a organização dos serviços de saúde para atender o jovem em suas necessidades, perpassando pelo melhor acolhimento e

vínculo com este, e dedicação no investimento de estratégias e possibilidades que incluam o homem na vida do filho desde a concepção, perpassando pelo período gestacional, parto e participação nos cuidados com a criança.

#### 4.4 AS MUDANÇAS E REPERCUSSÕES ORIUNDAS DO FENÔMENO DA PATERNIDADE NA JUVENTUDE

Neste momento, passamos a discutir os resultados referentes ao segundo objetivo desta pesquisa, visando identificar as mudanças e repercussões provenientes da paternidade durante a juventude.

##### 4.4.1 Relação com os pares

Constatou-se que predomina entre os parceiros um bom relacionamento antes do período gestacional e durante a gravidez, sendo que apenas um jovem alegou que a relação piorou neste período por influência familiar da parceira.

Com a concretude da gravidez, ou nascimento do filho, a relação entre os pares torna-se mais próxima (TRINDADE; BRUNS, 1999). Neste estudo, sentimentos de maior preocupação com a parceira e estreitamento de laços entre o casal foram citados durante o período gestacional; mas os jovens também citaram o mau humor influenciado pela atuação hormonal no período gravídico, como já descrito anteriormente em estudo com homens adultos (MOREIRA,1997):

*Sendo que tipo assim, tem vezes que na gravidez a mulher não quer nem te ver perto, não quer nem você perto dela.*  
(E.6)

*Só senti um pouquinho de estresse, que quando a mulher está grávida, ela estressa mesmo...é estresse sobre estresse...*  
(E.9)

Após o nascimento dos filhos, o estreitamento da relação entre o casal também foi citado, assim como a maior restrição ao domicílio, tendo cinco entrevistados referido que a relação entre o casal piorou após o parto. Luz e Berni (2010) afirmam que a vida conjugal desses jovens ocorre mediante outras adaptações como a adolescência, a gestação e o relacionamento social, que são agravados pelo fator econômico, tornando alguns relacionamentos mais tensos e difíceis de se manter.

Na atualidade, em quatro casos houve relatos de relação conflituosa entre o casal:



dois encontravam-se separados, e esses conflitos foram descritos como resultantes de ciúmes por causa de mudança no comportamento da parceira e pela influência familiar desta. Nos demais casos, a boa relação predominou entre os jovens e as mães de seus filhos.

Os entrevistados referiram que a paternidade favoreceu o estreitamento do vínculo com a parceira; ficaram mais responsáveis, incluindo neste a dedicação de maior tempo às atividades trabalhistas, destinando menos tempo ao lazer, como atividades esportivas e passeios. Um dos entrevistados referiu isolamento social após este fenômeno, conforme fala abaixo:

*Mudou... eu estou me sentindo mais sozinho, sei lá. Eu não converso mais com ninguém assim não. Eu acho que antes eu sentia só vontade de falar bobeira, hoje em dia eu sinto vontade de falar coisa séria, e eu não criei essa relação com ninguém.*

(E.7)

Este jovem sofre uma cobrança familiar por maior seriedade e responsabilidade, proveniente também da parceira que faz exigências neste sentido, fatos que podem estar levando ao isolamento pela demasiada cobrança, e pelo fato de o jovem não se sentir maduro o suficiente para administrar a situação, pois há uma esperança social de que mediante a paternidade, o homem assuma sua nova família, principalmente na esfera econômica, e este jovem pode não estar se sentindo habilitado a assumir tal papel, gerando conflito interno que traz também implicações na relação entre o casal:

*A gente fazia tudo juntos, eu podia ser sincero com ela, contar tudo o que eu fiz, do meu dia. Hoje em dia eu não tenho coragem de contar para ela as coisas que eu faço. Sei lá... se eu tomar um porre, eu não vou contar para ela, ela vai ficar ofendida, falar que eu tenho que ser responsável, que eu sou pai agora, e coisa e tal. Ela mudou... assim que o bebê nasceu ela já era outra pessoa, já eu não...Então, eu continuei sendo o mesmo cara, então eu não consegui ter a mesma relação com ela, porque ela mudou...Ela acredita que tem que fazer isso, ela acha que tem que ser outra pessoa, que ela não era antes... Hoje em dia ela quer virar uma mãe, ela quer ser isso. Como se tivesse 40 ou 50 anos, ela quer ser isso. Ela faz amizade com a mãe dos meus amigos. No outro dia quando ela viu o M...[o filho], ela decidiu que ia ser uma pessoa mais velha.*

(E.7)

Dentre os entrevistados, oito alegaram que não houve mudanças na relação com familiares e amigos, entretanto, dois relataram um afastamento destes, sendo alegado ter reduzido o tempo livre para relacionar-se com os amigos, e no outro caso por imposição de responsabilidade relacionada com a paternidade (CABRAL, 2002; CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008; MELO et al., 2012); em contrapartida, outros dois relataram aproximação tanto dos seus familiares, quanto dos familiares da parceira, pela relação de afetividade destes com seus filhos.

A visão do jovem como impulsivo e a preocupação em adestrar o seu comportamento, já data da Antiguidade (GROSSMAN, 1998). Por meio de conselhos e diálogos, os familiares tentam transmitir aos jovens seus valores socialmente constituídos e comportamentos valorizados (BUENO et al., 2012).

Historicamente, a paternidade traz como prerrogativa a responsabilidade (GOMES, 2006). Nos depoimentos, percebe-se um discurso de reprovação proveniente dos seus familiares ao movimento de contrariedade às regras sociais estabelecidas, exercido pelos jovens antes da paternidade, em que fica claro que a cobrança externa gira em torno de maior compromisso e responsabilidade atribuídos ao seu novo papel social, o de ser pai, fato relatado nas seguintes falas:

*...Quem me vê de outro jeito é meu pai, algumas ideias, conversar, algumas coisas que eu faço de errado, ele tenta colocar na minha cabeça que eu tenho que ser de outro jeito, já que a minha responsabilidade é outra, tenho filho para criar, casa para sustentar, as outras pessoas eu acho que me veem do mesmo jeito.*

(E.1)

*Ah! minha família me via como um louco, não é?! Tipo assim... nunca consegui ficar debaixo de regras, só do meu pai mesmo. Então, para mim...Depois que eu virei pai, virei pai não, agora que eu fui pai, agora que eu sou pai, acho que eles me enxergam diferente, com certeza...*

(E. 8)

A questão da responsabilidade atribuída à reprodução na juventude, como imposição familiar, parece lembrar ao jovem do papel masculino perante a paternidade que o insere no mundo adulto, exigindo maior responsabilidade para gerir sua vida e ser responsável pelo filho, incluindo neste aspecto o seu suprimento financeiro.

#### 4.4.2 Perdas e Ganhos

A paternidade já foi descrita pelos jovens como algo negativo, e pela idade deles no momento da gestação (MELO et al., 2012), percebemos em três jovens esse discurso social com relação à “patologização” da paternidade na juventude, com a fala da precocidade e da dificuldade acadêmica, relacionadas à reprodução nesta fase da vida, como representada pelo discurso adultocêntrico mas que, na realidade dos entrevistados, mostrou-se como depoimento contraditório, visto que a maioria destes jovens já tinha uma vida estudantil comprometida antes da gestação:

*Eu não previa nada não...Eu previa estudar aí, terminar os estudos pelo menos, e arrumar um trabalho melhor,...mas aí aconteceu, vai fazer o que!?*

(E. 9)

*Me via crescer muito, estudar, ter um bom emprego, mas depois aconteceu a gravidez.*

(E.10)

Segundo Paulino, Patias e Dias (2013, p.238), “a paternidade convoca os adolescentes a ocuparem novos lugares e assumirem novos papéis, ressignificando seus projetos de vida”. Ser pai em fases da vida ditas precoces, pode ser relacionado a aspectos negativos, pois, como já foi descrito, a fase de transformação bio-psicossocial e a instabilidade financeira não seriam as mais propícias para a assunção de um outro papel, o de ser pai. Nesta pesquisa, os jovens pais perceberam algumas repercussões negativas com esta experiência, sobretudo as positivas, descritas por eles em diversos momentos do estudo, de que em alguns casos ter um filho foi como um precursor e incentivador de mudanças benéficas nas suas vidas.

Sampaio, Villela e Oliveira (2014) descrevem que o principal ônus relatado pelos jovens pais foi a perda da juventude, associada a restrições de saída com amigos e participação em eventos. Esta mesma visão é tida pelos participantes de outro estudo, em que expressaram a perda da liberdade, especialmente, porque a adolescência e a juventude são vistas como o período do “tudo posso” (TRINDADE; BRUNS, 1999). Dois jovens entrevistados descreveram a paternidade na juventude como uma tarefa difícil, cinco alegaram explícita e implicitamente que este fenômeno antecipa ou faz com que o jovem perca uma etapa da vida, como já foi anteriormente descrito (MELO et al., 2012):

*Foi difícil, você tem que abrir mão de muitas coisas, e... bem dizer, você perde... perde não, você adianta uma parte da sua vida, é isso.*

(E.1) (grifo da autora)

A experiência de ser pai parece redefinir a vida do jovem, visto que: “la paternidade implica em la redefinición en el modo de ver y tomar una posición frente a la vida, em câmbios en el comportamiento diário”(HOGA; REBERT, 2009, p.113). E neste estudo, sete participantes referiram que este novo papel é acrescido de maior amadurecimento e responsabilidade, como já mencionado em literatura (CARVALHO; JESUS; MERIGHI, 2008; MELO et al., 2012; SILVA; SOUZA, 2011; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014), sendo também considerado o momento em que o garoto “vira” um homem:

*Mais responsabilidade, uma responsabilidade porque é uma criança que não pediu para vir ao mundo, tem que tomar conta.*

(E. 5) (grifo da autora)

*Ah! Sentia que mais responsabilidade estava vindo. Que cheguei na hora de cair mais para dentro do trabalho, mesmo! Virar homem! Aquela responsabilidade, de dar de comer para meu filho, trabalhar, é assim, me sentia muito assim!*

(E.11) (grifos da autora)

A precocidade da paternidade acaba por inserir o jovem no mundo adulto diante da maior responsabilidade assumida por este (MELO et al., 2012). Entretanto, esta condição de ser homem pode ser associada também ao trabalho e à assunção do provimento material da nova família, conforme já havia evidenciado Almeida (2005), em que o “ser homem” estaria associado ao sustento da família e ao trabalho remunerado.

Como já havia sido mencionado por Almeida e Souza (2011), a gravidez pode representar uma boa experiência ao casal jovem, assim como trazer-lhes aprendizado, e neste estudo, a paternidade em alguns casos foi descrita como um incentivo para os jovens almejarem conquistas e mudanças positivas, seja para culminar em afastamento de amizades com perfil deletério para suas vidas, ou como fator estimulante para investimentos nas áreas estudantil ou trabalhista, contando ainda com o caso de um pai que saiu do tráfico de drogas após o nascimento da filha, fatos ratificados com as falas a seguir:

*Antes dela nascer, eu era traficante.*

(E.2)

*Tomei um pouco mais de responsabilidade, deixando um pouco mais das minhas amizades que não eram boas, um pouco de lado, para não acabar perdendo a vida, é isso aí!*

(E.5)

A violência, a educação de baixa qualidade e as dificuldades pertinentes ao emprego, são descritas pelos jovens como sendo um dos maiores problemas para que eles conquistem o futuro e vivam melhor o presente (INSTITUTO PÓLIS, s/a). Nesta pesquisa, os aspectos de ganhos ou mudanças positivas na vida após a paternidade, podem traduzir a vinda do filho como sendo um fator motivador para uma perspectiva (mesmo que irreal ou não concreta) de maior predisposição para conquistas no campo do estudo e trabalho.

A proposta de ações governamentais voltadas para a juventude, tida como mais importante em maior parte pelos jovens do que pelos adultos, é “a inclusão social de jovens que saíram do mundo do crime” (INSTITUTO PÓLIS, s/a); neste caso, os indivíduos que vivenciaram esta fase da vida, podem estar sinalizando a necessidade de maior investimento e visibilidade nestas situações, sensibilidade esta que pode ser caracterizada por suas próprias experiências ou as de seus pares. No grupo de entrevistados deste estudo, havia um jovem que se colocou na posição de ex-traficante, passo dado a partir do nascimento da filha, o que pode traduzir uma vontade real de sair do cenário de violência e marginalização em que se encontrava, sendo isto concretizado, possivelmente, a partir da paternidade.

Mas, infelizmente neste cenário, considera-se o baixo grau de instrução e a situação de desemprego em que este jovem atualmente vive, e ainda as exigências do mercado de trabalho, que podem facilitar ou mesmo favorecer o seu retorno às atividades ilícitas, principalmente pela cobrança masculina de suprimento financeiro da família, que pela exposição de justificativas que dificultam a inserção no trabalho formal.

Como já evidenciado por Carvalho, Jesus e Merighi (2008) e Sampaio, Villella e Oliveira (2014), os aspectos positivos da paternidade traduziram-se em ver o filho saudável/feliz, conduzido por um caminho de vida melhor, permitir maior amadurecimento e responsabilidade e vivenciar a ligação pai-filho.

Cinco jovens descreveram que não há nenhum aspecto negativo no exercício da paternidade, e os outros destacaram como pontos negativos: ciúmes que o pai tem do filho,

sentir-se sozinho após assumir este novo papel, ter que trabalhar mais, as abdições em prol do filho, além do ressignificado do trabalho, reduzido tempo para o lazer, as modificações relacionadas à maior responsabilidade e maturidade, e ainda, como fator desencadeante de repercussões positivas na vida do jovem.

Com a paternidade, e dedicação do tempo a outras atividades, principalmente as trabalhistas e os cuidados dispensados ao filho, há restrição às atividades de descanso, porém, os jovens citaram como ações de lazer e repouso: jogos, passeios, acesso à internet ou computador, assistir programas televisivos e filmes, sendo que dois jovens relataram gostar de leitura e atividades artísticas.

Com relação ao principal provedor do sustento do primeiro filho no momento do nascimento deste, foram citados em nove casos os próprios jovens e sua parceira, mantendo a mesma situação nos três pais com mais de um filho. No entanto, em duas situações de entrevistados com apenas um filho, estes descrevem que para este suprimento financeiro, contaram com a ajuda de seus familiares, e em um caso, com os seus recursos e os da parceira.

O pai já era apontado como principal responsável pelo sustento da criança que residia com estes, entretanto, no caso de filhos que viviam com a família da sua parceira, essa atribuição recaía sobre elas e seus pais (DIAS; AQUINO, 2006), dado diferente do que foi descrito neste estudo, em que o jovem pai se definiu como principal responsável pelo sustento da criança, mesmo que em conjunto com a parceira, ou sob o apoio familiar, incluindo os casos em que a criança não residia no mesmo domicílio que este.

Este dado é justificado pela associação da atribuição masculina exigida pelos papéis de gênero socialmente determinados ao homem, visto que o fato de a maioria dos jovens se declararem como principais responsáveis pelo custo da criação do filho, mesmo que associado à sua parceira ou aos demais familiares, pode estar relacionado com a obrigação moral de prover pelo menos a criança, relacionada à identidade masculina (CABRAL, 2002), como evidenciado na seguinte fala, ao se referir às mudanças em sua vida após a paternidade:

*Parei de sair, algumas coisas mudaram, a responsabilidade é maior, mandar um dinheiro para se faltar alguma coisa, comprar, só!*

(E.5)

Embora quatro entrevistados não estivessem trabalhando na ocasião da descoberta da gestação, todos possuíam história de atividade trabalhista antes da gravidez. O papel social do homem é ligado ao provimento financeiro da família, e as desigualdades sociais e a pobreza fomentam as iniquidades de gênero (BRASIL, 2010). Pode-se prever, então, o porquê da paternidade na juventude trazer uma ressignificação ao trabalho, mediante a vida estudantil já anteriormente comprometida, baixa remuneração, dificuldade de provimento material dos filhos, condições percebidas que fazem com que o jovem se veja em posição de ter que abdicar de si em prol do filho, como explicitado na seguinte fala:

*Ah! Todo mundo falou que agora eu tenho que trabalhar, para não deixar faltar nada, para tudo que eu comprar eu guardar a nota, caso ela se separar de mim, eu guardar a nota, para se ela me botar na Justiça, eu poder visitar meu filho.*

(E.5)

Percebe-se através da fala de oito jovens pais, as dificuldades financeiras para o provimento material dos filhos, o que determina uma nova atribuição ao trabalho, pois se anteriormente este era destinado à manutenção dos seus gastos pessoais, posteriormente à gestação passa a tornar-se necessário para o provimento do filho, o que repercute em abdição na vida do jovem pai, seja por prejuízo na área acadêmica, ou por limitar a disponibilidade para o seu lazer, conforme se observa nas seguintes falas:

*Eu só me afastei um pouco dos meus amigos, porque eu não podia mais acompanhar eles, eu tinha que trabalhar um pouco mais.*

(E.1)

*Curtia muito, ia para o baile, às vezes chegava só de manhã em casa, minha mãe falava, aí depois disso fiquei mais devagar, ela engravidou, teve a neném, aí eu fiquei mais devagar.*

(E.4)

*Tive que largar a escola, tive que trabalhar. Na época eu trabalhava só para minhas coisinhas mesmo, comprar um tênis para mim, comprar uma coisa, roupa, para sair no final de semana, depois eu comecei a trabalhar para realmente tentar ter uma casa, sustentar uma família.*

(E.7)

Os dados ora apresentados convergem para o estudo de Paulino, Patias e Dias (2013), autores que perceberam que os jovens sofreram mudanças em suas vidas após a paternidade, tendo que abrir mão de algumas prioridades pessoais, como reduzido tempo dedicado ao lazer e atividades lúdicas, exceto os mais associadas à vida infanto-juvenil, como participação em jogos esportivos e interativos. Entretanto, todos os jovens em questão consideraram os ganhos com a experiência de serem pais, como a responsabilidade e a iniciativa de dar um novo rumo ao projeto de escolarização.

#### **4.4.3 Sonhos passados e futuros**

Almeida e Souza (2011) descrevem que, com a vinda do filho, o casal de jovens passa a viver o presente com vistas ao futuro, mostrando ser na vivência da gestação que pensam a respeito de algumas possibilidades de projetos para a vida de ambos.

No trabalho, de suma importância para os jovens pais, eles valorizam a educação e ainda consideram que a baixa escolarização traz dificuldades para o futuro com relação à inserção no mercado laboral e para o nível de renda (CABRAL, 2002). Provavelmente por isso, na presente pesquisa, a perspectiva de futuro dos jovens seja descrita em torno de investir na vida acadêmica e atingir uma estabilidade empregatícia, fatos que podem estar relacionados com a associação da paternidade ao provimento do lar, papel social atribuído ao gênero masculino (LUZ; BERNI, 2010; SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014). No entanto, a Constituição Federal (1988), em seu Artigo 227, assegura o direito ao jovem trabalhador de acesso à escola, à rede de ensino e à permanência ou retomada à vida estudantil, mesmo com a paternidade e na vigência do trabalho, o que não ocorre com os pais em questão.

Como já verificado por Orlandi e Toneli (2008) em seu estudo, a vida estudantil dos jovens pais já sofria comprometimento antes da gestação, e o discurso verbalizado de reingresso na vida escolar mostra-se pouco preciso e não claro. Neste estudo, essa descrição de planos voltados a investimento na escolarização também foi controversa, pois conforme já descrito, apenas dois jovens demonstraram metas reais com relação a este: um que deseja terminar o ensino médio, e um que concluiu o ensino básico e está inserido em curso com perspectivas profissionais. Dentre os oito jovens que referiram desejo de estabilização empregatícia, apenas dois concluíram o ensino médio, o que poderá ser um fator negativo nesta busca pela sonhada estabilidade profissional pelos demais pais.

Fato curioso é que três jovens, com 19, 20 e 23 anos de vida, respectivamente, alegaram não planejar o futuro, sendo que nenhum deles completou o ensino básico, todos



possuem baixa renda e dois estão residindo em comunidade, situação que poderá complicar tanto o seu futuro, quanto o de seus filhos, considerando ainda que dois destes jovens possuem dois filhos.

Ao retratar a média da expectativa de vida do brasileiro, em torno de 70,6 anos (G1, 2013B), torna-se preocupante o fato de que alguns jovens da pesquisa demonstraram não ter planos para o futuro, e outros terem, embora de forma vaga e inconsistente, pois a tendência epidemiológica é de viverem longo período, e considerando ainda o fato de que suas vidas se refletem nas de seus filhos, mostra ser imprescindível a interferência neste sentido, valorizando o jovem com investimento nas suas potencialidades e na sua sensibilização para que vislumbrem futuros melhores, e tracem metas para tornarem estes sonhos possíveis, visto que “o projeto de vida nasce das interações entre o fortalecimento da identidade pessoal e da autoestima, a consciência da responsabilidade pessoal para com a conquista de melhorias, e o vislumbre de oportunidades ou perspectivas de futuro” (BRASIL, 2010, p.56).

No que tange ao incentivo à escolarização e à profissionalização, que interferem tanto na qualidade de vida e perspectiva de futuro do jovem pai, quanto de seu filho, mostra-se a importância de suporte do setor de educação, cultura, lazer, vislumbrando investimentos nesse sentido, pois já é descrito que as necessidades de saúde ampliadas ultrapassam as ações exclusivas do setor saúde (BRASIL, 2010), o que traduz ser imprescindível a busca de parcerias e investimentos intersetoriais para estimular os jovens pais a repensarem e restabelecerem seus projetos de vida de forma mais positiva.

Todos os jovens alegam ter planos para o futuro de seus filhos, neles incluindo investimentos na vida acadêmica principalmente, como já percebido por Sampaio, Villela e Oliveira (2014), e ainda, a aquisição de bens materiais e estímulo à vida religiosa. Quatro destes jovens descreveram almejar um futuro melhor do que o seu para os seus filhos, fato implícito nas entrevistas, o que vai ao encontro dos estudos de Bustamante e Trad (2005), em que os pais desejam que os filhos tenham uma vida melhor do que a sua.

A falta de perspectiva na vida acadêmica, em que a universidade pode ser vista como algo fora de alcance, torna o trabalho informal e o narcotráfico opções para os jovens de camadas populares (NASCIMENTO; SEGUNDO; BAKER, 2011). Neste estudo, percebe-se em várias fases da vida dos jovens entrevistados, uma informalidade empregatícia, contando ainda um deles com vinculação ao tráfico de drogas, anteriormente ao nascimento da filha, e outros com descrições de trajetórias de vida conturbadas e duvidosas quanto ao futuro.

Muitos desses jovens que se encontram imersos em realidades perturbadas nas esferas econômica, social, familiar e cultural, não percebem possibilidades individuais de resiliência para vencer as adversidades que lhes são impostas, muitas vezes desde a infância, situação esta exposta por um dos participantes quando expressou suas perspectivas futuras antes de ser pai, e cujo relato demonstra a ciência da exclusão sociocultural e econômica que vivencia pelo sistema de desigualdades presente na realidade dos jovens brasileiros:

*Eu achava que eu seria um milionário! Sei lá... eu acho que conseguiria dar uma volta no sistema, dar uma volta por cima, e sei lá...viver uma história maneira...*

(E.7)

Mudar a realidade desfavorável para este jovem, parece estar relacionada à aquisição financeira, e isso poderia traduzir uma conquista mais que econômica, sobretudo social e cultural, podendo culminar em maior respeitabilidade na sociedade, visto que as discriminações mais sofridas pelos jovens estão relacionadas com as desigualdades socioeconômicas, na visão destes por serem pobres ou pelo local onde moram (INSTITUTO PÓLIS, s/a).

A paternidade pode ser vista como um acontecimento que propicia ao jovem ter reflexões quanto à suas ações e aos seus projetos de vida (TRINDADE; BRUNS, 1999), e não apenas como um elemento desestruturador, mas reorganizador da vida (BRASIL, 2010). Como percebemos, a preocupação com o futuro do filho é um dado real, que pode ser visto como fator motivador para vislumbrarem novas possibilidades de vida. Fato é que um dos pais, embora tenha terminado o ensino médio, não menciona o desejo de ingressar no ensino superior, mas vislumbra esta possibilidade para a vida de seu filho:

*Ah! O futuro dele, eu pretendo botar ele numa boa escola, para ele estudar, fazer um curso também, eu pretendo que ele siga uma carreira aí, ser um médico... dar um futuro bom para ele.*

(E.11)

Os pais jovens do estudo de Melo et al. (2012) não apresentaram, em sua maioria, perfil de evasão escolar, tendo em maior parte terminando o ensino básico e apresentando perspectivas de ingressar em universidade, diferentemente do ocorrido nesta pesquisa em que todos os jovens que não concluíram o ensino médio encontravam-se fora da rede de ensino, e os que o concluíram não relataram perspectivas de cursar o nível superior.

No estudo de Paulino, Patias e Dias (2013) já havia sido descrita uma diversidade na perspectiva dos jovens pais quanto à vida estudantil, com particularidades de cada experiência de vida, havendo casos em que os estudos nunca foram valorizados, anterior e posteriormente à paternidade, assim como casos em que estes são valorizados por serem vistos como uma possibilidade de investimento no futuro dos filhos.

Isto mostra que o comprometimento da vida estudantil pode não estar relacionado diretamente à paternidade, assim como esta pode ser um desencadeador para a sua valorização, dado também encontrado nesta pesquisa, em que a maioria dos jovens já tinha histórico de comprometimento da vida escolar antes de serem pais, e que após a paternidade houve o desejo de alguns em investir na área acadêmica, inferindo-se assim a visão do filho como um motivador para tal perspectiva, fator interessante a ser identificado, pois poderá ser um ponto de partida para as ações de incentivo à escolarização e à profissionalização.

Ao buscar compreender a vivência da paternidade na juventude, a presente pesquisa se depara, como já citado, com alguns estudos anteriormente realizados no sentido de que este fenômeno envolve questões de desigualdades sociais, culturais e econômicas que influenciam no exercício do direito à sexualidade e reprodução. Uma das metas constitucionais seria a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais, visto que todos os brasileiros são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988).

Os jovens pais devem ser incentivados a continuar os estudos e investir na qualificação profissional, e para isso a parceria com as escolas e atividades de reforço escolar podem ser estabelecidas (BRANCO et al., 2009).

Com relação aos planos para vida antes de serem pais, os jovens alegaram que pretendiam investir na vida acadêmica e profissional, em viagens e gastar o seu dinheiro em benefício próprio. Entretanto, três jovens alegaram que não tinham planos para seu futuro, e quatro, que tinham um futuro duvidoso pelas antigas amizades e vida que levavam, sendo que um ainda alegou que tinha uma visão menos ampla da vida, como se a paternidade tivesse trazido ganhos pessoais. O real bônus proveniente da paternidade mescla-se aos ônus esperados socialmente com ela, em que é preconcebido que ao se tornar pai, o jovem seja impedido de investir nos estudos:

*Não tenho como ver, assim... só vivendo, não é?! Assim só vivendo, não é!?. Eu me via formado, me via estudando, me via com as minhas coisas. Mas só que como houve isso, eu não consigo mais enxergar o que eu faria, sem ele nascer... então se não tivesse com ele... acho que ele foi muito importante para mim, para a minha vida, para minha mudança que eu não me vejo...de repente eu poderia estar num caminho que eu não gostaria de estar, mas eu estou porque não tinha ele, então eu não me vejo assim, sem estar com ele, se ele não nascesse, como eu seria? Eu não consigo me ver, entendeu? Como eu estaria!*

(E.12)

Gomes (2006) já havia referido que no caso das moças, a gravidez pode acontecer como parte de um projeto de vida, possivelmente desejada. Neste sentido, Scott (2001) refere que o valor simbólico do filho é grande, podendo este ocorrer como forma de um “acidente planejado”, onde o ser “irresponsável”, na realidade se traduz em tentativa de ganhar responsabilidade, em que “o filho é um futuro alcançável” (Op.cit., p.62). E o mesmo pode estar ocorrendo no caso dos rapazes, em que através desta pesquisa pode-se inferir que ao reconhecerem suas fragilidades sociais, os jovens desejam mudar de vida, visando um futuro mais promissor, e alguns podem ter visto na paternidade uma possibilidade de mudar a trajetória de suas vidas, assertiva elaborada ao considerar que a perspectiva de futuro de alguns jovens antes da paternidade era nebulosa, e na citação de que o momento ideal para ter filhos poderia estar relacionado a um período da vida conflituoso ou difícil, discurso inclusive do jovem que era ex-trafficante, como pode ser visto a seguir:

*No momento em que for preciso, nas dificuldades, para seguir, enfim, se estiver precisando num momento apertado, estiver sempre estar presente.*

(E.2)

*Eu considero, tipo assim... a partir dos 20 anos assim, se o camarada começa a ficar muito desligado da vida, ele precisa ser chamada para a realidade, e foi isso que aconteceu comigo...*

(E.8)

*Assim, eu mudei bruscamente, porque o que vivia, agora eu não vivo mais, até antes dele nascer, eu já tinha tomado essa atitude, de querer mudar, seguir outro tipo de vida... Até hoje só foi um incentivo, ajudou para que isso aconteça.*

(E.12)

Através dos fortes depoimentos, concluímos que para alguns jovens desfavorecidos social e economicamente, ser pai pode sinalizar “um pedido de socorro” ao filho em busca de uma vida melhor, mais regrada, ou de um futuro melhor.

A chegada do filho como uma mudança positiva na vida do jovem pai, incluindo uma vida mais regrada, em especial reduzindo o consumo de drogas e prevenindo comportamentos de risco, já foram evidenciadas (SAMPAIO; VILLELA; OLIVEIRA, 2014), e nesta pesquisa há também evidências de que a paternidade, para estes jovens, pode simbolizar a busca por vida mais regrada e com melhor perspectiva futura, dados que podem colaborar com as ações em saúde dos jovens, em que o filho pode ser utilizado como estratégia para planejamento por estes pais da melhor condução de suas vidas, incluindo neste aspecto as áreas acadêmica e profissional.

Os planos para o futuro do pai são pouco precisos e duvidosos, mesmo antes da gestação, entretanto, o futuro do filho parece ser algo concreto em suas perspectivas, o que pode ser variável motivadora de redirecionamento da vida. Infere-se, pois, que a paternidade já era algo desejado por alguns jovens, embora num discurso de não planejamento, sendo esta mais adequada para uma fase posterior de suas vidas; entretanto, mediante as precárias condições socioeconômicas e futuros nebulosos, estes jovens podem ver na vinda do filho, uma possibilidade melhor de vida futura.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência e a juventude são fases da vida entre a infância e o mundo adulto, e existem divergências etárias no que tange ao início e fim desses períodos, já que os indivíduos ocupam posições e cenários distintos, que influem no encurtamento ou no prolongamento dessas fases que são, na maioria das vezes, tidas como sinônimas, visto que em dado momento há uma interseção nas faixas etárias que estabelecem estes períodos, não sendo assim clara esta delimitação.

Essas fases são construídas socialmente e marcadas pelas distintas realidades sociais, econômicas e culturais, que constituem as diversas faces das adolescências e juventudes brasileiras, e trazem nesses cenários as iniquidades de gênero que implicam no exercício da sexualidade e da reprodução. Assim, homens e mulheres, desde a infância, estão imersos em contexto sociocultural que delimita suas ações e comportamentos com base no que é determinado socialmente como esfera do masculino e do feminino, trazendo repercussões nas suas vivências, incluindo os campos da sexualidade e da reprodução, que geram desigualdades, preconceitos, discriminações e, principalmente, violação de direitos.

A gravidez na adolescência e juventude, ao ser vista como problema pela sociedade e pelos Serviços de Saúde, reflete o não reconhecimento dos direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens, em que as práticas e ações voltam-se às estratégias contraceptivas, sem considerar os desejos e vontades dos indivíduos. E ao atribuir a gestação como sendo do universo feminino, dificulta a inserção do homem nesse processo, em que tanto as pesquisas quanto as ações em saúde são voltadas majoritariamente para a mulher, dado que torna relevante a busca pela identificação do fenômeno na face masculina.

Neste sentido, o presente estudo, ao explorar a paternidade na juventude, detecta que fatores sociais e econômicos associam-se a esta, ocorrendo em meio à vida estudantil já comprometida, com os jovens inseridos no mercado de trabalho antes da gestação e com baixa renda individual e familiar. E no contexto da família, observou-se um afastamento ou ausência paterna (por parte dos pais dos jovens), sendo que esses jovens pais tendem a repetir a experiência de seus pais e amigos, que também vivenciaram a reprodução durante a juventude. Logo, este estudo manteve a tendência da literatura, que associa o fenômeno a condições socioeconômicas precárias e baixa escolarização.

A paternidade na juventude ocorreu, em sua maioria, num contexto de relações de namoro ou união consensual, com discurso de não planejamento prévio, com as fragilidades contraceptivas evidentes, em que tanto o conhecimento dos métodos contraceptivos, quanto a sua utilização mostraram-se ineficientes, em que há maior

cuidado neste sentido após a gestação já ocorrida, não havendo, contudo, preocupação com a dupla proteção, ou seja, também a prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis (DST).

A descrição de não planejamento gestacional, associada à não utilização de MCC e do contexto social de ser a reprodução nesta fase da vida algo comum entre seu grupo, e ainda na representação de ser a paternidade uma comprovação da virilidade, podem trazer nesta perspectiva um discurso não condizente com a prática, ou real desejo de serem pais naquele momento da vida, e a negativa do desejo ou planejamento pelos jovens pode estar pautada na reprodução da visão adultocêntrica, que vê a gravidez durante este período da vida, como uma problemática.

O fenômeno não demonstrou, necessariamente, tendência à conjugalidade, entretanto, as relações afetivas e amorosas entre os jovens são complexas, em alguns casos sinalizando uma relação de controle proveniente das parceiras sobre o jovem, que pode estar representando a mudança de posição da força simbólica, em que a mulher antes dominada, se transforma em figura dominante, pelo menos em alguns momentos ou situações. E nessa conjuntura, percebe-se também casos de protagonismo reprodutivo pelas mulheres, em detrimento da esfera masculina, resultante provável da restrita diversidade de MCC e baixo conhecimento quanto à fisiologia reprodutora.

O sentimento de espanto e nervosismo com a descoberta da gestação é substituído por aceitação e felicidade, tanto pelo jovem quanto por sua família, embora nesse contexto haja maior dificuldade de dar a notícia da gravidez para a família da gestante, percebendo-se assim a permanência da tentativa de proteção e guarda das filhas por parte das mesmas, principalmente do pai das gestantes, que tem por função defender a honra da dama. E foram em alguns casos, descritas relações conflituosas entre as famílias das parceiras e os jovens pais, mesmo antes da gestação.

Este estudo reafirmou a família como a principal apoiadora destes jovens pais, tanto no que tange ao auxílio financeiro, quanto nos cuidados com a criança, em que no discurso dos pais as suas famílias têm grande representatividade nesta conjuntura, sinalizando assim, que para exercerem o papel social de provedores do lar, que é atribuído ao homem, e estando em condição socioeconômica desfavorável, dependem das suas famílias para exercerem esta função.

Os papéis masculinos se fazem presentes ao assumir a paternidade, em que o homem possibilita a continuidade da sua família, em que o não questionamento com relação à paternidade biológica pode estar representado pela confirmação da masculinidade

e virilidade pelo jovem.

A vivência da paternidade para esses jovens pais é pautada pela realização dos cuidados primários, como higiene e alimentação, dentre outros. Há demonstração de vontade e maior participação nas atividades domésticas e na manutenção da relação de afetividade com a criança, cenário diferente de outrora. Estas situações têm como referência as suas próprias vivências como filho, e é referenciada pelas suas lembranças. Então, ao serem pais, os jovens formulam e reformulam a vivência que tiveram com seus próprios pais. Entretanto, a mulher ainda se apresenta como principal responsável pelo cuidado à prole, marca do gênero feminino, porém, numa perspectiva mais inclusiva do homem, demonstrando estes uma necessidade maior de suporte e auxílio para desempenhar da melhor forma estas tarefas e atribuições.

Há permanência de papéis de gênero, em que a mulher encontra-se mais envolvida com a contracepção e concepção, assim como o cuidado é tido como natural à feminilidade, entretanto, os dados aqui apresentados permitiram visualizar algumas possibilidades que demonstram tendências a novos espaços e papéis sociais que vem sendo ocupados por mulheres e homens, que variaram desde a maior autonomia da mulher na decisão da concepção, até mesmo certa dominação nas relações estabelecidas com os parceiros, e ainda um desejo no jovem pai de atender a tendência do conceito de paternidade atual, em que há um envolvimento maior na participação do cuidado e educação do filho, mesmo que de forma secundária.

No que tange às mudanças provenientes da paternidade, percebe-se que embora existam descrições de conflitos, há um maior envolvimento entre o casal de jovens, assim como maior aproximação dos familiares em virtude da afetividade destes com seus filhos. Com a paternidade, o trabalho passa por uma resignificação, em que mesmo anteriormente presente, torna-se fundamental para manter financeiramente a nova família; ao se tornarem pais, os jovens adquirem mais maturidade e responsabilidade, sendo estas também cobradas por seus familiares ao se tornarem pais. Como aspectos negativos desse novo papel, os jovens referem ter o tempo mais reduzido para as atividades de lazer, sendo em alguns casos a paternidade na juventude associada como antecipatória de uma fase da vida, visto que os jovens se inserem no mundo adulto ao assumirem novas responsabilidades.

Repercussões positivas são descritas, com a nova vivência, em que os discursos dos jovens se baseiam em investimentos escolares e profissionais, mediante a vinda do filho, que podem não estar traduzindo metas reais e concretas. Entretanto, o planejamento do



futuro do filho sinaliza uma estratégia de melhorias nas suas condições de vida, incluso nestas as áreas estudantis e trabalhistas.

Os jovens pais demonstraram algumas inseguranças e incertezas para a assunção da paternidade, percebendo-se que necessitam de outras redes de apoio, além da família, para o exercício da paternidade saudável e responsável, assim como conciliação deste papel à vida estudantil, que necessitaria de envolvimento mais incisivo de outros setores, como as escolas e os Serviços de Saúde.

No que tange à área da Saúde, percebe-se no princípio da integralidade uma forma de promover os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, ao se considerar as políticas de saúde, as organizações dos serviços e, principalmente, o compromisso e responsabilidade profissional.

As políticas de saúde do homem e de adolescentes e jovens orientam a dedicação em torno de práticas integrais em saúde, entretanto, os serviços de saúde não acolhem integralmente esse jovem pai, podendo-se perceber um atendimento biomédico voltado para a assistência pré-natal, que assim não assiste integralmente nem a mulher. E este jovem pai fica à margem da assistência durante o período gestacional, e depois, para participar do parto, necessita se submeter à vontade da parceira, ocorrendo casos de não ser incluído neste momento, ou de não se permitir incluir, fatos que reproduzem as questões de gênero que relacionam a mulher à reprodução, exclusivamente.

O conceito ampliado de integralidade, ao envolver as políticas de saúde, em especial as práticas assistenciais e a organização dos serviços de saúde, permite ser uma ferramenta no sentido de inclusão do homem nesses serviços, considerando as práticas voltadas à sua vida reprodutiva, contudo, considerando-o no processo de participação e envolvimento na vida da prole.

Essas questões de iniquidades de gênero retratadas, ao serem tematizadas no contexto da paternidade na juventude, trazem implicações para a área da Saúde, e esta pode ser um dos cenários de ações voltadas à busca por equidade e promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, pode-se investir na inclusão e no acolhimento dos homens no cenário das Unidades de Saúde, por meio de estratégias e ações que envolvam o estímulo à maior participação destes na vida dos filhos, o que possibilitará e certamente contribuirá para a redefinição dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, bem como para a visão de uma nova paternidade.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Bossi, A. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Benedetti, I.C. 5ed. São Paulo. Martins Fontes.2007. Disponível em:<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>. Acesso em 08.11.2014

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. S. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.426p.

ALMEIDA, A.F.F. **Vulnerabilidade de gênero na sexualidade e na paternidade adolescente**. Tese [Doutorado Tocoginecologia]. Universidade Estadual de Campinas. 2005.

ALMEIDA,I.S.de; SOUZA,I.E. de O. Gestação na adolescência com enfoque no casal: movimento existencial. **Esc Anna Nery Rev de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.15,n.3,p.457-464,2011.Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ean/v15n3/a03v15n3.pdf>. Acesso em:10.11.2014

AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L.; KNAUTH, D.; BOZON, M.; ALMEIDA, M. C.; ARAÚJO, J.; MENEZES, G.M.. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19 [suppl.2], p.333-388, jan., 2003. Disponível em: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000800019](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800019). Acesso em:16.03.2013

AYRES, J.R.C.M. (coord.). **Caminhos da integralidade na atenção primária à Saúde: recursos conceituais e instrumentos práticos para a educação permanente da equipe-Adolescência e juventude**. São Paulo. 2012. Disponível em:  
[http://www.fm.usp.br/gdc/docs/cseb\\_152\\_Caminhos%20da%20Integralidade%20-%20adolesc%20e%20juventude.pdf](http://www.fm.usp.br/gdc/docs/cseb_152_Caminhos%20da%20Integralidade%20-%20adolesc%20e%20juventude.pdf). Acesso em 20.09.13

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: RETO, L.A.; PINHEIRO, A. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano- compaixão pela Terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.Disponível em:  
<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%20C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Educa%20Ambienta/SABER%20CUIDAR-%20etica%20do%20humano.pdf>. Acesso em:10.03.2014

BORGES, A.L.V.; SCHOR, N. Homens adolescentes e vida sexual: heterogeneidades nas motivações que cercam a iniciação sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 225-234, Jan., 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007000100024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100024). Acesso em:13.03.13.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra: Entrevista.[1978]. Paris: LesJeunesetle premier emploi. Entrevista concedida a Anne-Marie Métaillé. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador.P4DEIRO-F4F3790/Meus%20documentos/Downloads/A%20Juventude%20%C3%A9%20Apenas%20Uma%20Palavra%20\(Pierre%20Bourdieu\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador.P4DEIRO-F4F3790/Meus%20documentos/Downloads/A%20Juventude%20%C3%A9%20Apenas%20Uma%20Palavra%20(Pierre%20Bourdieu).pdf). Acesso em: 06.11.2014

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Kühner. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil,1999.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**.Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 172p.

BRANCO, V.M.C.;CARVALHO, M.L.M. de; COUTINHO, A.P.; SICURO, A. **Unidade de Saúde parceira do pai**. 1. ed. Agosto,2009. Disponível em:<http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/047.pdf>. Acesso em 05.11.2014.

BRANDÃO, E.R.; HEILBORN, M.L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre os jovens de camadas médias do Rio de Janeiro. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.7, p.1421-1430, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006000700007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700007). Acesso em 20.08.2014.

BRANDÃO, E.R. Desafios da contracepção juvenil: interseções entre gênero, sexualidade e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1063-1071, 2009.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 8069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília (DF), 1990.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 10.097**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943. Brasília (DF), 19 de Dezembro de 2000.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 10.172**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 9 de Janeiro de 2001. Brasília-DF.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 10.406**. Institui o Código Civil. 10 de janeiro de 2002. Brasília-DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília (DF), 2005A. 24p.

BRASIL.CASA CIVIL. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº.11.108**. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília (DF), 07 de abril, 2005B.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005C. 60 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher.**Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005D.

BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Marco Teórico e Referencial**: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Versão preliminar. 1ª. Reimpressão. Série B. Textos básicos de saúde. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (princípios e diretrizes) . Brasília-DF, agosto, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília (DF), 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2010. 132 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília-DF, 2012.

BRASIL.CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº.12.796**. Altera a Lei nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. 4 de Abril, 2013.

BUENO, M.E.N.; MEICKEN, S.M.K.; SCHWARTZ, E.; SOARES, M. C.; CORRÊA, A. C.L. Paternidade na adolescência: a família como rede social de apoio. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-9, abr.-jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a08v21n2.pdf>. Acesso em: 02.01.2014

CABRAL, C.S. **Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro**. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva ]. Apresentada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social para obtenção do grau de Mestre. 2002.

CAIRO. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**, 1994.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 24.083**, de 02 de Abril de 2004. Institui o mês de valorização da paternidade. Rio de Janeiro. 2004.

CAMARGO JR., K.R. Um ensaio sobre a (In)definição de Integralidade. In.: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (org.) **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2007.

CAMPOS, C.J.G. Métodos de análise de conteúdo: ferramentas para a análise de dados qualitativa no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v.57, n.5, p.611-614, set./out., 2004.

CARVALHO, G.M.de; JESUS, M.C.P.de; MERIGHI, M.A.B. Perdas e ganhos advindos com a parentalidade recorrente durante a adolescência. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.32, n.4, p.437-442, 2008.

CHAVES, J. **“Ficar com”**: um novo código entre jovens. Rio de Janeiro : Revan, 1994.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.1, p.241-282, jan./abr., 2013.

COSTA, R.F.; QUEIROZ, M.V.O.; ZEITOUNE, R.C.G. Cuidado aos adolescentes na atenção primária: perspectivas de integralidade. **Esc Anna Nery** (impr.), v. 16, n. 3, p. 466-472, jul.-set., 2012.

DIAS, A.B.; AQUINO, E.M.I. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.7, p. 1447-1458, jul., 2006.

DORAIS, M. **O homem desamparado**. São Paulo: Loyola, 1994.

EISENSTEIN, E.; COELHO, K. Crescimento e Desenvolvimento Puberal. In.: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

ESTÉBAN, S.D.; PÉPECE, O.M.C. O consumo ritualístico dos bailes de debutantes e seus artefatos simbólicos. **Anais do SIEP: consumo**. III Seminário Internacional de Estudos e Pesquisas em Consumo, v. 2, 2013. Disponível em: <http://www.siepconsumo.com.br/jobs/siepconsumo/Anais>. Acesso em 30.08.2014

FERRARI, R.A.P.; THOMSON, Z.; MELCHIOR, R. Atenção à saúde dos adolescentes: percepção dos médicos e enfermeiros das equipes da saúde da família. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.11, p. 2491-2495, nov, 2006.

FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J.; TURANO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FREITAS, M.V.de (org.); ABRAMO, H.W.; LEÓN, O.D. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. Ação educativa. São Paulo. 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em 05.11.2014.

FREUD, S. Um caso de histeria - três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos. Salomão, J. (trad.). Imago, 1969.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In.: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (organizadores). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

G1.ECONOMIA. Saiba o valor do salário mínimo em 2014A. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/saiba-o-valor-do-salario-minimo-em-2014.html>. Acesso em 14.06.2014.

G1. BRASIL. Brasileiro nasce com expectativa de vida de 74,6 anos, aponta IBGE. Acesso em 19.09.2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/12/brasileiro-nasce-com-expectativa-de-vida-de-746-anos-aponta-ibge.html>. 2014B

GADAMER, H. Verdade e método. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Disponível em: <http://copyfight.me/Acervo/livros/GADAMER,%20Hans-Georg.%20Verdade%20e%20Me%CC%81todo%20I.pdf>. Acesso em: 08.11.2014

GIGANTE, D.P.; BARROS, F.C.; VELEDA, R.; GONÇALVES, H.; HORTA, B.L.; VICTORIA, C.G. Maternidade e paternidade na coorte de nascimentos de 1982 a 2004-5, Pelotas, RS. *Rev Saúde Pública*, v.42, [Supl.2], p.42-50, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GOMES, S.M.T.de A. Maternidade e paternidade responsáveis na adolescência. **Adolescência e Saúde**, v.3, n.1, outubro, 2006.

GOMES, R. Sexualidade masculina, Gênero e Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.184p

GRAY, D.E. **Pesquisa no mundo real**. Trad. COSTA, R.C. 2. ed. Porto Alegre:Penso, 2012.

GROSSMAN, Eloisa. Adolescência através dos tempos. **Rev Adolescência Latinoamericana**, v. 1, n.1, p. 68-74, 1998. Disponível em: <http://ral-adolesc.bvs.br/pdf/ral/v1n2/p03v01n2.pdf>. Acesso em: 21.08.2014.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In.: THEODORO, M. (org.), JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. As políticas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição. Brasília:IPEA,2008.176p.

JARDIM,D.M.B.;PENNA,C.M.deM.Pai-acompanhante e sua compreensão sobre o processo de nascimento do filho.Rev. Min. Enferm; v16,n.3,p.373-381,jul./set.,2012.

HEILBORN, M.L. Desigualdades, diferenças em saúde. In.: GOLDENBERG,P.; MARSICLIA,R.M.G.; GOMES,M.H.A.(org) **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**{online}.Rio de Janeiro:FIOCRUZ, 2003. 444p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 29.10.2014.

HEINSIUS, A.M. A construção das identidade na adolescência. In: SILVEIRA, H.; PALIERAQUI, R.E.B. **Adolescência: uma visão de temas na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro:Atlântica, 2004.

HOGA, L.A.K.; REBERTE, L.M.. Vivencias de la paternidade em la adolescência em uma comunidade brasileira de baja renda.**Rev Esc Enfem USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 110-6, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reusp/v43n1/14.pdf>. Acesso em:02.01.2014

HORTA, N. C.; SENA, R.R.. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p. 475-495, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/pme\\_201404rj\\_02.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201404rj_02.shtm). Acesso em 13.06.2014.

INSTITUTO PÓLIS. Relatório Nacional Brasil-Pesquisa sobre juventudes no Brasil. Disponível em:<http://www.polis.org.br/uploads/1434/1434.pdf>. Acesso em:05.11.2014

KLAUS, M.H.; KENNELL.A família durante a gravidez. In.: KLAUS, M.H.; KENNELL, J.H. BATISTA, D. (trad.); MACHADO, M.H. (supervisão e revisão técnica da trad.). Pais/Bebê: a formação do apego. Porto Alegre: Artes Médicas,1992. 360p.

KENNELL, J.H.; KLAUS, M.H. Atendimento para os pais de bebês prematuros ou doentes. In.: KLAUS, M.H.; KENNELL, J.H. BATISTA, D. (trad.); MACHADO, M.H. (supervisão e revisão técnica da trad.). Pais/Bebê: a formação do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 360p.

LEITE, V. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formadores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. **Psic.Clin.**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.89-103, 2012.

LEVANDOWSKI, D.C.; PICCININI, C.A. A interação pai-bebê entre adolescentes e adultos. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 413-424, 2002.

LEVANDOWSKI, D.C.; PICCININI, C.A. Expectativas e Sentimentos em relação à paternidade entre Adolescentes e Adultos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 017-028, jan./abr, 2006.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v.19, n.2 (56), p.17-23, maio/ago, 2008.

LULIANELLI, J.A.S. Juventude: construindo processos- O protagonismo juvenil. In.: FRAGA, P.C.P.; LULIANELLI, J.A.S. (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUZ, A.M.H.; BERNI, N.I.O. Processo da paternidade na adolescência. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 43-50, jan.-fev., 2010.

MATTOS, R.A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In.: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2001.

MAUGER, G. Juventude: idades da vida e gerações. **Dados - Rev Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.56, n. 1, p.169-183, 2013.

MEINCKE, S.M.K.; TRIGUEIRO, D.R.S.G.; CARRARO, T.E.; BRITO, S.S.; COLLET, N. Perfil sociodemográfico e econômico de pais adolescentes. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 452-456, 2011.

MEIRELES, R.M.V. Em busca da nova família: uma família sem modelo. **Civilistica.com.**, ano I, n.1, 2012. Disponível em:

<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2012/09/Em-busca-da-nova-fam%C3%ADlia-civilistica-com-1.-2012.pdf>. Acesso em 10.09.2014

MELO, A.L.A.; MACHADO, M.F.A.S.; MAIA, E.R.; SAMPAIO, K.J.A.J. Repercussões da paternidade na vida do adolescente. **Rev Rene**, v.13, n. 2, p. 261-8, 2012.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In.: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (organizadores). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo:HUCITEC, 2010.

MINAYO,M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17,n.3, p.621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em 10.10.2013

MOREIRA,M.I.C. **Gravidez e identidade do casal**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos,1997.

NASCIMENTO, M.; SEGUNDO, M.; BAKER,G. Reflexões sobre a saúde dos homens jovens: uma articulação entre juventude, masculinidade e exclusão social. In: GOMES, R. (org.). **Saúde do Homem em Debate**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

NOVO TESTAMENTO. Disponível em: <http://www.sbb.org.br/interna.asp?areaID=71>. Acesso em 14.06.2014.

OLIVEIRA, D.B.B. Presunções de paternidade. Rev Faculdade de Direito de Campos, Ano VI, n. 7, dez., 2005.

OLIVEIRA ,D.C.; GOMES,A.M.T.; PONTES,A.P.M.; SALGADO,L.P.P. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 817-23, out.-dez., 2009.

OLIVEIRA, M.M.S. **Paternidade na adolescência**: prevalência e fatores associados. Dissertação [Mestrado em Saúde e Comportamento]. Universidade Católica de Pelotas. RS-Pelotas, 2012. 79p.

ORLANDI, R.; TONELI, M.J.F.. Adolescência e paternidade: sobre os direitos de criar projetos e procriar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2,p. 317-326, abr./jun, 2008.

PANTOJA, A.L.N. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19 (Sup. 2), p. S335-S343, 2003.

PATIAS,N.D.; BUAES, C.S. Não tem filhos? Por que?. **Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas**, S.Maria, v.10, n.1, p121-133, 2009.  
Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/Artigos%202009%20CH/09.pdf>. Acesso em:17.11.2014.

PAULA, E.R.; BITTAR, C.M.; SILVA, M.A.I.; CANO, M.A.T. A paternidade na adolescência e seu significado entre os jovens universitários que a vivenciaram. **Investigação**, v.11, p. 5-12, 2011.

PAULINO, G.P.A.; PATIAS, N.D.; DIAS, A.C.G. Paternidade Adolescente: Um Estudo sobre Autopercepções do fenômeno. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF (MG), v.7, n. 2, p. 230-241, 2013.

PEREIRA, A.L.O (inter)dito sobre sexualidade na formação da/o enfermeira/o. *Enfermeria Global*. 2007.1-14. Disponível em:  
[http://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/30348/2/O%20\(inter\)%20dito%20sobre%20sexualidade%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da-o%20enfermeira-o.pdf](http://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/30348/2/O%20(inter)%20dito%20sobre%20sexualidade%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da-o%20enfermeira-o.pdf). Acesso em 10.06.2012.

PEQUIM. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.1995.

PINHEIRO, R.; GUIZARDI, F.L. Cuidado e integralidade: por uma Genealogia de saberes e práticas no cotidiano. In.:PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. **Cuidado: as fronteirasda integralidade**. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2004.

POLIT, D.; HUNGLER, B. **Fundamentos da Pesquisa em Enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Arte Médicas,1995.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**.7. ed. Porto Alegre:Artmed, 2011.

RAMIRES,V.R. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro:Record: Rosa dos Tempos, 1997.

REICHERT, C.B.; WAGNER, A. Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 292-299, set./dez., 2007.

RIBEIRO, A.C.T.; LOURENÇO, A. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In.: FRAGA, P.C.P.; LULIANELLI, J.A.S. (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIOS, F.M. **Paternidade socioafetiva e a impossibilidade de sua desconstituição posterior**. Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2012.

SAMPAIO,K.J.A. de J.;VILLELA,W.V.; OLIVEIRA,E.M.de. Meanings attributed to fatherhood by adolescents. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v.27, n.1. Jan./Fev.,p.1-5, 2014.

SCAVONE,L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.**Interface-Comunic, Saúde, Educ**,v.5,n.8,p.47-60, 2001. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf> .Acesso em:17.11.2014.

SCHOEN-FERREIRA, T.H.; AZNAR-FARIAS, M. Adolescência através dos Séculos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr.-jun., 2010.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SCOTT, R.P. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital? *Interface- Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.61-72, 2001.

SGANZELA, I.M.; LEVANDOWSKI, D.C. Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.295-309, ago, 2010.

SILVA, C.M.A.; ALMEIDA, E.A.; CALDEIRA, E.C.; NOGUEIRA, F.C.; SANTOS, F. B.A.; ALMEIDA, L.P.; SOUZA, M.M.L.; ROSA, R.A.; FEDERICO, R.M.; ROCHA, W. L.L.; MOELECHK, S. Juventude brasileira: dilemas e desafios no acesso ao ensino superior. In.: SILVA, J.S.; BARBOSA, J.L.; SOUSA, A.I. Políticas públicas no território das juventudes. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.144p.

SIQUEIRA, M.J.T.; MENDES, D.; FINKLER, I.; GUEDES, T.; GONÇALVES, M.D.S. Profissionais e usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai? *Estudos de Psicologia*, v. 7, n.1, p.65-72, 2002.

SMEHA, L.N.; CALVANO, L.O. que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não maternidade e vida profissional. *Psicol. Argum.* v.27, n.58, p.207-217, jul.-set., 2009. Disponível em:  
<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=3248&dd99=view>. Acesso em 17.11.2014

TAQUETTE, S.R. Sexualidade na adolescência. In.: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades – Brasília (DF) : Ministério da Saúde, 2008A.**

TAQUETTE, S.R. Sobre a gravidez na adolescência. *Adolescência e Saúde*. v.5, n.2, p.23-26, jul., 2008B.

THIRY-CHEQUES, H.R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing, Opinião e Mídia**, n.3, p. 20-27, 2009. Disponível em:  
[http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista\\_PMKT\\_003.pdf](http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003.pdf). Acesso em 29.04.2014

TRINDADE, E.; BRUNS, M.A.T. **Adolescentes e paternidade: um estudo fenomenológico**. Ribeirão Preto: Holos, 1999. 86p.

TRINDADE, Z.A.; MENANDRO, M.C.S. Pai adolescentes: vivências e significações. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 15-23, 2002.

VALLADARES, K.K. **A TV e o comportamento sexual do adolescente**. Niterói: Muiraquitã, 1997.

VEIGA, M.B.A.; PEREIRA, A.L. Opinião de jovens do sexo masculino sobre contracepção, gravidez não planejada e aborto induzido. **Cienc Cuid Saúde**, v. 9, n. 4, p. 682-689, out./dez., 2010.

VEIGA, M.B.A.; FREITAS, A.C.; DIAS, P.L.; MARCELINO, P.H.R.; SILVA, M.M.D.; LEMOS, A. Paternidade na adolescência: Revisão integrativa. **Rev Enferm UFPE on line.**, Recife, v. 8, n. 11, p. 321-7, nov., 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view>  
Acesso em:28.08.2014.

VIEIRA, L.M.; SAES, S.O.; DÓRIA, A.A.B.; GOLDBERG, T.B.L.. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Rev Bras Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, n. 1, p. 135-140, jan. / mar., 2006.

# A P Ê N D I C E S

## APENDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Obrigatório em pesquisa envolvendo seres humanos, Resolução CNS-466/12)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Paternidade na adolescência: a visão de jovens pais sobre o presente e o futuro”*, este estudo terá duração em torno de dois anos, com prazo final previsto para dezembro de 2014, e terá como objetivos: compreender a vivência da paternidade na adolescência/juventude, identificar quais as mudanças e repercussões da paternidade durante a adolescência/juventude, e descrever as perspectivas para o futuro do jovem pai.

A sua participação será voluntária, e realizada através de entrevista, gravada em áudio digital, contendo perguntas relacionadas à sua experiência de ser pai na adolescência /juventude, que durará em torno de 60 minutos. As gravações serão ouvidas para transcrição das informações.

O estudo apresenta riscos mínimos a você, pois mesmo sendo garantido sigilo e privacidade na sua entrevista, irá expor situações e vivências pessoais.

Você não terá nenhum custo, assim como não receberá nenhuma remuneração para participar deste estudo, o seu único benefício será contribuir para aumentar o conhecimento na área de saúde reprodutivo na adolescência/juventude.

Mesmo após a sua autorização para a participação da pesquisa, esta poderá ser interrompida em qualquer fase do estudo, assim como poderá se recusar a responder qualquer tema solicitado, sem que isso traga nenhuma punição a você, ou a sua família.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Uma cópia deste termo lhe será entregue, visando sanar dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação. Seguem neste, o contato da pesquisadora responsável e do comitê de ética em pesquisa que autorizou o estudo, sob protocolo nº541474.

Ciente das informações fornecidas,

eu, \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_,  
telefone \_\_\_\_\_, desejo participar do estudo realizado pela pesquisadora:  
Maria Beatriz de Assis Veiga, e tenho ciência que as informações por mim fornecidas, poderão ser utilizadas para fins científicos, mantendo o meu direito à privacidade.

Rio de Janeiro    /    /



\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Impressão do polegar  
(caso não saiba assinar)

Maria Beatriz de A. Veiga –maribi.v@uol.com.br 99680-7580  
Endereço profissional(UNIRIO):Av. Pasteur, 296 - Urca CEP 22290-240 Tel: (21) 2542-7350  
Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Av. Pasteur, 296 - Urca - Cep 22290-240.Telefone: 21-2542-7796 Email: cep.unirio09@gmail.com

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **DADOS IDENTIFICAÇÃO**

Identificação (numérica)

Data de Nascimento

Idade

Cor (auto-referida)

Profissão/ocupação

### **DADOS SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICOS ATUAIS**

Renda individual

Renda familiar

Religião

Frequenta templo religioso (periodicidade)

Escolaridade

Frequenta escola

Tipo de rede de ensino (Pública ou particular)

História de repetência escolar

História de abandono escolar

Idade em que começou a trabalhar e atividade exercida

Pessoas que residem com o jovem

Quantidade de cômodos na casa

Tipo de habitação (casa/ apartamento/cômodo )

Tipo de construção da residência

Tipo de Residência (própria/alugada)

Atividades de lazer e/ou descanso

### **HISTÓRIA PREGRESSA À PATERNIDADE**

Religião na época da descoberta da gestação

Frequência/periodicidade

Matrícula em rede escolar na época em que foi pai pela primeira vez

Tipo de rede de ensino (Pública/Particular)

Trabalho/ocupação na época em que foi pai pela primeira vez

Pessoas que residiam com o jovem na ocasião da descoberta da gravidez do primeiro filho

**DADOS FAMILIARES**

- Escolaridade dos pais
- Ocupação dos pais
- Pessoas que residiam com o jovem na infância
- Estado conjugal dos pais (na época da gestação do primeiro filho do jovem)
- Relação com os pais na infância
- Relação com os pais atualmente
- Irmãos (idades e sexos)
- Participação nos cuidados com os irmãos
- Pessoas que cuidavam do jovem na infância
- Pessoas que auxiliavam o jovem nas tarefas escolares
- Existência de conversa entre pais e filho sobre sexualidade, gestação, MCC, DST
- Como o jovem descreve a mãe
- Descrição do pai, pelo jovem
- Experiência de paternidade/maternidade na adolescência por parte dos pais do jovem
- Experiência de paternidade/maternidade na adolescência por parte dos(as) irmãos(ãs) do jovem
- Experiência de paternidade/maternidade na adolescência por parte de amigos/colegas do jovem
- Reação da família do jovem à notícia da gravidez do seu primeiro filho
- Reação da família da mãe do primeiro filho do jovem, à notícia da gravidez
- Visão familiar sobre o jovem, antes deste ser pai
- Visão familiar sobre o jovem, após a paternidade
- Visão familiar sobre o jovem, na atualidade
- Relação dos familiares do jovem com o primeiro filho deste

**DADOS CONJUGAIS**

- Estado Conjugal no momento do diagnóstico da gestação do 1º. Filho (se casado ou união estável, com a mãe do bebê ou outra parceira, e tempo de união)
- Estado conjugal atual (se casado ou união estável, com a mãe do bebê ou outra parceira, e tempo de união)
- Idade da mãe do primeiro filho na ocasião da gestação
- Existência de conversa entre o jovem e a mãe do primeiro filho sobre como evitar a gestação, antes da gravidez
- Reação da parceira (mãe do primeiro filho) ao saber que estava grávida
- Relação com a parceira (mãe do primeiro filho) antes da gravidez
- Relação com a parceira (mãe do primeiro filho) durante da gravidez



Relação com a parceira (mãe do primeiro filho) logo após o nascimento

Relação com a mãe do primeiro filho (atualmente)

-Se não está junto com a mãe do primeiro filho:

Período em anos ou meses que ficou junto com a mãe do primeiro filho

Motivação para a separação

Pessoa que teve a iniciativa para a separação

## **DADOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE**

Idade da sexarca

Com quem manteve a primeira relação sexual ( tipo de relacionamento, idade)

Descrição da sexarca

Conhecimento dos pais do jovem quanto à sua atividade sexual (antes deste ser pai)

Utilização de MCC na primeira relação sexual

Utilização de MCC após o nascimento do seu primeiro filho

Utilização de MCC atualmente

Diálogo do jovem com outras pessoas sobre sexualidade e MCC

Conhecimento e utilização de MCC

Opinião sobre o melhor MCC

## **DADOS REFERENTES AO ABORTO INDUZIDO**

Vivência em situação de aborto induzido por parceira e momento de ocorrência

Se sim:

De quem partiu a iniciativa para o(s) aborto(s)

Motivo para o(s) aborto(s)

Conhecimento dos pais sobre o(s) aborto(s)

Complicações na saúde da parceira

Mudanças na vida do jovem após o(s) aborto(s)

Mudanças na vida da parceira após o(s) aborto(s)

Descrição da experiência pelo jovem

## **DADOS RELACIONADOS À VIVÊNCIA DA PATERNIDADE**

### **A) Considerações sobre a paternidade do 1º filho**

Idade em que foi pai pela primeira vez (considerando filho nascido vivo)

Pessoa responsável pelo sustento do primeiro filho na época do nascimento

Sexo do primeiro filho

Idade do primeiro filho atualmente

Trabalho na época em que foi pai

Licença paternidade

Descrição da vida social na época em que foi pai pela primeira vez

## **GESTAÇÃO**

Planejamento da gestação/utilização de MCC

Questionamento quanto à paternidade

Reação ao saber da gravidez da parceira

Mudanças na relação com pais/amigos e demais pessoas após o nascimento do primeiro filho

Sentimento durante a gestação da parceira

Descrição do que é pré-natal

Descrição se a parceira realizou pré-natal

Idade gestacional de início do pré-natal

Acompanhamento de consultas e exames da gestante

Participação em grupo de gestante

Incentivo por parte dos profissionais de saúde para o jovem participar de consultas e grupos de gestante

Intercorrências na gravidez

## **PARTO, PUERPÉRIO**

Participação no parto

Descrição do parto

Participação no processo de amamentação do filho e nos primeiros cuidados

## **COTIDIANO PATERNO**

Descrição da experiência de ser pai na juventude

Mudanças na vida após a paternidade

Descrição do melhor momento com o filho

Descrição do pior momento com o filho

Descrição de períodos em que pai e filho ficavam sozinhos na época do nascimento, e até este completar um ano de vida

Participação nos cuidados de alimentação, higiene e tarefas escolares

Descrição pelo jovem, do que é cuidar do filho

Descrição pelo jovem, do que é dar limites ao filho, e a pessoa que deve se responsabilizar por isto.

Utilização com o filho de coisas aprendidas ou vivenciadas na infância

Reação quando o filho faz algo que o jovem não gosta

Descrição de momentos em que fica sozinho com o filho atualmente  
Descrição do que seja importante ensinar para o filho  
Último momento em que esteve sozinho com o filho e descrição das atividades que fizeram juntos

Relato do que gosta de fazer junto ao filho  
Descrição da relação com o filho na atualidade  
Percepção da necessidade de mudanças na relação com o filho  
Perspectiva do futuro antes da notícia de que seria pai  
Perspectiva do futuro  
Planejamento para o futuro do filho

### **B) Dados relacionados aos pais que têm mais de um filho**

Número de filhos  
Idade em que teve os demais filhos  
Planejamento da gestação dos demais filhos  
Especificação de quem são as mães dos filhos  
Relação com os demais filhos  
Relação com as mães dos filhos  
Pessoa responsável pelo sustento dos filhos  
Local de moradia dos filhos

#### **Se teve algum filho após os 19 anos**

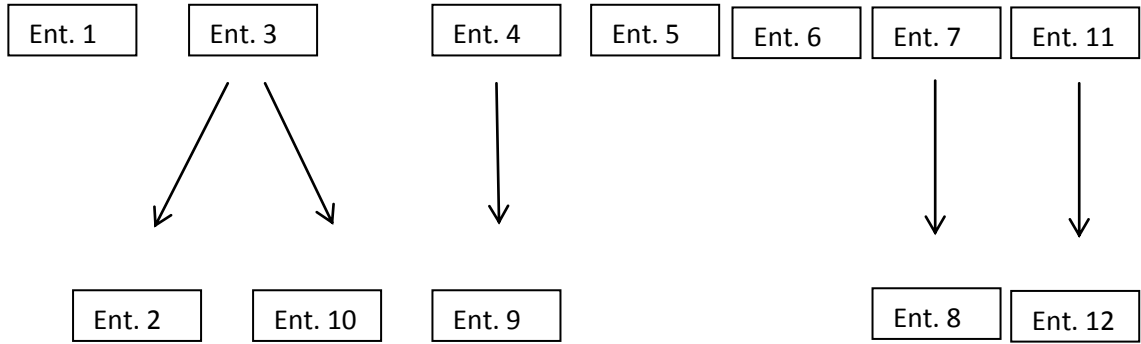
Descrição da experiência comparando-a com a paternidade anterior  
Desejo de ter mais filhos  
Perspectiva do futuro com os filhos

### **C) Considerando a paternidade, de forma geral**

Descrição do que é ser pai  
Descrição do que considera ser um bom pai  
Auto-percepção sobre a paternidade  
Aspectos positivos da paternidade  
Aspectos negativos da paternidade  
Descrição da idade ideal para ser pai  
Descrição de algo que não foi mencionado ou considere relevante para o estudo

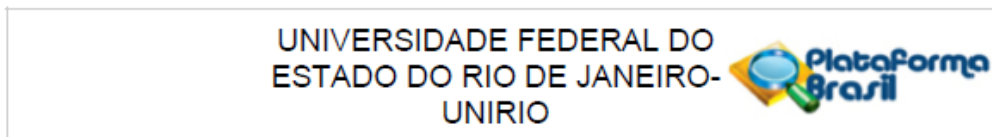
### APENDICE C

#### GRÁFICO - CAPTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS



A N E X O

**ANEXO**  
**APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO CEP DA UNIRIO**



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A VISÃO DE JOVENS PAIS SOBRE O PRESENTE E O FUTURO

**Pesquisador:** Maria Beatriz de Assis Veiga

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 20979713.4.0000.5285

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 541.474

**Data da Relatoria:** 26/02/2014

**Apresentação do Projeto:**

Parecer emitido em 11/12/2013. Nova versão apresentada com alteração de metodologia e exclusão da instituição Co-participante.

**Objetivo da Pesquisa:**

Parecer emitido em 11/12/2013. Nova versão apresentada com alteração de metodologia e exclusão da instituição Co-participante.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Parecer emitido em 11/12/2013. Nova versão apresentada com alteração de metodologia e exclusão da instituição Co-participante.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Parecer emitido em 11/12/2013. Nova versão apresentada com alteração de metodologia e exclusão da instituição Co-participante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Parecer emitido em 11/12/2013. Nova versão apresentada com alteração de metodologia e exclusão da instituição Co-participante.

<p><b>Endereço:</b> Av. Pasteur, 296 <b>Bairro:</b> Urca <b>UF:</b> RJ      <b>Município:</b> RIO DE JANEIRO <b>Telefone:</b> (21)2542-7796</p>	<p><b>CEP:</b> 22.290-240 <b>E-mail:</b> cep.unirio09@gmail.com</p>
---	---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO-  
UNIRIO



Continuação do Parecer: 541.474

**Recomendações:**

Não Há

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não Há

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Versão com alteração da metodologia e exclusão da co-participante aprovada. O protocolo apresenta a justificativa para as alterações e atende a Resolução 466/12.

RIO DE JANEIRO, 25 de Fevereiro de 2014

---

**Assinador por:**  
**Sônia Regina de Souza**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Pasteur, 296

**Bairro:** Urca

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2542-7798

**E-mail:** cep.unirio09@gmail.com

